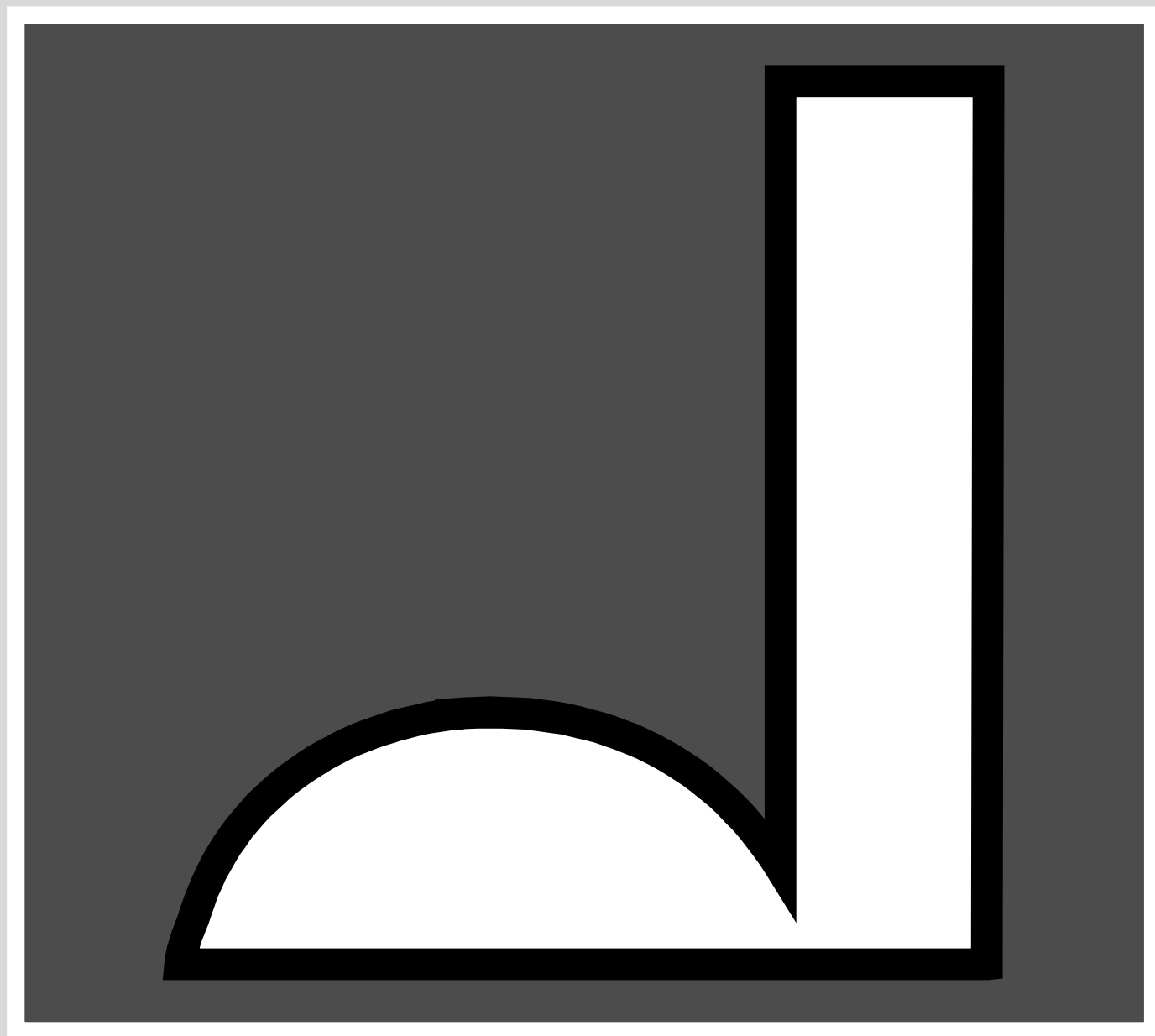




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVII - Nº 054 - QUARTA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 2002 - BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente ⁽³⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> 1º Vice-Presidente <i>Edison Lohã – PFL – MA</i> 2º Vice-Presidente <i>Antonio Carlos Valadares – PSB – SE</i> 1º Secretário <i>Carlos Wilson – PTB – PE</i> 2º Secretário <i>Antero Paes de Barros – PSDB – MT</i>	3º Secretário ⁽⁶⁾ <i>Ronaldo Cunha Lima – PSDB – PB</i> 4º Secretário <i>Mozarildo Cavalcanti – PFL – RR</i> Suplentes de Secretário 1º <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> 2º <i>Marluce Pinto – PMDB – RR</i> 3º <i>Maria do Carmo Alves – PFL – SE</i> 4º <i>Nilo Teixeira Campos ⁽⁵⁾ – PSDB – RJ</i>	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ Vago ⁽⁴⁾ Vago <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i>	PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Juvêncio da Fonseca – PMDB – MS</i> <i>Gerson Camata – PMDB – ES</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i> <i>Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</i> <i>Jefferson Péres – Bloco Oposição – AM</i>	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder <i>Artur da Távola</i> Vice-Líder <i>Romero Jucá</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Luiz Otávio</i> Vago LIDERANÇA DO PMDB – 23 Líder <i>Renan Calheiros</i> Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gilberto Mesquita</i> <i>Juvêncio da Fonseca</i> <i>Gilvam Borges</i> <i>Marluce Pinto</i> <i>Amir Lando</i> <i>Alberto Silva</i> Vago	LIDERANÇA DO PFL – 17 Líder <i>José Agripino Maia</i> Vice-Líderes <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Leomar Quintanilha</i> Vago <i>Maria do Carmo Alves</i> Vago LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR PSDB/PPB – 17 Líder <i>Geraldo Melo</i> Vice-Líderes Vago <i>Romero Jucá</i> Vago <i>Freitas Neto</i>	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PFS) – 9 Líder <i>Eduardo Suplicy</i> Vice-Líderes <i>Emília Fernandes</i> <i>Tião Viana</i> <i>Roberto Freire</i> Vago LIDERANÇA DO PSB – 3 Líder <i>Ademir Andrade</i> Vice-Líder <i>Paulo Hartung</i> LIDERANÇA DO PTB – 5 Líder <i>Carlos Patrocínio</i> Vice-Líder <i>Arlindo Porto</i> LIDERANÇA DO PDT – 5 Líder <i>Sebastião Rocha</i> Vice-Líder <i>Álvaro Dias</i> LIDERANÇA DO PL – 1 Líder <i>José Alencar</i>

(1) Reeleitos em 2/04/1997

(2) Designação: 27/06/2001

(3) Eleito em 20/09/2001

(4) Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal

(5) Deixa o exercício do mandato em 25/09/2001, em virtude da reassunção do titular

(6) Filiou-se ao PSDB, em 28/09/2001

EXPEDIENTE	
<i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>José Farias Maranhão</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Márcia Maria Corrêa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SUMÁRIO

SENADO FEDERAL

1 – ATA DA 55ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 7 DE MAIO DE 2002

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Nº 328, de 2002, da Comissão Diretora, sobre o Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2001 (nº 3.228/2000, na Casa de origem), que institui o Cadastro Nacional de Moradia e dá outras providências. **(Redação do vencido para o turno suplementar)** 07456

Nº 329, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2002 (nº 1.567/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Gilvan Costa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco. 07457

Nº 330, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 2002 (nº 1.487/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Joséfa Alves, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco. 07458

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Correção de lapsos manifestos de remissão nos autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2002 (Medida Provisória nº 22/2002), que altera a legislação tributária federal e dá outras providências, encaminhado pela Câmara dos Deputados e aprovado sem alterações, pelo Senado Federal, no dia 23 de abril último; bem como, remessa de novos autógrafos à sanção..... 07459

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR ALVARO DIAS – Impacto das políticas protecionistas dos países desenvolvidos sobre as exportações brasileiras e a promoção do crescimento econômico nacional. 07464

SENADOR NEY SUASSUNA – Premência da implantação das novas agências de desenvol-

vimento do Nordeste e Norte para viabilizar o desenvolvimento daquelas regiões. 07465

SENADORA HELOÍSA HELENA – Necessidade de apuração das denúncias de corrupção veiculadas na revista **Veja**, edição desta semana, ocorrida durante o processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce..... 07468

SENADOR GERALDO MELO, como Líder – Defesa do candidato a Presidente da República, Senador José Serra, em decorrência da tentativa de envolvimento de S. Exª no episódio descrito em reportagem da revista **Veja**..... 07471

SENADOR ARTUR DA TÁVOLA, como Líder – Repúdio à exploração político-eleitoral, pela Oposição, das denúncias veiculadas pela revista **Veja**, a respeito do suposto envolvimento de membros do PSDB em ilicitudes praticadas no processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce..... 07472

SENADOR EDUARDO SUPLICY, como Líder – Resposta ao pronunciamento do Senador Artur da Távola, reafirmando o posicionamento da Oposição quanto à necessidade de apuração das referidas denúncias, e sugerindo que o Senador José Serra preste esclarecimentos pessoais à nação. Leitura de requerimento dirigido ao Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, solicitando que os protagonistas da reportagem da revista **Veja** sejam convidados a prestar esclarecimentos perante aquela Comissão..... 07473

SENADOR GILVAM BORGES, como Líder – Caracterização da sucessão presidencial pela guerra de intrigas e denúncias. Apelo ao Presidente Fernando Henrique Cardoso para que retire a candidatura de José Serra ao Palácio do Planalto..... 07474

SENADOR JEFFERSON PÉRES, como Líder – Necessidade de esclarecimentos pelo Senador José Serra e pelo Presidente da República sobre o conteúdo das denúncias veiculadas pela **Veja**. 07475

1.2.4 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 22, de 2002, de autoria do Senador Francelino Pereira, que altera a redação do art. 4º da Resolução nº 45, de 1998, do Senado Federal. À Comissão de Assuntos Econômicos. 07475

1.2.5 – Leitura de Propostas de Emenda à Constituição

Nº 20, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Gerson Camata, que inclui alínea ao inciso I do art. 96 da Constituição Federal, e dá outras providências. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 07476

Nº 21, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Geraldo Melo, que dá nova redação ao § 6º do art. 195 da Constituição Federal. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 07479

1.2.6 – Leitura de requerimento

Nº 231, de 2002, de autoria do Senador Carlos Wilson, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Prefeito de Gravatá, Pernambuco, Sr. Sebastião Martiniano, ocorrido no último dia 27 de abril. **Aprovado.**..... 07481

1.3 – ORDEM DO DIA**Item 1**

Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que dá nova redação ao art. 217 da Constituição Federal, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo. Não houve oradores na primeira sessão de discussão, em primeiro turno. 07481

Item 2

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2001 (nº 1.477/99, na Casa de origem), que dispõe sobre o Programa Grande Fronteira do Mercosul. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Casildo Maldaner, Artur da Távola, Osmar Dias, Sebastião Rocha, a Srª Emilia Fernandes, os Srs. Juvêncio da Fonseca, Romeu Tuma, Alvaro Dias, Geraldo Althoff, Jonas Pinheiro e Ney Suassuna. À sanção. 07481

Item 3

Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 1996 (nº 225/1995, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Tucano FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucano, Estado da Bahia. **Aprovado.** À promulgação. 07490

Item 4

Projeto de Decreto Legislativo nº 408, de 2001 (nº 1.077/2001, na Câmara dos Deputa-

dos), que aprova o ato que autoriza a Associação de Cooperação e Desenvolvimento – ACOOD a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Massapê, Estado do Ceará. **Aprovado.** À promulgação. 07491

Item 5

Projeto de Decreto Legislativo nº 415, de 2001 (nº 1.026/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Progresso da Cidadania de São Francisco do Conde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco do Conde, Estado da Bahia. **Aprovado.** À promulgação. 07491

Item 6

Requerimento nº 197, de 2002, do Senador Carlos Patrocínio, solicitando a retirada, em caráter definitivo, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2001. **Aprovado.** Ao Arquivo. 07492

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR MAGUITO VILELA – Apoio ao projeto de lei de iniciativa do Presidente da República, que cria a denominada “Lei de responsabilidade do futebol”, apresentando sugestões para o seu aperfeiçoamento. Voto de aplauso ao técnico Luiz Felipe Scolari pela apresentação da relação de jogadores que irão à Copa do Mundo.. 07492

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Considerações sobre a falta de perspectiva dos jovens em obter emprego. 07494

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Homenagem à data da abolição da escravidão, comemorada no próximo 13 de maio. 07495

SENADOR MOREIRA MENDES – Inconformismo com a pretensão do Governo do Estado do Amazonas de inviabilizar a construção do gasoduto ligando a Bacia do Rio Urucu a Porto Velho. 07500

SENADORA EMILIA FERNANDES – Êxito do 2º Salão do Turismo de Porto Alegre, ocorrido entre os dias 24 e 28 de abril próximo passado.... 07502

SENADOR MAURO MIRANDA – Realização de Audiência Pública da Subcomissão da Moradia e Desenvolvimento Urbano, com a participação do pré-candidato à Presidência da República do PSB, ex-governador Antony Garotinho. 07504

SENADOR GERALDO CÂNDIDO – Equívocos da política energética do Governo Federal. Inconveniências das usinas hidroelétricas. 07506

SENADORA EMILIA FERNANDES – Presença no Plenário das rainhas da Festa Nacional do Milho, realizada na cidade de Patos de Mi-

nas/MG, evento ligado ao desenvolvimento econômico e social daquela região. 07508

1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Análise da edição especial do **Jornal Protetores da Vida**, publicado pela Diretoria Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. 07508

SENADOR CARLOS WILSON – Homenagem à cidade de Salgueiro, em Pernambuco, pelo transcurso de seus 138 anos de fundação. ... 07509

SENADOR CARLOS BEZERRA – Apoio às sugestões da Comissão de Cana-de-Açúcar da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil para incrementar o Proálcool. 07510

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Realização do V Encontro de Rádios Comunitárias do sul e sudeste do Pará, ocorrido na segunda semana de abril. 07511

1.3.3 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 07512

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RAMEZ TEBET, EM 7-5-2002

3 – RETIFICAÇÃO

Ata da 51ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 29 de abril de 2002 e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente... 07515

4 – ATAS DE COMISSÃO

13ª e 16ª Reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 22, de 2001-SF, destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta), dias as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não-governamentais – ONG, realizadas em 11 de dezembro de 2001 e 16 de abril de 2002, respectivamente. 07515

5 – ATO DO PRESIDENTE

Nº 34, de 2002. 07521

6 – PORTARIA DO REITOR DA UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO

Nº 1, de 2002. 07521

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 51ª LEGISLATURA

8 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 55ª Sessão Deliberativa Ordinária em 7 de maio de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Ramez Tebet, Antonio Carlos Valadares, Carlos Wilson
Antero Paes de Barros, Mozarildo Cavalcanti, e Moreira Mendes*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Álvaro Dias – Amir Lando
– Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Júnior –
Antônio Carlos Valadares – Ari Stadler – Arlindo
Porto – Artur da Távola – Benício Sampaio – Ber-
nardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Wilson –
Casildo Maldaner – Chico Sartori – Edison Lobão
– Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy –
Emília Fernandes – Fernando Bezerra – Fernando
Ribeiro – Francelino Pereira – Francisco Escórcio
– Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândi-
do – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto
Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Iris
Rezende – Jefferson Peres – João Alberto Souza –
Jonas Pinheiro – José Agripino – José Alencar –
José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge –
José Serra – Juvêncio da Fonseca – Lauro Cam-
pos – Leomar Quintanilha – Lindberg Cury – Lúcio
Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otavio – Maguito
Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva –
Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes
– Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suas-
suna – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto
– Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte
– Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Re-
quião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Ro-
meu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Ro-
cha – Tião Viana – Valmir Amaral – Waldeck Orne-
las – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valada-
res) – A lista de presença acusa o comparecimento
de 75 Srs. Senadores. Havendo número regimental,
declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos tra-
balhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Moza-
rildo Cavalcanti, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECER Nº 328, DE 2002

(Da Comissão Diretora)

**Redação do vencido, para o turno su-
plementar, do Substitutivo do Senado ao
Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2001 (nº
3.228, de 2000, na Casa de origem).**

A Comissão Diretora apresenta redação do
vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo
do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 81, de
2001 (nº 3.228, de 2000, na Casa de origem), que
institui o Cadastro Nacional de Moradia e dá outras
providências.

Sala de Reuniões da Comissão, 7 de maio de
2002. – **Ramez Tebet – Antônio Carlos Valadares –
Mozarildo Cavalcanti – Carlos Wilson.**

ANEXO AO PARECER Nº 328, DE 2002

**Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho
de 2001 (Estatuto da Cidade), para insti-
tuir condição a ser observada na imple-
mentação de programas habitacionais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 10.257, de 10 de julho
de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte pará-
grafo único:

“Art 3º.

.....

Parágrafo único. Na implementação
dos programas habitacionais de que trata o
inciso III, será vedado contemplar o mesmo
beneficiário por mais de uma vez.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua
publicação.

PARECER Nº 329, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2002 (nº 1.567/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Gilvan Costa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco.

Relator: **Paulo Hartung**

Relatório:

Vem a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2002 (nº 1.567/2001 na Câmara dos Deputados), que "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Gilvan Costa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco".

Originário da Mensagem Presidencial nº 1.109, de 2001, item I, que submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 353, de 5 de julho de 2001, do Ministro de Estado das Comunicações, que outorga permissão à Fundação Gilvan Costa para executar, sem exclusividade, pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Olinda, Pernambuco.

A Exposição de Motivos do Ministro ao Presidente da República, inserta nos autos, informa a regularidade da instrução conforme a legislação que regula a espécie. Outrossim, a análise técnica da Consultoria Legislativa da Casa – fls. 98 – consubstanciada na Nota Técnica nº 295, de 2002, da lavra do Dou- to Consultor Rubem Martins Amorese, é expressa ao afirmar:

"...constatou-se que a documentação que o acompanha evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, ficando caracterizado que a entidade Fundação Gilvan Costa atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da permissão, nos termos da Resolução supracitada.

Para Constar, nomeia-se sua direção (cf. fls. 86/87), a saber:

- Diretor Presidente – Zeneide Maria de Souza Costa
- Diretor Vice-Presidente – Jaques Junior dos Santos Silva
- Diretor Secretário – Geane de Lima Silva
- Diretor Tesoureiro – Zeneide Oliveira Souza"

É o Relatório.

Voto

O exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para a execução de serviços de radiodifusão, emanados do Poder Executivo, atualmente por meio de Portaria do Ministro de Estado das Comunicações, nos termos do art. 223 da Constituição, deve obedecer, nesta Casa, às formalidades e a critérios estabelecidos na Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992.

O cotejo daquela norma com os documentos que Instruem o feito evidencia o cumprimento das formalidades legais, caracterizando o atendimento pela Fundação Gilvan Costa de todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da permissão, razão pela qual Votamos pela aprovação do Decreto Legislativo nº 20, de 2002.

Sala da comissão, 7 de maio de 2002. –
Ricardo Santos, presidente – **Paulo Hartung**, Relator, – **Geraldo Cândido (Abstenção)** – **Eduardo Suplicy (Abstenção)** – **Moreira Mendes** – **Antônio Carlos Junior** – **Jonas Pinheiro** – **José Jorge** – **Benício Sampaio** – **Juvêncio Da Fonseca** – **Arlindo Porto** – **Casildo Maldaner** – **Maguito Vilela** – **Romeu Tuma** – **Ludio Coelho** – **Gerson Camata**.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
CAPITULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º – O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º – A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º – O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º – o cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º – o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 330, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 2002 (nº 1.487/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Josefé Álvares, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco.

Relator: Senador **Paulo Hartung**

I – Relatório

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.041, de 2001, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal, ato constante da Portaria nº 354, de 5 de julho de 2001, que outorga permissão à Fundação Josefé Álvares para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco.

Nos termos do art. 16, § 10, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, a outorga será concedida mediante autorização do Senhor Presidente da República e formalizada sob a forma de convênio, após a aprovação do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 223, § 3º da Constituição Federal.

A documentação anexada à Mensagem Presidencial informa que o processo foi examinado pelos órgãos técnicos do Ministério das Comunicações, constatando-se estar devidamente instruído e em conformidade com a legislação pertinente.

O referido projeto, examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável de seu relator, Deputado Francistônio Pinto, e aprovação daquele órgão colegiado. Já na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazio em boa técnica legislativa.

É a seguinte a direção da Fundação Josefé Álvares (cf. fl. 5):

- Presidente – Nilza Alves da Silva
- Vice-Presidente – Aluizio Álvares dos Prazeres
- Diretor Administrativo e Financeiro – Geraldina Porto Menezes

II – Análise

Regulado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, o processo de outorga, pelo Poder Executivo, para execução de serviço de radiodifusão educativa, condiciona-se ao cumprimento de exigências distintas daquelas observadas nos casos de concessões ou permissões para exploração de canais comerciais de rádio e televisão.

A legislação pertinente estabelece que a outorga para exploração desse tipo de serviço não depende de edital. Também não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que “dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.”

Além disso, devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, estados e municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que “institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.”

III – Voto

Diante da regularidade dos procedimentos e do cumprimento da legislação pertinente, opinamos pela Aprovação do ato de outorga em exame, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 2002.

Sala da Comissão, 7 de abril de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Paulo Hartung**, Relator – **Geraldo Cândido** (abstenção) – **Casildo Maldaner** – **Moreira Mendes** – **Antônio Carlos Júnior** – **José Jorge** – **Benício Sampaio** – **Juvêncio da Fonseca** – **Arlindo Porto** – **Casildo Maldaner** – **Maguito Vilela** – **Romeu Tuma** – **Lúdio Coelho** – **Eduardo Suplicy** (abstenção) – **Gerson Camata**.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL****Seção II
Das atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117 DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

Art. 16. Findo o prazo do Edital, o Contel verificará quais as propostas que satisfizeram os requisitos constantes do mesmo, e:

a) em se tratando de concessão, o Contel emitirá parecer sobre as condições de execução do serviço, indicando, para a livre escolha do Presidente da República, as pretendentes que atenderá às exigências do Edital;

b) em se tratando de permissão, o Contel se manifestará, em parecer, sobre as condições de execução do serviço e selecionará a pretendente que reúna as melhores condições, observados os seguintes critérios presidenciais:

1) constituição e direção da sociedade por elementos que, comprovadamente, residam no local onde será instalada a estação emissora há, pelo me-

nos, dois anos e que a maioria das ações ou cotas representativas do capital social pertença a esses elementos;

2) constituição da sociedade com maior número de cotistas ou acionistas;

3) melhores condições técnicas para a execução do serviço, definidas pela qualidade dos equipamentos e instalações;

4) inclusão, em suas atividades de maior tempo de programação ao vivo;

5) inclusão em suas atividades de maior tempo dedicado à educação e instrução, mediante a transmissão de aulas, palestras, conferências, etc.;

6) inclusão em sua programação de maior tempo destinado a serviço noticioso.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117(*) de 27 de agosto de 1962.

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

a) a União;

b) os Estados, Territórios e Municípios;

c) as Universidades Brasileiras;

d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As Universidades e Fundações deverão comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto no artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO Nº 2.108,
DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996

Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão aprovado pelo Decreto nº 52.795⁽¹⁾ de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência comunica ao Plenário que constatou a existência de lapsos manifestos de remissão nos autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 8,

de 2002 (Medida Provisória nº 22/2002), que altera a legislação tributária federal e dá outras providências, encaminhados pela Câmara dos Deputados ao Senado Federal em 19 de abril último.

O referido Projeto de Lei de Conversão foi aprovado, sem alterações, pelo Senado Federal no dia 23 de abril e enviado à sanção.

Uma vez que se trata de inexistências meramente remissivas cuja modificação não importa em altera-

ção do sentido da matéria, a Presidência, nos termos do inciso III do art. 325 do Regimento Interno, procederá a correção do texto, comunicará o fato à Câmara dos Deputados e encaminhará novos autógrafos à Presidência da República.

É o seguinte o texto corrigido a ser encaminhado à Presidência da República:

Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º O Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas será calculado de acordo com as seguintes tabelas progressivas mensal e anual, em reais:

Tabela Progressiva Mensal

Base de cálculo em R\$	Alíquota %	Parcela a deduzir do Imposto R\$
Até 1.058,00	-	-
De 1.058,01 até 2.115,00	15	158,70
Acima de 2.115,00	27,5	423,08

Tabela Progressiva Anual

Base de cálculo em R\$	Alíquota %	Parcela a deduzir do Imposto R\$
Até 12.696,00	-	-
De 12.696,01 até 25.380,00	15	1.904,40
Acima de 25.380,00	27,5	5.076,90

Art. 2º Os arts. 4º, 8º e 10 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º

.....
 III - a quantia de R\$ 106,00 (cento e seis reais) por dependente;

.....
 VI - a quantia de R\$ 1.058,00 (um mil e cinquenta e oito reais), correspondente à parcela isenta dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios,

por qualquer pessoa jurídica de direito público interno, ou por entidade de previdência privada, a partir do mês em que o contribuinte completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

....." (NR)

"Art. 8º

.....

II - das deduções relativas:

.....

b) a pagamentos efetuados a estabelecimentos de ensino relativamente à educação pré-escolar, de 1º, 2º e 3º graus, creches, cursos de especialização ou profissionalizantes do contribuinte e de seus dependentes, até o limite anual individual de R\$ 1.998,00 (um mil, novecentos e noventa e oito reais);

c) à quantia de R\$ 1.272,00 (um mil, duzentos e setenta e dois reais) por dependente;

....." (NR)

"Art. 10. Independentemente do montante dos rendimentos tributáveis na declaração, recebidos no ano-calendário, o contribuinte poderá optar por desconto simplificado, que consistirá em dedução de 20% (vinte por cento) do valor desses rendimentos, limitada a R\$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais), na Declaração de Ajuste Anual, dispensada a comprovação da despesa e a indicação de sua espécie.

....." (NR)

Art. 3º O art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

"Art. 24

.....

§ 3º Para os fins do disposto neste artigo, considerar-se-á separadamente a tributação do trabalho e do capital, bem como as dependências do país de residência ou domicílio." (NR)

Art. 4º As disposições relativas a preços, custos e taxas de juros, constantes dos arts. 18 a 22 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, aplicam-se, também, às operações efetuadas por pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no Brasil, com qualquer pessoa física ou jurídica, ainda que não vinculada, residente ou domiciliada em país ou dependência cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade.

Art. 5º Na hipótese de doação de livros, objetos fonográficos ou iconográficos, obras audiovisuais e obras de arte, para os quais seja atribuído valor de mercado, efetuada por pessoa física a órgãos públicos, autarquias, fundações públicas ou entidades civis sem fins

lucrativos, desde que os bens doados sejam incorporados ao acervo de museus, bibliotecas ou centros de pesquisa ou ensino, no Brasil, com acesso franqueado ao público em geral:

I - o doador deverá considerar como valor de alienação o constante em sua declaração de bens;

II - o donatário registrará os bens recebidos pelo valor atribuído no documento de doação.

Parágrafo único. No caso de alienação dos bens recebidos em doação, será considerado, para efeito de apuração de ganho de capital, custo de aquisição igual a zero.

Art. 6º O campo de incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) abrange todos os produtos com alíquota, ainda que zero, relacionados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 4.070, de 28 de dezembro de 2001, observadas as disposições contidas nas respectivas notas complementares, excluídos aqueles a que corresponde a notação "NT" (não-tributado).

Art. 7º Para efeito do disposto no art. 4º, incisos I e II, do Decreto-Lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971, o percentual de incidência é o constante da TIPI, aprovada pelo Decreto nº 4.070, de 28 de dezembro de 2001.

Art. 8º É concedida isenção do Imposto de Importação (II) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes na importação de equipamentos e materiais destinados, exclusivamente, ao treinamento de atletas e às competições desportivas relacionados com a preparação das equipes brasileiras para jogos olímpicos, paraolímpicos e parapanamericanos.

§ 1º A isenção aplica-se a equipamento ou material sem similar nacional, assim considerado aquele homologado para as competições a que se refere o *caput* pela entidade federativa internacional da respectiva modalidade esportiva.

§ 2º A isenção do IPI estende-se também aos equipamentos e materiais adquiridos diretamente de fabricante nacional.

Art. 9º São beneficiários da isenção de que trata o art. 8º os órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e suas respectivas autarquias e fundações, os atletas das modalidades olímpicas e paraolímpicas, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), bem como as entidades nacionais de administração do desporto que lhes sejam filiadas ou vinculadas.

Art. 10. O direito à fruição do benefício fiscal de que trata o art. 8º fica condicionado:

I - à comprovação da regularidade fiscal do beneficiário, relativamente aos tributos e contribuições federais;

II - à manifestação da Secretaria Nacional de Esportes do Ministério do Esporte e Turismo sobre:

- a) o atendimento do requisito estabelecido no § 1º do art. 8º;
- b) a condição de beneficiário da isenção, do importador ou adquirente, nos termos do art. 9º; e
- c) a adequação dos equipamentos e materiais importados ou adquiridos no mercado interno, quanto à sua natureza, quantidade e qualidade, ao desenvolvimento do programa de trabalho do atleta ou da entidade do desporto a que se destinem.

Parágrafo único. Tratando-se de produtos destinados à modalidade de tiro esportivo, a manifestação quanto ao disposto nas alíneas a e c do inciso II será do órgão competente do Ministério da Defesa.

Art. 11. Os produtos importados ou adquiridos no mercado interno, na forma do art. 8º, poderão ser transferidos, sem o pagamento dos respectivos impostos:

I - para qualquer pessoa e a qualquer título, após o decurso do prazo de 4 (quatro) anos, contado da data do registro da Declaração de Importação ou da emissão da Nota Fiscal de aquisição do fabricante nacional; ou

II - a qualquer tempo e qualquer título, para pessoa física ou jurídica que atenda às condições estabelecidas nos arts. 8º a 10, desde que a transferência seja previamente aprovada pela Secretaria da Receita Federal.

§ 1º As transferências, a qualquer título, que não atendam às condições estabelecidas nos incisos I e II do *caput* sujeitarão o beneficiário importador ou adquirente ao pagamento dos impostos que deixaram de ser pagos por ocasião da importação ou da aquisição no mercado interno, com acréscimo de juros e de multa de mora ou de ofício.

§ 2º Na hipótese do § 1º, o adquirente, a qualquer título, de produto beneficiado com a isenção é responsável solidário pelo pagamento dos impostos e respectivos acréscimos.

Art. 12. Os benefícios fiscais previstos nos arts. 8º a 11 aplicam-se a importações e aquisições no mercado interno cujos fatos geradores ocorram até 31 de dezembro de 2004.

Art. 13. A Secretaria da Receita Federal e a Secretaria Nacional de Esportes expedirão, em suas respectivas áreas de competência, as normas necessárias ao cumprimento do disposto nos arts. 8º a 12.

Art. 14. Ficam revogados os arts. 13 e 15 da Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, no caso do:

I - art. 1º, em relação aos fatos geradores ocorridos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2002;

II - art. 2º, em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Há oradores inscritos, mas antes gostaria de conceder a palavra aos Srs. Senadores que desejam solicitar inscrição para fazer uma comunicação inadiável na prorrogação do Hora do Expediente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Sr. Presidente, conforme V. Ex^a mesmo anunciou, solicito minha inscrição para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sr. Presidente, no mesmo sentido, também solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável em terceiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Os Srs. Senadores Mozarildo Cavalcanti, Moreira Mendes e Sebastião Rocha estão inscritos para fazer uma comunicação inadiável na prorrogação da Hora do Expediente, de acordo com o art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

V. Ex^{as} terão a palavra assegurada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Com a permissão do Sr. Presidente, vou fazer uma sugestão de natureza técnica, pedindo aos cinegrafistas da TV Senado que acionem apenas essa câmera, dispensando aquela, porque se torna mais fácil o diálogo com os telespectadores, uma vez que o plenário do Senado nesta sessão está esvaziado. Agradeço a colaboração dos cinegrafistas da TV Senado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a pobreza não é um fenômeno isolado, restrito a determinadas fronteiras geográficas. A pobreza está em toda parte. E da pobreza absoluta decorrem o desencanto, a desesperança e a revolta. A pobreza absoluta passa a ser questão de política planetária, passa a ser catalisadora da insegurança internacional. Mas me parece, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que as nações ricas não se aperceberam disso e prosseguem com a sua política, a do egoísmo, sacrificando nações em desenvolvimento, adotando políticas protecionistas, impondo subsídios extraordinários à agricultura, estabelecendo barreiras tributárias ou não-tributárias. E disso decorre uma competição desigual das nações em desenvolvimento com as nações ricas do mundo.

É isso o que acontece com os países da União Européia. A Europa estabelece uma política externa que compromete os interesses dos países em desenvolvimento e uma política interna de subsídios que, da mesma forma, compromete países como o nosso que dependem de exportações especialmente de produtos agrícolas para alcançar o desenvolvimento almejado. Um bilhão de dólares por dia de subsídios são destinados à agricultura na Europa, nos Estados Unidos e no Japão, e, agora, o Governo norte-americano anuncia um aumento dos investimentos no setor, com subsídios ainda maiores para a agricultura norte-americana.

Ainda ontem, desta tribuna, referimo-nos ao desemprego como enorme desafio e dissemos que, das exportações brasileiras, 33% são originárias do **agro-business**, o equivalente a 11% do Produto Interno Bruto.

É evidente que a política protecionista das nações ricas, as barreiras tributárias ou não-tributárias, comprometem esse sonho de desenvolvimento do nosso País. Obviamente, a nossa agricultura seria mais rica, rentável e pujante se não houvesse os obstáculos que são colocados pelas nações poderosas. Não creio ser essa uma atitude inteligente, porque, sem dúvida, ao dificultar o desenvolvimento de países como o nosso, está-se semeando a discórdia no universo.

É claro que o Brasil precisa ser mais ousado. O Governo brasileiro precisa romper esses obstáculos. O discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso tem sido aplaudido aqui, mas não tem ecoado lá fora, já que resultados concretos não se verificam. É preciso estabelecer o pacto do crescimento. As decisões internacionais devem ser democratizadas. É preciso rever, Sr. Presidente e Sr^{as} e Srs. Senadores, a política de financiamento aos países em desenvolvimento por parte do sistema financeiro internacional. Essa política não é mais compatível com a realidade deste momento. É preciso fazer crescer o fluxo de capitais para os países em desenvolvimento.

Como se sabe, até dois anos atrás, observamos o crescimento do fluxo de capitais, que alcançou 14%. De lá para cá houve uma redução significativa, e, hoje, o fluxo de capitais corresponde a apenas 7% para os países em desenvolvimento. Esse pacto de crescimento é uma necessidade em favor da paz mundial.

Por exemplo, o Paraná, o meu Estado, que é privilegiado pela força da sua agricultura, destina para a Europa de 30% a 40% das suas exportações, sendo que 36% das exportações têm origem no complexo

soja; 20% decorrem do setor de transportes, especialmente do de veículos; e 12% decorrem do setor da carne e do couro. Dessas exportações, 30% a 40% são destinadas à Europa; 18%, ao Nafta – Estados Unidos e México –; 12%, à Ásia; e apenas 10%, ao Mercosul. Por essa razão, o Estado do Paraná, a exemplo do que acontece com o Brasil de forma geral, sofre duramente as consequências da política protecionista, resultante do egoísmo das nações poderosas do mundo.

Creio que não devemos alimentar muitas esperanças de que o atual Governo conseguirá romper essa barreira do egoísmo internacional. Resta-nos a esperança de ver candidatos à Presidência da República apresentando propostas objetivas nesse sentido. Certamente, o caminho deve ser o pacto das nações em desenvolvimento, que, unidas, terão força maior na tentativa de levar nações poderosas ao convencimento de que a abertura do comércio externo nos levará a uma prosperidade maior, sobretudo em relação às nações em desenvolvimento, porque estas são consideradas mercados emergentes de muita importância para a economia mundial.

Verifica-se que, sustentadas por modernas teorias econômicas, as nações mais ricas pregam o livre comércio, mas, na prática, adotam medidas protecionistas que contrariam, de forma absoluta, as modernas teorias econômicas. É o que verificamos, mais recentemente, da parte do Governo dos Estados Unidos, quando adotou salvaguardas a pretexto de fazer frente à prática do **dumping** no nosso País, no que diz respeito ao preço do aço. Ocorre, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Governo norte-americano parte da falsa idéia de que, no Brasil, pratica-se **dumping** em relação ao preço do aço. A nossa indústria siderúrgica é eficiente e competitiva exatamente porque está muito próxima das jazidas e porque o nosso País possui minério de qualidade excepcional. Portanto, somos mais competitivos do que os Estados Unidos da América do Norte em matéria de siderurgia.

O que queremos? O que o Brasil pode exigir? O que os países em desenvolvimento podem exigir das nações poderosas? Tratamento igual. Que dêem para os produtos que exportamos o mesmo tratamento que oferecemos aos produtos que importamos! Que os Estados Unidos ofereçam para os produtos que exportamos o mesmo tratamento que oferecemos, por exemplo, a produtos de tecnologia ou à propriedade intelectual, que é, sem sombra de dúvida, primazia dos Estados Unidos da América do Norte!

Somos obrigados a exportar ainda porque a nossa indústria não alcançou os patamares tecnológicos que a globalização exige. Somos obrigados a exportar volumes significativos de matéria-prima. E, exatamente por isso, somos contidos no nosso processo de desenvolvimento econômico.

Evidentemente, não podemos interferir nas políticas públicas adotadas por outras nações. Não podemos, obviamente, impedir que nações da Europa ofereçam US\$60 bilhões anualmente de subsídios à agricultura. Mas o que devemos exigir é que nos tratem, no que diz respeito à competição do comércio internacional, da mesma forma como nós os tratamos daqui.

É evidente que não podemos, a exemplo do que fazem as nações ricas, investir em subsídios para a agricultura, porque, lamentavelmente, as dívidas públicas brasileiras, interna e externa, que hoje alcançam 55% do Produto Interno Bruto, impedem-nos de investir em setores fundamentais para o nosso desenvolvimento, já que somos forçados a praticar elevadas taxas de juros na rolagem de uma dívida pública impossível de ser administrada ainda no plano interno. O Governo da União já obteve relativo êxito na administração da dívida externa, alongando-a para torná-la menos sufocante, mas ainda não encontrou os caminhos para a administração da dívida interna de forma compatível com a realidade econômica do nosso País.

Creio serem esses os pontos fundamentais para qualquer proposta de candidato à Presidência da República. Sem medidas objetivas e inteligentes que nos levem a concluir que há saídas para o impasse da dívida pública e para o impasse das nossas relações no plano do comércio internacional, sem soluções adequadas para essas questões, certamente não podemos assumir o compromisso de retomarmos o crescimento econômico nos patamares exigidos pela sociedade brasileira.

Sr. Presidente, todo ano eleitoral é ano de esperança; ressuscitam-se as esperanças. Como ensina Grunsky, se somos – e temos que ser – pessimistas no diagnóstico, devemos ser otimistas na solução.

É isso o que esperamos dos candidatos à Presidência da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, próximo orador inscrito, por 20 minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, a Organização Mundial da Saúde divulgou uma pesquisa que coloca o Brasil em primeiro lugar no **ranking** dos crimes cometidos com armas de fogo e em terceiro lugar no **ranking** do homicídio juvenil.

É estarrecedor que isso aconteça. Por índole, não somos um povo violento; por índole, somos, como bem dizem alguns articulistas, um povo muito mais do diálogo do que da violência. Diferimo-nos dos hispânicos, que, quando chegaram a este País, trouxeram três bandeiras: Deus, ouro e glória. Preocupávamo-nos mais com Deus e com o ouro; não tínhamos a preocupação com a glória, que, às vezes, pode ser transformada em uma grande violência.

Vejamos o que ocorreu em algumas revoluções, mesmo recentemente, quando 200 pessoas morreram durante a Revolução de 1964. Éramos 130 milhões; ao lado, em um país com 30 milhões de habitantes, foram mortas 30 mil.

Somos, por natureza, pessoas pacíficas. O que será que faz com que estejamos encabeçando esse **ranking**? Será que isso se dá devido ao desespero, à facilidade com que se compram armas de fogo? Não é verdade. Há países onde é livre a compra de armas de fogo. Será que isso se deve à desesperança dos jovens em relação ao emprego, ao despreparo, à incerteza de um futuro promissor? Alguns motivos devem existir, e algum deles pode até estar relacionado à Justiça lenta, ao fato de a Polícia precisar ser melhor equipada.

Mas eu queria mudar esse enfoque. Já nem quero falar no País todo, apenas enfocar o meu Nordeste.

O meu Nordeste, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, clama por soluções há muitos séculos. Lá, ocorreu o primeiro ciclo econômico, o do pau-brasil. O pau-brasil do Nordeste era mais tenro e mais fácil de ser triturado para a retirada da tintura vermelha, tão almejada nos anos 1500. Com isso, barateou-se enormemente a tintura dos tecidos, que passaram a ser facilmente coloridos pelo pau-brasil.

Depois, veio o ciclo da cana-de-açúcar, e o Nordeste teve os seus engenhos. Esses engenhos declinaram quando, perseguidos, muitos judeus migraram para as Antilhas e para Nova Iorque, criando uma colônia na ilha de Manhattan.

Em seguida, vieram o ciclo do café e a industrialização, e o País desenvolveu-se. Prometeram consertar essa situação, mas há quantos anos nós, nordestinos e nortistas, continuamos aguardando esse conserto!

Celso Furtado e Juscelino criaram a Sudene e a Sudam. Muitas soluções foram encontradas, não todas, mas esses dois órgãos foram alavancas importantes para o progresso da Região Norte e toda a nossa região nordestina, inclusive contribuindo para a criação e o crescimento da classe média, praticamente inexistente: ou se era pobre ou se era rico.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há um ano estão fechadas a Sudene e a Sudam. Foram criadas, em seu lugar, a ADA e a Adene, que até hoje não foram implantadas.

Muitos, aqui, podem dizer: “E quando V. Ex^a era Ministro, por que não procurou fazê-lo?” Procurei, fiz tudo o que pude para agilizar os processos que estavam paralisados na Sudam e na Sudene. Primeiro, tentei fazer uma triagem dos processos, dividindo-os – como já disse – em quatro categorias. Em primeiro lugar, os que não tinham nenhum problema, que podiam ser pagos com tranquilidade. Afinal de contas, somos devedores, pois a República fez um contrato com essas empresas e já deveria ter pago a parcela há muito tempo. Numa economia difícil, esse dinheiro está fazendo falta para capital de giro e complementação. Outra parcela foi a dos que queriam se adaptar ou por causa de tecnologia ou porque mudou a economia, e, desde que não houvesse prejuízo a ninguém, foi permitida essa mudança. Um terceiro grupo de processos, pura e simplesmente pelas dificuldades que surgiram por praticamente ter ocorrido a finalização da corrupção, também desde que não houvesse prejuízos, pôde ser arquivado. Os remanescentes foram os que lesaram as instituições: receberam dinheiro e nada fizeram, emitiram notas frias e deram fim ao dinheiro público. Esses estão, hoje, respondendo, tanto na Sudam como na Sudene, perante a lei, a Receita Federal, o Ministério Público e tudo o mais.

Fizemos isso. Tentamos e conseguimos pagar alguns desses processos que estavam inteiramente corretos. Na Sudam, só conseguimos pagar dois: o da Eletronorte, por causa da crise da eletricidade, e o da Ferronorte, que estava paralisada, com três mil empregados parados. Havia interesse do Governo em que se tocasse essa ferrovia porque ela será uma veia fundamental para o barateamento da circulação da riqueza brasileira, pois chegará até Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e a levará para os portos. Na área da Sudene, conseguimos pagar um pouco mais: cerca de trinta ou quarenta projetos.

No entanto, para surpresa nossa, os mecanismos novos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estão paralisados. A Sudene antiga está sendo extinta. Há lá uma pessoa, colocada por nós, encarregada da

liquidação de todo esse acervo. Há contas a pagar, mas a Sudene não pode fazê-lo porque não mais existe e, portanto, não tem dinheiro. Até os prédios lhe foram tirados. Para a nova Adene, não foram nomeados os diretores até hoje e, sendo assim, não pode usar o dinheiro previsto no Orçamento. Há um ano estamos vivendo uma situação inteiramente kafkiana: uma deve e não pode pagar porque não existe; a outra tem o dinheiro mas não pode pagar porque não tem diretoria.

Nós, nordestinos, temos sido tímidos. Usaria até uma expressão mais forte: temo-nos comportado covardemente. E por quê? Porque ficamos tão perplexos diante dos fatos de que tomamos conhecimento que paralisamos a ação. Por isso, há um ano toda essa região não tem funcionando a importante alavanca da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, hoje Agência de Desenvolvimento do Nordeste.

Diferente não ocorreu na região amazônica: a paralisia é a mesma. A situação também é a mesma: contas a pagar da Sudam, que não pode fazê-lo porque não mais existe – o elevador não funciona, não há papel, cafezinho ou xerox, pois não existe verba. O dinheiro novo destinado pelo Orçamento à ADA não pode ser mexido, porque não há diretores.

Repito que essa é uma situação kafkiana, que completou um ano, comemorado por funcionários e empresários - um ano de falta das duas agências.

Um terceiro órgão, a Agência do Centro-Oeste, já deveria ter sido criado, mas não o foi.

Para abordar esse assunto, hoje ocupo a tribuna, para pedir às autoridades federais que agilizem esse processo. Sei que culpados somos nós, os políticos, porque nos acovardamos. Foram tantos os escândalos que ficamos pasmos, olhando de longe o que estava acontecendo. Sei que também somos culpados, nós, empresários, porque também nos acovardamos, ficamos preocupados: quem será que está envolvido? Um ano depois, a situação continua a mesma. Para os empresários do Sul e Sudeste, ela não cria problemas. Pelo contrário, é até tranquilizadora, porque eles têm tecnologia e **know-how** para usar o BNDES, fazendo-o com muita facilidade. Para nós, que não tínhamos e não temos esse **know-how**, a Sudene e a Sudam eram a única solução e a única alavanca que tínhamos no Centro-Oeste, no Norte e no Nordeste, e há um ano que estamos, de forma estupefata, constatando a sua paralisação.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO.) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB.) – V. Ex^a tem o aparte.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO.) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a aborda um tema da maior importância para o desenvolvimento das regiões deste País, e o faz com conhecimento de causa, até porque V. Ex^a, como ex-Ministro, procurou conhecer detalhes deste nosso sofrido País. V. Ex^a se referiu à Sudam e à Sudene, Superintendências importantes para o desenvolvimento das Regiões Norte e Nordeste. Também aqui no Centro-Oeste existiu a Sudeco – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste –, um instrumento importante para o desenvolvimento da nossa Região, extinto com a promessa de que seria substituído por um outro órgão. No entanto, até hoje não surgiu nenhum mecanismo de substituição da Sudeco. No caso da Sudam e da Sudene, o Brasil tomou conhecimento dos motivos pelos quais elas foram extintas. Infelizmente, nobre Senador, porque acredito que, quando há corrupção, os corruptos é que devem ser punidos e não as instituições. Se assim agirmos, acabaremos com todas as instituições deste País. Há corrupção no Banco do Brasil? Acabamos com ele. Há corrupção na Caixa Econômica Federal? Acabamos com a Caixa. Penso que os corruptos é que devem ser punidos, ou então que se nomeie quem tenha idoneidade moral, competência, responsabilidade e seriedade para os comandos administrativos dessas Agências e Superintendências. Sabemos que o desenvolvimento das nossas regiões fica altamente comprometido, porque sequer existe uma instituição para acompanhar **pari passu** as suas necessidades. Por isso, têm surgido constantemente os bolsões de miséria, as favelas. Tais Superintendências acompanhavam, de perto, também os movimentos sociais. Infelizmente, hoje, a pobreza, a miséria e a fome têm aumentado assustadoramente em nosso País. A violência é filha da fome, da miséria, do desemprego e do descuido, de uma forma geral, para com os programas sociais. Congratulo-me com V. Ex^a. O mundo político precisa se preocupar com essas questões fundamentais e básicas para o nosso desenvolvimento. No entanto, a meu ver, isso não vem ocorrendo. Meus cumprimentos!

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB.) – Muito obrigado, Senador Maguito Vilela.

Na verdade, V. Ex^a fez o **link** à conclusão do meu pronunciamento. A violência chegou a um nível insuportável. Veja V. Ex^a que as regiões mais sofridas são justamente aquelas que precisam de maiores cuidados para que as pessoas não se desloquem do seu meio social, onde têm um nome a zelar – são filhos de

fulano e netos de sicrano. O que se verifica é que essas pessoas têm-se deslocado para uma megalópole, onde se tornam um João-Ninguém; revoltam-se, viram bandidos e geram cada vez mais violência.

Sr. Presidente, não estou aqui para crucificar o Governo, até porque fiz parte dele. Mas quero deixar claro que tudo fiz para agilizar essas agências, inclusive a da Região Centro-Oeste, hoje transformada em uma Secretaria Especial. Entendo que precisamos transformá-la novamente em agência. Não há razão para que o Centro-Oeste não tenha o mesmo **status** dado às outras duas Regiões, até porque o Centro-Oeste, que é um celeiro e tem um futuro brilhante, é a Região que mais tem crescido no País. Caso providências não sejam tomadas rapidamente no sentido de que esses mecanismos voltem a funcionar, estaremos acelerando essa desproporção e, com toda a certeza, acelerando os meios para o crescimento da violência.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sei que outras coisas precisam ser feitas no Nordeste. Cada vez que olho para a Senadora Heloísa Helena lembro-me da briga de S. Ex^a para a revitalização do São Francisco, que tem que ser feita. Temos que fazer a interligação das bacias Tocantins e São Francisco. Temos que buscar também a adução de 2% da água, ou concomitante, ou via Tocantins, para as regiões que não têm água quando chega a estiagem. Temos que fazer o gasoduto pelo interior da nossa Região, porque, se continuarmos queimando a pouca lenha que temos, logo teremos um deserto em todo o Nordeste. Temos que revitalizar a Transnordestina.

Tudo isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, é lembrado quando se aproximam as eleições, mas depois é letra morta. Quanta coisa já poderíamos ter feito! Quanto tempo perdido!

Preocupa-me que um País como o nosso, que tem um futuro brilhante, em um momento em que acontecem crises em vários países do mundo, como Venezuela, Colômbia, Argentina, inclusive nos Estados Unidos, que passa por um problema terrível com a segurança depois de setembro último, não esteja aproveitando as oportunidades! Em vez disso, aqui no Brasil, a maioria da classe política olha para o próprio umbigo, a maioria da classe política preocupa-se com fuxicos partidários e não com o que está acontecendo no restante do mundo. Enquanto países pequeninos como Taiwan, que ocupa um pequeno espaço territorial e tem uma população de 22 milhões de habitantes, tem mais de US\$900 bilhões emprestados mundo afora, nós, com uma extensão gigantesca e com mais de 170 milhões de habitantes, estamos

prostrados, pedindo ajuda aqui e ali e destinando mais de quatro quintos da nossa receita para o pagamento de dívidas. É triste! É muito triste ver tudo isso!

Sr. Presidente, deixo um apelo a todos os Senadores, principalmente aos nordestinos: que façamos um esforço para que não se complete um segundo ano sem a Adene e sem a ADA. São alavancas muito importantes que não podem deixar de ser utilizadas para ajudar um povo sofrido, que, se não tiver oportunidade de trabalho em sua terra, vai continuar a aumentar as estatísticas de violência, que envergonham qualquer brasileiro. Somos o número um, segundo a Organização Mundial de Saúde, em mortes por arma de fogo e em crimes praticados por adolescentes. Acredito que qualquer brasileiro se envergonhará e se entristecerá diante dessas estatísticas, assim como acontece comigo neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, próxima oradora inscrita.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, existe um texto muito interessante e extremamente atual, sobre o qual já tive a oportunidade de me referir nesta Casa. Falo do “Sermão do bom ladrão”, do Padre Antônio Vieira. O texto fala de como a **Bíblia** e de como Jesus tratavam de forma diferenciada o ladrão pobre do ladrão rico. Sinalizando como Ele tratou Dimas e Zaqueu. No texto, existe uma parte muito interessante, em Provérbios, Senador Mestrinho, que diz – e isto não está no livrinho da Esquerda brasileira; está escrito em Provérbios, na **Bíblia** –: “Não é grande a culpa de quem furta se furta para matar a fome”.

É exatamente por isso que, todos sabemos, Cristo perdoou Dimas, que foi crucificado juntamente com Ele. Jesus o caracterizou como o bom ladrão. Por quê? Porque ele estava despido, pregado na cruz, na extrema pobreza, impossibilitado de restituir qualquer coisa que tivesse roubado anteriormente e, se o tivesse feito para matar a fome, já estaria, sem dúvida alguma, sem a culpabilidade presente. Cristo resgatou alguns preceitos extremamente interessantes, como o fato de que se deve dar tratamento diferente a cada ladrão. Dizia Ele que a Zaqueu, ladrão rico, deveria ser dado um castigo maior porque ele era o chamado ladrão tolerado. O que é o ladrão tolerado? É aquele cuja riqueza já é a imunidade necessária para roubar sem castigo, sem força e sem culpa. Qualquer um de nós sabe disso. Quando o favelado, no auge do desespero, se joga na marginalidade ou no narcotráfico,

como último refúgio, já sabe o que o espera porque já viu um amigo ou um parente ser assassinado, aos 16 ou 17 anos, vítima da estrutura do crime a que serve. O ladrão rico, não. É o ladrão tolerado. A este a própria riqueza e as relações políticas conferem imunidade. Então, rouba sem ter medo da força, da lei, de absolutamente nada.

Há um outro texto muito bonito, também da **Bíblia**, Senador Valadares – não tem nada com a Esquerda –, em Salomão, que diz assim: “O ladrão que furta para comer não vai nem leva ao inferno. Os que não só vão, mas levam, são os ladrões de maior calibre e de mais alta esfera, os quais, debaixo do mesmo nome e do mesmo procedimento, agem”

Diz ainda outro Santo – ninguém da Esquerda –, São Basílio Magno: “Não são só ladrões os que cortam bolsas ou espreitam os que se vão banhar, para lhes colher a roupa; os ladrões que mais própria e dignamente merecem este título são aqueles a quem os reis encomendam os exércitos e legiões, ou o governo das províncias, ou a administração das cidades, os quais, já com manha, já com força, roubam e despojam os povos. Os outros ladrões roubam um homem; estes roubam cidades e reinos; os outros furtam debaixo do seu próprio risco; estes sem temor nem perigo; os outros, se furtam são enforcados; estes furtam e enforcam”. Sr. Presidente, tudo isso está na **Bíblia**.

São Tomaz de Aquino ainda diz algo muito importante para nós, que temos a obrigação de fiscalizar os atos do Poder Executivo e garantir que aquilo que está no Código Penal, que inclusive leva para a cadeia, tais como crimes contra a administração pública, exploração de prestígio, tráfico de influência, intermediação de interesses privados: “Aquele que tem a obrigação de impedir que não se fure, se não o impediu, fica obrigado a restituir o que se furtou. E até os príncipes que, por sua culpa, deixarem crescer os ladrões, são obrigados à restituição; porquanto as rendas com que os povos os servem e assistem são como estipêndios instituídos e consignados por ele para que os príncipes guardem e mantenham em justiça”.

Estou tratando de alguns desses trechos da **Bíblia**, embora tenha uma frase muito bonitinha que diz assim: “Não há debaixo do céu nenhum segredo que não possa ser revelado”. Como nós, da Oposição, não sabemos ainda se essa matéria que está na revista **Veja** é algum dos segredos a que se refere a **Bíblia**, não vamos ainda fazer juízo de valor sobre a matéria que está na revista, embora se trate de reportagem extremamente importante para o Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós, da Oposição, estaremos apresentando, amanhã, um requerimento, assinado pelo Senadores Eduardo Suplicy, Jefferson Péres, Roberto Saturnino, por mim, enfim, por todos que compõem a Comissão de Fiscalização e Controle, solicitando a abertura de um procedimento investigatório sobre o tema, que é extremamente grave, pois trata de tudo aquilo que é devidamente condenável no Código Penal, ou seja, propina. O recebimento de comissão, no processo de privatização, é propina, efetivamente.

Todos sabemos que, como a Constituição estabelece, o ideal – se tivéssemos a independência necessária – seria abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que é a única que tem o poder de investigação próprio das autoridades judiciais e possibilitaria a utilização dos mecanismos ágeis necessários para desvendar os mistérios limpos ou sujos que estão sendo divulgados pela revista **Veja**. Como é a comissão parlamentar de inquérito que pode quebrar sigilo bancário, fiscal e telefônico e convocar não apenas agentes públicos, mas também personalidades envolvidas em qualquer escândalo, denúncia ou indício relevante de crime contra a administração pública, seria de fundamental importância que se instalasse uma CPI.

Apresentaremos, amanhã, na Comissão de Fiscalização e Controle, um requerimento para abertura de procedimento investigatório, e é de fundamental importância que os Ministros que se apresentaram como conhecedores desse tipo de delito possam aqui prestar esclarecimentos. Como os outros não estão na condição de agente público, infelizmente não poderão ser convocados e, sim, convidados. Daí a necessidade de trabalharmos, se quisermos que esta Casa cumpra a sua obrigação constitucional, respeitando a ordem jurídica vigente para que consigamos abrir uma comissão parlamentar de inquérito.

Enquanto esse assunto tramita nas duas Casas, temos a obrigação de abrir um procedimento investigatório. Nem vou citar, Senador Tião Viana, algumas falhas que detectamos. Espero que tenha sido apenas um lapso da personalidade política do citado ou um lapso do jornalista a possibilidade de que algum ex-ministro ou ministro tenha tomado conhecimento do assunto, sem que se tivesse envolvido sob a alegação de que o caso não estava restrito à sua área de atuação. Imagine, Senador Tião Viana, se V. Ex^a, ou o Senador Eduardo Suplicy, ou eu tomarmos conhecimento de uma denúncia grave de crimes cometidos contra a Administração Pública e não tomarmos nenhuma providência, estaremos prevaricando. E pre-

variação também ocorreria se estivéssemos num país que não fosse o país da impunidade, onde alguns vêem o sol nascer quadrado por terem roubado pão para matar a fome.

Daí a necessidade, Sr. Presidente, de que esta Casa se posicione de uma forma firme e independente. Não haverá problema – nós, que somos do interior, sabemos do ditado que diz que quem não deve não teme e nem treme –, se, no procedimento investigatório ficar comprovado que nada disso é verdade, será o mais belo salvo-conduto, atestado de idoneidade moral para todas as personalidades que estão sendo citadas, sejam candidatos a presidente ou outros. A matéria da revista divulga que o senhor, que está sendo citado como o que estava fazendo tráfico de influência, exploração de prestígio, intermediação de interesse privado, enquanto dirigente maior do Banco do Brasil, era um dos articuladores do fundo de campanha de um candidato à presidência. É de fundamental importância que possamos esclarecer isso.

Já dizia Padre Antônio Vieira, cuja obra o Senador Gilberto Mestrinho conhece, que o pior diabo é o diabo mudo, o eloqüente mudo. É aquele que se cala diante do que é extremamente grave, que exige do Congresso Nacional, do Senado Federal o verdadeiro esclarecimento dos fatos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senadora Heloísa Helena?

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a traz aqui as reflexões do Padre Antônio Vieira a respeito de graves fatos que podem ter ocorrido no âmbito da Administração Pública Federal, especialmente durante o processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce e, depois, das empresas do Sistema Telebrás. A Oposição, quando da divulgação das gravações de conversas telefônicas entre autoridades do Palácio do Planalto e Ministros, já havia tentado realizar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar os fatos, mas, na ocasião, não conseguiu o número de assinaturas necessário. Agora, surge a notícia de que, alguns anos antes, quando da privatização da Vale do Rio Doce, a mesma personagem que teria agido de maneira a articular a ação dos fundos de pensão de se juntarem a grupos econômicos privados para adquirirem as empresas do grupo Telebrás estava também envolvida na articulação junto a outros grupos econômicos que desejavam participar do leilão da Companhia Vale do Rio Doce. Acontece que a personagem

central na história, o Sr. Ricardo Sérgio, sendo Diretor da Área Internacional do Banco do Brasil e da Previ, realizou ações no sentido de fazer os fundos de pensão, como a Previ e outros, agirem em consonância com aqueles interesses. Diante da observação do ex-Ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros e do atual Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, de que teriam ouvido diretamente do atual Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, Benjamin Steinbruch, que o Sr. Ricardo Sérgio teria pedido uma comissão para agir de acordo com os interesses de alguns grupos, cabe esclarecer o episódio: se houve ou não o pagamento da comissão, se o procedimento desse Diretor do Banco do Brasil foi, de fato, o de pedir uma comissão e qual foi o procedimento no âmbito do Executivo; se eles levaram isso ao conhecimento do Presidente da República, como está registrado na matéria, qual foi o procedimento de Sua Excelência. Afirma-se na revista que o Senador José Serra seria pessoa bastante ligada ao Sr. Ricardo Sérgio. Conheço o Senador José Serra desde a minha adolescência e sempre o tive como uma pessoa séria em seus procedimentos; S. Ex^a sempre esteve a exigir, como Parlamentar da Oposição durante o Governo Fernando Collor de Mello, esclarecimentos sobre o que poderiam ser procedimentos inadequados. Ora, seria próprio, numa circunstância como esta, que ouvíssemos o Senador José Serra, para que explicasse exatamente tudo que aconteceu e que é do seu conhecimento. Imagino que S. Ex^a, uma pessoa empenhada na defesa do interesse público e de ações as mais adequadas e retilíneas possíveis, possa aproveitar o fato de ser, como nós, um Senador e esclarecer o caso, que conhece mais do que muitos de nós. Mas tem V. Ex^a razão: constitui nosso dever, como representantes escolhidos pelo povo, fiscalizar os atos do Executivo; esse é nosso dever constitucional. Temos dialogado com o Líder do PT na Câmara dos Deputados, o Deputado João Paulo Cunha, que considerou a hipótese de coletarmos o número suficiente de assinaturas para a realização de uma CPI. No entanto, conversando com Senadores de diversos Partidos, verificamos que, por enquanto, há concordância sobre os seguintes procedimentos: que, na Comissão de Fiscalização e Controle, venhamos a solicitar a abertura de um processo de apuração desses fatos e que possamos contar com a presença daquelas personagens citadas na matéria, como, por exemplo, o Sr. Ricardo Sérgio, os Ministros Luiz Carlos Mendonça de Barros e Paulo Renato Souza e o próprio Benjamin Steinbruch. Então, essas e outras pessoas eventualmente mencionadas serão convidadas a prestar

esclarecimentos, já que não temos o poder constitucional de convocá-las. Imaginamos que queiram esclarecer os fatos e que o Sr. Ricardo Sérgio seja o primeiro fazê-lo perante o organismo que tem a função constitucional de desvendá-los. Conversamos, inclusive, com o Senador Amir Lando, que nos informou que convocará a reunião da Comissão de Fiscalização e Controle para amanhã, às 14 horas. Senadora Heloísa Helena, ainda nesta sessão, lerei o requerimento para que essas pessoas venham contribuir para o esclarecimento completo dos acontecimentos. Como disse V. Ex^a, se, ao fazermos a averiguação, ficar claro que não houve qualquer procedimento que possa ser considerado inadequado, teremos cumprido nossa função; se, por ventura, ficar desvendado que houve procedimento incorreto, caberá a nós encaminhar as conclusões da apuração ao Ministério Público, a fim de que conclua a averiguação dos fatos e leve o procedimento à Justiça.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, Senador Eduardo Suplicy.

Estamos torcendo para que esta Casa tenha a coragem e a independência política de instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Repito: conforme determina a Constituição Federal, as CPIs têm poder de investigação próprio das autoridades judiciais e, portanto, os mecanismos efetivos para viabilizar a convocação de personalidades, independentemente da condição de agentes públicos, para requisitar documentos e quebrar sigilo. Mas que possamos estabelecer um procedimento investigatório na Comissão de Fiscalização e Controle.

Como dizia o Livro de Isaías, os príncipes que são companheiros de ladrões vão todos para o inferno. É evidente que nenhum de nós está querendo ir para o inferno, já que queremos construir o reino de Deus aqui na Terra.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo, como Líder, por cinco minutos, de acordo com o disposto no art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno, para comunicação de interesse partidário.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi, com respeito e atenção, como de costume, a intervenção da Senadora Heloísa Helena e o aparte do Senador Eduardo Suplicy.

Consciente de que este é um assunto que pode ensejar um festival de intervenções, conversas e holofotes, desejo apresentar, no primeiro momento em que o assunto chega à Casa, uma posição bastante clara.

Sr^{as} e Srs. Senadores, pertenço a um Partido de apoio a um Governo que, em momento algum, opôs-se à averiguação de qualquer tipo de denúncia ou ao esclarecimento de qualquer tipo de assunto.

Este País tem um Ministério Público, que, apesar dos exageros que comete aqui e ali, tem prestado um grande serviço para a moralização dos nossos costumes, tanto na administração pública como na atividade política. Este País tem Justiça funcionando, com todas as garantias constitucionais. Este País tem Polícia. Se alguém cometeu algum tipo de deslize mais ou menos grave, se alguém saiu por aí pedindo bola, pedindo comissão, pedindo propina, por esse ou por aquele motivo, se isso foi pago ou não, se alguém entende que isso envolve interesse público, que seja apurado. E se alguém for encontrado em culpa, que seja punido.

Dito isso, eu também preciso dizer que não é possível que vivamos ainda num País em que, em um episódio em que o nome do Senador José Serra não foi sequer mencionado, em que ninguém até agora falou que ele tenha tido conhecimento, tenha participado de um lado, tenha participado do outro, para dizer a alguém que peça, que não peça, que pague, que não pague, que ele esteve presente em algum desses episódios... O que isso tem a ver com o Senador José Serra? A não ser o interesse de transformar nossos deveres constitucionais em pretexto para criar palanque eleitoral, eu não vejo nenhum motivo para que um homem com 40 anos de vida pública, que se apresenta como candidato a Presidente da República – e a única coisa que se disse contra ele é que é antipático –, eu não posso admitir que alguém com a história de José Serra, com a integridade de José Serra seja caluniado e insultado gratuitamente. Que vivamos num País onde não vale a pena então ser honrado? Então não vale a pena ter integridade? Então não vale a pena viver uma vida inteira de seriedade, de austeridade, por que qualquer irresponsável pode jogar na cara de um homem de bem suspeitas infundadas?

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, em nome do meu Partido, eu quis fazer esta intervenção para dizer, em síntese, isto: se houver o que apurar, neste caso ou em qualquer outro, que se apure; se houver alguém para punir, neste caso ou em qualquer outro, que se puna. Mas que se respeite a integridade dos outros e que não se venha agora envolver ou procurar

envolver um homem da envergadura moral, da envergadura política, da seriedade de José Serra com um episódio menor dessa qualidade, do qual ele não é parte. Ele é parte tanto quanto todos os que aqui estão, pois ninguém aqui foi citado naquele episódio. Nem ele. E a não ser por interesse político-eleitoral, não existe nenhuma outra razão para que o Senador José Serra seja ao menos incomodado neste episódio. O fato de quererem ligá-lo a esse cidadão que um dia tenha tido a posição de colaborador em campanhas eleitorais não o torna responsável pelo comportamento dele. Esse cidadão pode ter sido tesoureiro, pode ter sido arrecadador, pode ser irmão, pode ser gêmeo, pode ser pai, pode ser filho, pode ser o que for do Senador José Serra, mas José Serra é responsável pelo que José Serra faz e não pelo que possam ter feito, ou que se possa insinuar que fizeram quaisquer pessoas que tenham tido, em algum momento, algum tipo de relação com o Partido a que ele pertence.

Lembrem-se de que o episódio referido agora pela imprensa não ocorreu em ano eleitoral. Não havia campanha em marcha, portanto, não havia tesoureiro de José Serra nessa ocasião neste País.

Tudo que peço a esta Casa e ao Brasil é que, se tiverem que apurar que apurem, mas que respeitem a honra de quem soube ser honrado a vida inteira.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Melo, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do Governo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever como Líder do PT e da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Artur da Távola, como Líder do Governo.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Casa está assistindo ao que era esperável: a exploração política de um fato jornalístico.

Estou muito à vontade para falar. Quem levantou a voz nesta Casa quando se acusou o Governador Olívio Dutra de estar mancomunado com os bicheiros - o que até hoje não ficou provado, nem sim nem não - fui eu, defendendo aqui a honradez de S. Ex^a, pelo menos a honradez suposta. E hoje assisto, nesta Casa, o de sempre: as flores do lodo, aqueles que se

consideram mais éticos do que todo mundo, melhores do que os demais, superiores em qualidade moral, superiores em qualidade administrativa. E não atentemos para o que as pesquisas dizem a respeito dos governos deles, dos governos municipais deles, dos governos estaduais deles. Mas são os melhores, as mesmas vozes, até invocando a Bíblia, sibilinas por vezes, de onde menos se espera, porque não se espera voz sibilina de quem sempre enfrentou as coisas com franqueza; irônica, injusta, levantando sobre um Senador da Casa a hipótese do envolvimento.

O Senador Geraldo Melo foi absolutamente perfeito na sua fala. Onde existe um momento de envolvimento do Senador José Serra nesta questão, ou do Presidente da República? Pedacos de frases tiradas de um que falou para outro, que falou para outro, tentando envolver o Governo nesta matéria. Apuremos o que tiver que ser apurado.

De novo, os fantasmas da CPI, ameaça de CPI. Fizemos a CPI do Proer com o nosso apoio. Lembrem-se V. Ex^{as} o que diziam do Proer? A CPI do Proer terminou com elogio. E o mesmo Partido que já pregou a sublevação, que já pregou o fechamento do nosso mercado, que já pregou o mercado financeiro como a grande chaga deste País, que já se disse o partido socialista estatizante e que hoje mascara tudo isso numa posição de oportunismo eleitoral, este mesmo Partido vem aqui, para nós que conhecemos tão bem o que foi dito desta tribuna, defender teses absolutamente à direita daquelas que defendemos ao longo desse tempo. E quais representantes deste Partido hoje se levantam contra a política econômica proposta por seu candidato? Nenhum.

Portanto, repelimos o oportunismo eleitoral e proclamamos uma vez mais que estamos à disposição de qualquer investigação em relação à honradez de nosso candidato, à honradez de um Governo que, em oito anos, primou exatamente por essa qualidade. Para nós, a ética não é finalidade da nossa ação política; a ética é o fundamento da nossa ação política. Com ela agimos. Nós não somos políticos para ser éticos. Porque somos éticos, somos políticos, e não fazemos da ética e da moralidade, sobretudo da moralidade que é assacada contra os demais, inclusive os honestos, a principal bandeira de nossa caminhada nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, pelo Bloco da Oposição, o Senador Eduardo Suplicy, na qualidade de Líder.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, peço que V. Ex^a me inscreva pela Liderança do PMDB.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parece-me que o Senador Artur da Távola, Líder do Governo, ouviu mais do que realmente foi expresso tanto pela Senadora Heloísa Helena como por mim. O Senador Geraldo Melo também fez observações, mas S. Ex^a ouviu bem o que dissemos, não modificou o teor de nossas palavras. Quero ressaltar que a Senadora Heloísa Helena, em nenhum momento, em suas observações, fez qualquer denúncia relativamente ao Senador José Serra, ao candidato do PSDB à Presidência da República. Também eu, ao mencionar o nome do Senador José Serra, observei que o conhecimento desde a minha adolescência e sempre o tive como um homem sério. Espero que S. Ex^a tenha procedido e continue a proceder com muita seriedade. Quando examinávamos aqui, no Senado Federal, o que se passava com o Governo Fernando Collor de Mello, o Senador José Serra também solicitava rigor na administração pública.

Não fomos nós quem trouxemos o nome do Senador José Serra. Quem fez isso foi a imprensa. Seria estranho que o Bloco da Oposição, o Partido dos Trabalhadores, diante do que foi estampado na imprensa nos últimos três dias, simplesmente dissesse que nada tinha a solicitar quanto à averiguação dos fatos, que parecem graves.

Ora, Senador Artur da Távola, ali está o relato de dois ministros do Governo Fernando Henrique Cardoso sobre o fato de um diretor do Banco do Brasil, que tomava decisões importantes junto à Previ, haver solicitado uma comissão para agir no interesse de grupos econômicos privados.

Há aqui diversos aspectos, Senador Artur da Távola. Nós, da Oposição, temos observado, nos processos de privatização, como, do Palácio do Planalto e dos ministérios das áreas econômicas, se articulavam ações para que não apenas o BNDES e o Banco do Brasil, mas as entidades de previdência fechada se unissem a grupos econômicos para a realização ou a participação em leilões de privatização, seja do Sistema Telebrás, seja de companhias como a Vale do Rio Doce.

Essa é uma parte da história que precisa ser inteiramente contada. Ainda que esses fatos tenham ocorrido há mais tempo, volta e meia os capítulos dessa história vêm à tona. E o povo brasileiro, proprietário dessas empresas estatais, precisa conhecer em

profundidade como foram feitas essas ações. Esse é um ponto.

O outro é que os Ministros Paulo Renato Souza e Luiz Carlos Mendonça de Barros disseram ao jornalista da **Veja** que haviam escutado de Benjamim Steinbruch o relato de como o Sr. Ricardo Sérgio havia mencionado essa propina.

Ora, fosse o Senador Artur da Távola membro da Oposição e soubesse dessa prática do Governo, não solicitaria o esclarecimento dos fatos? V. Ex^a, Senador Artur da Távola, perderia até o respeito por mim, como Líder da Oposição, pela Senadora Heloísa Helena e pelos nossos companheiros! Nós não estaríamos aqui cumprindo com o nosso dever constitucional.

Assim, Sr. Presidente, quero aqui ler o requerimento que apresentamos ao Senador Amir Lando, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, para obter os esclarecimentos devidos:

Requeiro, nos termos regimentais, sejam convidados os Srs. Paulo Renato Souza, Ministro da Educação, Luiz Carlos Mendonça de Barros, ex-Ministro das Comunicações, Benjamim Steinbruch, presidente do Conselho de Administração da Companhia Siderúrgica Nacional, e Ricardo Sérgio de Oliveira, ex-Diretor do Banco do Brasil, para prestarem esclarecimentos, perante a Comissão de Fiscalização e Controle, sobre a grave denúncia do suposto pagamento de propinas no processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

Justificativa

A revista **Veja**, de 8 de maio de 2002, apresenta uma séria denúncia envolvendo um suposto pedido de dinheiro, a título de pagamento de comissão, feito pelo Sr. Ricardo Sérgio de Oliveira, então diretor do Banco do Brasil, ao Sr. Benjamin Steinbruch, empresário que liderou a compra da Companhia Vale do Rio Doce. Em 1998, o Sr. Steinbruch teria procurado os Srs. Luiz Carlos Mendonça de Barros, então Ministro das Comunicações, e Paulo Renato de Souza, Ministro da Educação, questionando-os sobre a cobrança que o Sr. Ricardo Sérgio estaria fazendo para o pagamento de R\$15 milhões pelo seu trabalho para reunir os fundos de pensão em torno de seu consórcio.

(O Sr. Presidente Ramez Tebet faz soar a campanha.)

Considerando as atribuições constitucionais desta Casa, principalmente no que concerne ao dever de fiscalizar os atos do Poder Executivo, é de fundamental importância que possamos ouvir os envolvidos nesta suposta operação que envolveu a venda da maior mineradora do planeta, até aquele momento um patrimônio do povo brasileiro.

Como está aqui o Senador José Serra, resolvemos não incluir a pessoa dele. Sr. Presidente, falo em meu nome pessoal, se eu estivesse no lugar dele, estaria tomando uma posição, como sugiro que ele o faça. A revista informa que o Sr. Ricardo Sérgio era uma pessoa muito próxima do Ministro e Senador José Serra.

(O Sr. Presidente Ramez Tebet faz soar a campanha.)

Seria próprio que ele, espontaneamente, viesse a esclarecer se era de fato tão amigo; se foi ele quem o recomendou para diretor do Banco do Brasil; se foi ele quem recomendou que ele administrasse os fundos da Previ e influenciasse as decisões de outros fundos de pensão. Seria próprio que ele esclarecesse, porque é candidato à Presidência da República – maior ainda é a sua responsabilidade em esclarecer esses fatos, e nós sugerimos que ele o faça espontaneamente.

A tribuna do Senado está aí. Quando nós, Senadores, por qualquer razão, somos referidos na imprensa, temos o costume de ir à tribuna e esclarecer de pronto. Presenciei muitos Srs. Senadores fazendo isso. Seria próprio que S. Ex^a também o fizesse.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Gilvam Borges, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, as sucessivas denúncias estampadas nos veículos de comunicação não apenas estarcem, mas surpreendem grande parte da população. É a volta do cipó de aroeira, que bateu em quem mandou bater.

Recentemente, uma candidata teve que renunciar a peso de uma estratégia muito bem elaborada por um comando de inteligência – e todo o País tomou conhecimento –, em que estava envolvido R\$1,2 milhão.

Hoje, lamentavelmente, surge um novo escândalo, alicerçado pelo grande comando da inteligência

de informações e contra-informações que não conseguiu deter os graves acontecimentos que estão vindo à tona.

Não demora muito, Sr. Presidente, teremos também o paladino da moralidade – que hoje ergue a bandeira da probidade, da honestidade –, o candidato à Presidência do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. É o próximo que estará dentro da grande guerra estabelecida pela sucessão eleitoral.

É lamentável esse espetáculo de corrupção, de difamações, de intrigas da grande guerra que se aproxima. Estamos próximos a ela. Imagine o que vai ocorrer nas eleições estaduais, se a eleição presidencial já está desse jeito!

Acredito na lei de talião: quem com ferro fere, com ferro será ferido. A lei tarda, principalmente a divina, mas é justa. Aqueles que se utilizam do instrumento da difamação e da maldade para tentar derrotar os seus adversários de forma desonesta têm que pagar, e pagarão.

Durante todos esses longos anos, demos apoio irrestrito à política de saneamento do país, que foi estabelecida e efetivada com sucesso. Faço um apelo ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, que sempre contou com o nosso apoio e respeito, e o faço por mim e por grande parte dos meus colegas do PMDB: a candidatura de José Serra deve ser retirada imediatamente, porque essa é a ponta do **iceberg**. Nesse caminho, José Serra fez uma enormidade de adversários neste País – as pesquisas estão aí para mostrar.

Presidente Fernando Henrique, é hora de reavaliar o quadro e de buscar uma alternativa para reaglutinar forças. José Serra deve retirar sua candidatura não só por ser o príncipe da antipatia nacional, mas principalmente por ser o mentor desse tipo de política que está sendo desencadeada. E isso vai em cima de todos os candidatos à Presidência da República.

Lembro-me, Sr. Presidente, de um episódio ocorrido aqui no Senado por ocasião da escolha de um embaixador. Estava aqui o ex-Ministro Serra, Senador desta Casa, quando se lembrou de fato ocorrido há 25 anos, quando estava exilado. Lembrou-se S. Ex^a que um servidor da embaixada o tinha tratado, segundo ele, de forma deselegante. E veio aqui com a faca em punho. Desde aquele dia o Senador Serra perdeu o meu respeito. O servidor naquela época estava a trabalhar, a prestar o seu serviço, e o perdão, o respeito, cabe só aos grandes.

Deus nos proteja, Deus nos guarde dessa nova onda inaugurada por José Serra ao utilizar a máquina

do Governo para massacrar os seus governos. Os acontecimentos fazem-me lembrar do caso PC Farias, o “alto comando escandaloso”, que trouxe o **impeachment** de Collor. Não é este o caso, mas todos sabem neste País que lá, no Ministério da Saúde, estava o alto comando com ramificação em São Paulo.

Sabe o que é que se diz à boca pequena, Sr. Presidente? Que já são 500 bilhões de dólares em caixa. É preciso esclarecer ao País quanto a esse dinheiro. Quero me congratular com o Senador Eduardo Suplicy, que disse ser preciso começar a ouvir.

Antes que isso ocorra, porém, faço um apelo ao Presidente da República, por quem tenho o maior respeito: Senhor Presidente, é hora de tomar as providências! Se o Ministro José Serra tiver dignidade, deve ser o primeiro a renunciar, porque já não se justifica a sua candidatura perante o País.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – É uma informação que desejo pedir à Mesa.

Solicito a V. Ex^a me informar em que condição o Senador Gilvam Borges falou. Eu gostaria de saber se falou na condição de Líder, pela Liderança do seu partido.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Falei pela Liderança.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Era essa a informação que eu desejava, já que estranhei muito o teor de seu discurso feito em nome de um partido que neste momento está concluindo a discussão de uma aliança com o meu partido para apoiar, exatamente, a candidatura do Senador José Serra...

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Desde que ele renuncie.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – ... e indicar o vice na sua chapa.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Desde que ele renuncie.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres pela Liderança do PDT.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nunca faço prejulgamentos, nunca ninguém me viu subir àquela tribuna, de dedo em ris- te, para acusar quem quer que seja, nem mesmo meus adversários. Quando recebi a desagradável ta-

refa de relatar processo no Conselho de Ética, limi- tei-me a relatar os fatos, nem mesmo ali investi contra a honra dos acusados.

Tanto quanto eu saiba, o Senador José Serra é um homem de bem, mas ele deve explicações à Na- ção e, em primeiro lugar, ao Senado. Hoje o Senado é caixa de ressonância daquilo que já está em toda a imprensa, de algo que foi objeto de matéria publicada pela **Veja**. Não me parece postura correta do Senador José Serra dizer que é trololó, ou do Presidente da República dizer que é café requentado. Ambos devem explicações à Nação.

É um fato gravíssimo, envolvendo propina ou ex- torsão para o então diretor do mais importante banco do país. Sua Excelência não se interessou pelo as- unto à época. O Senador José Serra - ligado a essa pessoa de alguma forma, porque ele teria sido arre- cadador de dinheiro para a sua campanha -, que o te- ria indicado para a diretoria, não se interessou pela apuração e o manteve na diretoria do Banco do Brasil. Isso é um fato irrelevante?

O Senador Suplicy tem razão quando diz que falta o ator principal neste debate de hoje: é ele, Serra. S. Ex^a tem que vir àquela tribuna não apenas para dar uma explicação, mas para abrir o debate; eu quero que S. Ex^a abra para apartes. José Serra é membro desta Casa e pré-candidato à Presidência da Repú- blica; não pode deixar os dois Senadores do PSDB na constrangedora posição de ter que vir defendê-lo, S. Ex^a tem que vir aqui.

Não é o Sr. Senador Eduardo Suplicy quem faz a acusação, mas é a grande imprensa de todo o País, nobre Senador Geraldo Melo, que quer vincular o Se- nador José Serra ao escândalo. Acredito que S. Ex^a nada tenha a ver com isso, mas deve explicações da tribuna deste Senado.

Se não o fizer, Senador, até arrisco um vaticínio – dizem que S. Ex^a tem pé de chumbo – ficará com o cor- po inteiro chumbado e não decolará nessa eleição.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2002

Altera a redação do art. 4º da Reso- lução nº 45, de 1998, do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O artigo 4º da Resolução nº 45, de 1998, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º Havendo apuração de saldos recuperáveis nas realizações e utilizações dos recursos conforme previsto no art. 2º, os mesmos serão obrigatoriamente utilizados para pagamento de parcelas mensais do refinanciamento concedido pela União ao Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Ficam mantidas as demais condições não alteradas pela presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.”

Justificação

Com amparo na Resolução do Senado Federal nº 45, de 1998, o Tesouro Nacional lançou títulos da Dívida Pública Federal, para permitir o financiamento e o refinanciamento da dívida do Estado de Minas Gerais, particularmente visando à redução da presença do setor público estadual, mediante a privatização do Bemge e do Credireal e da extinção da Minas-caixa, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Os valores liberados pela União foram rigorosamente aplicados nos fins previstos na referida Resolução.

Após decorridos três anos e sete meses da efetiva aplicação desses recursos, o Estado de Minas Gerais está antevendo a possibilidade da recuperação de pagamentos feitos a maior, mediante revisão de cálculos e de critérios que serviram de base à alocação de tais recursos.

Ocorre que o § 4º da citada Resolução nº 45, impõe ao Estado de Minas Gerais uma restrição de somente poder usar esses recursos no pagamento do principal da dívida. Minas Gerais está postulando a possibilidade de utilizar os valores recuperáveis no pagamento de parcelas mensais do Contrato 004/98/STN/COAFI, aliviando os seus desembolsos mensais na quitação da dívida junto à União.

A restrição atualmente imposta ao Estado de Minas Gerais pela Resolução nº 45, em seu art. 4º não foi aplicada em operações similares de interesse de outros Estados, a exemplo da Resolução nº 131, de 1997, que autorizou o Estado da Bahia a contrair o mesmo empréstimo de que trata a Resolução nº 45.

Essa proposta não é prejudicial à União, uma vez que os recursos eventualmente recuperados serão exclusivamente carregados para o Tesouro que poderá, inclusive, resgatar os títulos públicos emitidos quando da concessão do empréstimo a Minas Gerais.

Sala das sessões, 7 de maio de 2002. - Senador **Francelino Pereira**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

RESOLUÇÃO Nº 45, DE 1998

Autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito consubstanciada no Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ativos celebrado entre a União, o Estado de Minas Gerais, o Banco do Estado de Minas Gerais – BEMGE, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG e a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais S/A - MINASCAIXA, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1.654-23, de 15 de abril de 1998, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de R\$4.344.336.000,00 (quatro bilhões, trezentos e quarenta e quatro milhões, trezentos e trinta e seis mil reais).

O Senado Federal resolve:

Art 4º Havendo apuração de saldos nas realizações e utilizações dos recursos conforme previsão do art. 2º, os mesmos serão obrigatoriamente utilizados para amortização do principal do refinanciamento concedido pela União ao Estado de Minas Gerais.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O projeto será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidas as seguintes:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 2002

Inclui alínea ao inciso I do Art. 96 da Constituição Federal, e dá outras providências.

As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do Art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O Art. 96 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 96. Compete privativamente:

.....
I – aos tribunais:

.....
g) alterar e estabelecer a jurisdição de varas, no âmbito de sua Região, mediante ato próprio fundamentado, bem como transferir-lhes a sede de um município para outro, de acordo com a necessidade de agilização da prestação jurisdicional, observando, para tanto, regulamento interno próprio que deverá ser baixado para este fim específico;

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Historicamente, o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, que possui sua Sede na cidade de São Paulo, abrangendo a Baixada Santista e toda a Região Metropolitana do entorno da Capital, vem desenvolvendo, nestes últimos anos, um atento trabalho de acompanhamento estatístico relativo ao incremento da quantidade de processos em cada município que compõe sua jurisdição, a fim de averiguar a real necessidade de proposição de medidas que comportem, efetivamente, a correta administração dos problemas que, invariavelmente ocorrem, quando advindos da falta de correta e clara visão do futuro.

A antevisão dos contratempos que podem acometer a administração da Justiça à população, principalmente em se tratando da Justiça Obreira, que trata da matéria salarial e, em última análise, alimentar, e que compromete a atuação do Poder Judiciário Federal na distribuição rápida de Justiça à população, é dever do administrador público. O mesmo terá a proteção do manto da íntima tranquilidade se acertar em suas ações; entretanto, responderá com gravidade onde se omitir.

Perseguindo sempre os dogmas da probidade pública; da observação atenta dos fenômenos sociais e econômicos existentes nos seus municípios integrantes; da ponderada apreciação dos pleitos formulados por prefeitos, edis, magistrados, entidades municipais e de classe, foram elaborados anteprojetos de lei que, pela sua oportunidade, por suas justificativas técnicas e inerentes justezas de propósito, foram acolhidos pelo Colendo Tribunal Superior do Trabalho, transformados em Projetos de Lei, aprovados e promulgados pelo Congresso Nacional e, ao final, sancionados pelos Excelentíssimos Presidentes da República em seus respectivos mandatos, criando Juntas de Conciliação e Julgamento, que hoje são conhecidas como Varas do Trabalho por força da Emenda Constitucional nº 24, de 9-12-1999.

Fruto dessa paulatina expansão, hodiernamente, conta a Justiça do Trabalho de São Paulo com 141 Varas do Trabalho em sua jurisdição, encontrando-se em tramitação na Câmara dos Deputados projeto de lei que acresce esse número em mais 22 Varas (Projeto de Lei nº 3.384/00, de iniciativa do C. TST).

Por outro lado, mais recentemente, tem surgido com persistência um fenômeno que, com certeza, impressiona o administrador público mais atento. É aquele representado pela flutuação da quantidade de processos entrados nas varas dos muitos municípios abrangidos pelos Tribunais Regionais, poderíamos dizer verdadeiras bolhas tanto de incremento do número de feitos novos, quanto de baixa dessas respectivas quantidades.

Dessa forma, apresentam-se dentro de uma mesma região geoeconômica três situações práticas: **a)** localidades onde, histórica e tradicionalmente, se mantêm perfeitamente lineares as quantidades anuais de processos novos; **b)** jurisdições onde se observou desaceleração na entrada de ações; **c)** municípios que têm enfrentado vigoroso acréscimo na protocolização de novas causas.

Os fatores que conduzem a essas três situações genéricas e resumidamente apresentadas são os mais variados, inseridos dentro de um contexto maior, que é o da fluidez e o da mutabilidade das relações sociais, econômicas, geográficas, financeiras e políticas, que têm acontecido numa nação pluralista e multifacetada como é a brasileira.

Via de consequência, mostra-se desejosa e, porque não dizer, oportuna, a possibilidade de que, tão logo fossem identificados os fenômenos já descritos de flutuação positiva ou negativa de entrada de processos novos, os tribunais detivessem a autorização legal de flexibilizar a instalação e o funcionamento de seus órgãos judicantes, independentemente de aquiescência legislativa ou de Tribunal Superior.

A possibilidade de deslocamento de uma ou duas varas de Cubatão para Mogi das Cruzes, mesmo que temporariamente, seria de suma importância efetivamente, uma questão de oportunidade.

Da mesma forma, relativamente aos demais quadros estatísticos trazidos como exemplo, se verifica o incremento e/ou manutenção de número significativo de processos em Barueri, São Vicente, Carapicuíba e Poá; a flutuação da quantidade de processos entrados nas jurisdições de Itapeverica da Serra, Guarujá, Ferraz de Vasconcelos, Diadema e Mauá; e a circunstancial diminuição na ordem de ações protocolizadas em Itaquaquecetuba, Embu, Franco da Rocha, Caieiras, Ribeirão Pires e Suzano.

O mérito desta Proposta de Emenda à Constituição está, na prática, em mitigar as consequências das oscilações dos mercados de trabalho para com os órgãos judicantes, que seriam capazes de dar uma resposta rápida aos reclamos sociais emergentes.

Importa frisar ser inexistentes, na presente proposição, os óbices constantes no Art. 354, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Senado, que refletem a vedação contida no Art. 60, §§ 1º e 4º da Carta Magna. Assim, é de se concluir pela plausibilidade de sua apresentação para a Câmara Alta, com posterior leitura em Plenário e despacho à D. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, conforme prevê o art. 60, I, da Constituição Federal, combinado com o art. 354, **caput** e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal.

Finalmente, não há que se falar em malferimento, violação em tese ou conflito da presente PEC, com o comando contido no art. 96, II, **d**, da Constituição de 1988. Ensina a boa doutrina, à unanimidade, que a mencionada alínea se refere, exclusivamente, à criação ou extinção de cargos públicos, criação ou extinção de varas, tribunais ou de seus membros (in "Comentários à Constituição do Brasil", de Celso Ribeiro Seixas Bastos e Ives Gandra Martins, 4º volume, Tomo III, págs. 74/79, Ed. Saraiva; e "Comentários à Constituição Brasileira", de Pinto Ferreira, 4º volume, págs. 24/33, Ed. Saraiva).

Por último, e igualmente atentos ao espírito da proposição feita, a mesma, no caso de aprovação, comportaria delegação ao comando infralegal quanto ao seu ordenamento.

Os Tribunais operacionalizariam as transferências de jurisdição em obediência aos seus regimentos internos (que seriam atualizados via assentos regimentais), que disciplinariam os aspectos atinentes, primeiramente, à comprovada necessidade de tomada da atitude e, após e em consequência, nos demais aspectos como no tocante a área geográfica de competência funcional, distribuição de autos, competência nas fases de conhecimento e de execução, localização, portarias funcionais e controles orçamentários específicos, tudo com integral observância dos preceitos contidos na Constituição Federal, na CLT, no CPC onde couber, na Loman, na Lei nº 8.112/90 e no Orçamento da União.

Com essas considerações, submetemos a presente exposição de motivos à apreciação do Nobre Senador e dos demais membros da Câmara Alta do Congresso Nacional esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida.

Sala das Sessões, 7 de maio de 2002. – **Gerson Camata – Ademir Andrade – Alberto Silva – Alvaro Dias – Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antônio Carlos Júnior – Antônio Carlos Valadares – Ari Stadler – Arlindo Porto – Artur da Távola – Bello Parga – Benício Sampaio – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emilia Fernandes – Fernando Bezerra – Chico sartori – Fernando Ribeiro – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Iris Rezende – Jefferson Péres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – José Agripino – José Alencar – José Coelho – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Sarney – José Serra – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otávio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Robinson Viana – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valmir Amaral – Waldeck Ornélas – Wellington Roberto**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 96. (*) Compete privativamente:

I – aos tribunais:

a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correcional respectiva;

c) prover, na forma prevista nesta Constituição, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição;

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

e) prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, obedecido o disposto no art. 169, pará-

grafo único, os cargos necessários à administração da justiça, exceto os de confiança assim definidos em lei;

f) conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros e aos juizes e servidores que lhes forem imediatamente vinculados;

II – ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

a) a alteração do número de membros dos tribunais inferiores;

b) a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de seus membros, dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, dos serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados;

c) a criação ou extinção dos tribunais inferiores;

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

III – aos Tribunais de Justiça julgar os juizes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21, DE 2002

Dá nova redação ao § 6º do artigo 195 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 6º do artigo 195 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.195

.....
§ 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos trinta dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b.

Art. 2º Esta emenda entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O § 6º do art. 195 da Constituição Federal estabelece prazo para início da vigência das contribuições sociais a partir da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b.

O art. 150, III, b oferece garantias aos contribuintes, em cláusula pétrea que veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituir. É o princípio da anterioridade tributária.

Entretanto, no caso das contribuições sociais, definidas pelo art. 195 da Carta Magna, a anterioridade foi mitigada.

A diferenciação é fundada na importância dessas contribuições para o financiamento da seguridade social, conjunto de ações destinadas a assegurar direitos essenciais.

Portanto, a própria Constituição — preservando o princípio pétreo da anterioridade tributária — distingue entre os tributos em geral e as contribuições. É evidente, portanto, que, se a redução do prazo da anterioridade não viola o princípio pétreo, a sua alteração igualmente o preserva.

A cláusula pétrea é, assim, a anterioridade em si, e não o número de dias que para ela seja fixado.

O que se pretende com a proposição que ora submetemos é reduzir o período da anterioridade mitigada prevista pelo art. 195 da Constituição, de noventa para trinta dias, por acreditar ser desnecessário, em relação a contribuições tão fundamentais, todo o prazo atual para o início da sua vigência após terem sido submetidas ao crivo do Congresso Nacional.

Pelas razões expostas solicitamos aos eminentes colegas o apoio à aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões, 7 de maio de 2002. – **Geraldo Melo – Romero Jucá – Reginaldo Duarte – Gilvam Borges – Freitas Neto – Ricardo Santos – Francisco Escórcio – Íris Resende – Jonas Pinheiro – Leomar Quintanilha – Artur da Távola – Ari Stadler – Ronaldo Cunha Lima – Eduardo Siqueira Campos – Amir Lando – Nabor Júnior – Benício Sampaio – Gerson Camata – Lúdio Coelho – Casildo Maldaner – Gilberto Mestrinho – Lúcio Alcantra – Chico Sortori – Luiz Otávio – Maria do Carmo Alves – Carlos Bezerra – Ney Suasuna.**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 195. (*) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I – dos empregadores, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro;

II – dos trabalhadores;

III – sobre a receita de concursos de prognósticos.

§ 1º As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

§ 2º A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o poder público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

§ 4º A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.

§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

§ 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b.

§ 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.

Art. 150. (*) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III – cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

IV – utilizar tributo com efeito de confisco;

V – estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público;

VI – instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

§ 1º A vedação do inciso III, b, não se aplica aos impostos previstos nos arts. 153, I, II, IV e V, e 154, II.

§ 2º A vedação do inciso VI, a, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 3º As vedações do inciso VI, a, e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exoneram o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – As propostas de emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes nos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias serão publicadas e despachadas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 231, DE 2002

Senhor Presidente,

Requeremos nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições da Casa, sejam prestadas as seguintes homenagens em face do falecimento do Prefeito de Gravata, Pernambuco, Sr. Sebastião Martiniano, ocorrido no último dia 27 de abril:

a) inserção em ata de voto de profundo pesar pela perda irreparável;

b) apresentação de condolências à viúva, Sra. Lúcia Helena Pinheiro Lins, aos filhos, e à Câmara Municipal de Gravata.

Sala das Sessões, 7 de maio de 2002. – **Carlos Wilson.**

Justificação

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, estou propondo voto de pesar pela morte de Sebastião Martiniano Lins, prefeito de Gravata, falecido no último dia 27, em Recife, depois de passar 30 dias internado no Hospital Santa Joana, com problemas cardíacos.

Sebastião Martiniano foi um político que honrou cada um dos cargos que exerceu. Deputado Estadual entre 1976 e 1979, marcou sua história pela lucidez de suas decisões.

Sua paixão por Gravata era conhecida de todos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Trata-se de requerimento de pesar que pode ser submetido à votação neste momento.

Em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passa-se à

Item 1:

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da **Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2000**, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que dá nova redação ao art. 217 da Constituição Federal, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo, tendo

Parecer sob nº 1.178, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, e votos contrários dos Senadores José Eduardo Dutra, Leomar Quintanilha e Bello Parga.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Discussão em conjunto da proposta e das emendas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 2:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2001** (nº 1.477/99, na Casa de origem), que dispõe sobre o Programa Grande Fronteira do Mercosul, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.490, de 2001, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Gilberto Mestrinho.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 20 de março último, quanto teve sua discussão adiada para a presente data.

Passa-se à discussão do projeto em turno único.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner, para encaminhar a votação.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC). Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste encaminhamento que serve como discussão da proposta, eu gostaria de fazer uma referência ao autor da proposta na Câmara dos Deputados: o nosso ex-Governador de Santa Catarina, que foi Senador por dois mandatos e atualmente é Deputado Federal, Antônio Carlos Konder Reis, que honra esta sessão com sua presença.

S. Ex^a resolveu propor um projeto para criar a mesorregião da fronteira do Mercosul. Essa proposta, que foi apresentada à Câmara dos Deputados em 1999, visa colocar o Mato Grosso do Sul, o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, compreendendo mais de três mil quilômetros de fronteira e avançando 450 quilômetros para o interior, como uma grande fronteira do Mercosul.

E como essa mesorregião já consta do PPA, o parecer favorável do Senador Gilberto Mestrinho, Relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, contribuiu com esse projeto de lei da Câmara, de autoria do nosso Deputado Antônio Carlos Konder Reis, pois a região abrangida no projeto, compreendida de pequenos Municípios, está completamente desassistida, pois sofreu um êxodo rural muito grande e ficou praticamente abandonada.

Para se ter uma idéia, de acordo com o último censo, o Estado de Santa Catarina possui apenas 20% da população no meio rural. E só no meu Estado existem mais de 100 Municípios, sem contar com o Paraná, o Mato Grosso do Sul e o Rio Grande do Sul.

Assim, o Senador Gilberto Mestrinho, em seu parecer, diz o seguinte:

Afinada com o Plano 'Avança Brasil', a proposição tem por objetivo definir as principais prioridades a serem observadas na implementação de programas federais envolvendo a intervenção direta da União, seus mecanismos de fomento, ou o estabelecimento de parcerias estáveis no âmbito da extensa região produtora daqueles quatro Estados que completam a fronteira de 3.079 km do Brasil com os países vizinhos do Mercosul: Argentina, Paraguai e Uruguai.

E eu diria mais, Sr. Presidente, de certo modo houve uma "litoralização" automática, ou seja, as pessoas migram mais para o litoral, deixando aquela região abandonada. E como essa região já se encontra no PPA, com previsão de recursos no projeto "Avança Brasil", o que se quer é um tratamento mais ou menos diferenciado para que as pessoas desses quatro Estados tenham condições de ali permanecer. Para

tanto, é necessário que se implantem as microbacias e que haja um desenvolvimento sustentado em todos os setores.

E para finalizar este encaminhamento, Sr. Presidente, quero cumprimentar o Senador Gilberto Mestrinho, por apresentar um parecer favorável na Comissão de Relações Exteriores, contemplando os quatro Estados dessa fronteira do Mercosul, e também o nosso ex-Governador e atual Deputado Federal Antônio Carlos Konder Reis, que teve a sábia clarividência, como sempre, de apresentar essa proposta. E S. Ex^a tem percorrido a região, inclusive tem andado de Município em Município, nos últimos dias, sentindo o drama de cada um para que se possa encontrar os mecanismos a fim de que as famílias lá permaneçam e tenham melhores condições de sobrevivência.

Faço, portanto, este registro, pois considero a iniciativa como um bom começo, embora tarde, para tentarmos oferecer melhores condições para a ocupação daquela região.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continuando o encaminhamento, concedo a palavra ao Senador Artur da Távola. Logo a seguir, aos Senadores Osmar Dias e Sebastião Rocha.

O prazo de encaminhamento é de cinco minutos.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, quero encaminhar, em nome do Governo, a nossa posição relativa a esse projeto que tem a iniciativa de uma das mais importantes e ilustres figuras do Parlamento brasileiro que é o ex-Senador, ex-Governador e Deputado Konder Reis, autor do projeto. E uma das razões fundamentais do apreço, da admiração e, ao mesmo tempo, do apoio que o projeto recebeu tanto na Câmara dos Deputados como recebe, agora, aqui no Senado.

O Programa Grande Fronteira do Mercosul tem alto valor político, econômico e social. Já existem estudos organizados pelo Ministério da Integração Nacional sobre o que está sendo chamado mesorregiões, que seriam pequenas regiões dentro das macrorregiões, que, por suas afinidades de natureza econômica, de mão-de-obra e de capacitação para o desempenho de algumas funções, têm em si alguma afinidade que merece o apoio direto do poder público.

O Ministério da Integração realizou esse trabalho, precedido de pesquisas extremamente acuradas e sérias em todo o País, sendo que, por acaso, o Nordeste vem a ser a região, dentre todas, que possui o maior número de mesorregiões.

A região abarcada pelo projeto em questão seria uma área formada por Municípios dos Estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, cujas sedes estejam localizadas na faixa de até 450 quilômetros de largura ao longo da fronteira do Brasil com a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. É um projeto que cuida, com a especificação da qualidade de cada microrregião, ou, como preferem chamar, de cada mesorregião, das formas pelas quais, independentemente dos programas regionais, elas devam ser cuidadas.

Essa é uma área altamente estratégica para o Brasil, a tal ponto que o Ministério das Relações Exteriores – e todo o trabalho anterior do Mercosul – estuda a hipótese de integrá-la aos demais países, no caso, o Paraguai e a Argentina. Essa integração, digamos assim, extranacional também tem um poder de irradiação econômico-social significativa para esse projeto.

Portanto, trata-se de um projeto de alto merecimento, de alta relevância, razão pela qual o Governo o apóia. E o faz com tanto mais prazer por ser um projeto de um Parlamentar do Partido da Frente Liberal, que tem sido, ao longo destes anos, um Partido extremamente solidário, nesta Casa, com todos os projetos que estão na linha do interesse nacional. Não serão as diferenças que hoje, infelizmente, existem no campo puramente político que nos impedirão de manifestar o nosso apoio e de cumprimentar o Deputado Konder Reis pela qualidade de sua iniciativa. Com certeza, uma vez aprovado, o projeto será adjudicado ao estudo já realizado pelo Ministério da Integração Nacional, a quem caberá a direção executiva quando de sua implantação.

Essa é a razão pela qual o Governo apóia o projeto e encarece a seus membros a votação favorável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse projeto tem uma importância enorme não apenas para o Brasil mas para o Mercosul. Não ficaria bem para o Cone Sul e para o Mercosul se tivéssemos uma área de fronteira empobrecida e com problemas sociais que já são quase crônicos. Muitos deles podem ser revertidos se houver um programa de investimento na região voltado para a sua vocação.

Quando falo em região, refiro-me ao sul, ao sudoeste e ao extremo oeste do Paraná, região que co-

meça em Foz do Iguaçu, onde há um potencial turístico enorme. No entanto, estamos vendo o terceiro maior parque hoteleiro do Brasil esvaziado por falta de uma política de turismo que possa aproveitar o enorme potencial das belezas naturais de Foz do Iguaçu e, com isso, dinamizar o comércio e o setor hoteleiro da cidade. Dá pena ver que a lotação dos hotéis, construídos para receber turistas do Brasil e do mundo, esteja hoje no nível de 40%.

Sr. Presidente, se não me engano, V. Ex^a esteve recentemente em Foz do Iguaçu e pôde constatar que há desânimo. Mas, acima do desânimo, há esperança de que Foz do Iguaçu possa retomar os bons dias que viveu quando para lá iam turistas do Brasil e do mundo inteiro para ver aquela que é, sem dúvida alguma, a maior beleza natural do planeta.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou falando de Foz de Iguaçu, porque a cidade precisa de um projeto de dinamização. O Governo brasileiro não adotou uma boa posição quando vetou o projeto que apresentei, no Senado Federal, de criação de uma zona de livre comércio em Foz de Iguaçu. Tal projeto poderia atrair investimentos e, sobretudo, turistas, além de impedir que seis mil trabalhadores tivessem que atravessar a ponte todos os dias para encontrar, no mercado de trabalho do outro lado, no Paraguai, as oportunidades que não estão encontrando do lado de cá.

Sr. Presidente, falo também da pequena agricultura, que é exemplar no Sudoeste e no Sul, e que precisa que não apenas o Pronaf – que já está em vigor – seja dinamizado. Precisamos de uma nova proposta que integre a pequena agricultura com os pequenos empresários da cidade.

Muito próximo ao Sudoeste, conheço a proposta do Prefeito de Guarapuava, Vitor Hugo, presente neste plenário, que ganhou o Prêmio Mário Covas por ter tomado uma iniciativa inovadora e revolucionária no seu Município. S. Ex^a colocou em prática o Programa Bairros em Ação, um circuito formado por todas as entidades representativas – o Senar, o Senai, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), a Federação das Indústrias, as Secretarias Municipais, as Secretarias Estaduais, que, infelizmente, neste caso, não estão atuando, mas que poderão atuar, órgãos do Governo Federal e da iniciativa privada, associações de criadores, associações comerciais –, acionado automaticamente quando um pequeno empreendedor ou um trabalhador procura qualquer dessas entidades. O trabalhador que pretender instalar um negócio ou um empreendimento terá orientação para elaborar o seu projeto, assistência técnica para

negociá-lo e poderá obter financiamento dentro das linhas já existentes: o Proger, o próprio Pronaf e outros programas já criados.

Mas a inovação é exatamente a criação de um circuito onde qualquer entidade que seja procurada aciona as outras para que, integradas, elaborem o projeto, ofereçam assistência técnica, ajudem na negociação dos recursos e, o que é mais importante, façam o acompanhamento do empreendimento. Isso porque, nos últimos cinco anos, de cada dez pequenos negócios instalados no Brasil, sete fecharam por falta de assistência técnica, de acompanhamento, de estudo de mercado. E isso é que é feito pelo Prefeito de Guarapuava, que ganhou o prêmio Prefeito Empreendedor.

E estou falando de um projeto que pretende oferecer essa oportunidade para aqueles que vivem na fronteira do País. Esse projeto poderia ser transferido para a região de fronteira, onde integrariamos a economia rural com a economia urbana. Dessa forma, resolveríamos o maior drama que hoje assola aquela região, o desemprego. Aliás, drama que afeta todo o País e, portanto, não poderia ser diferente em meu Estado, em todas as suas regiões. Mas o Sudoeste sempre reclama – e com razão – que parece que o isolaram do mapa do Governo do Estado, pois, ao fazer o anel de integração, as rodovias, para transporte de cargas, o traçado da ferrovia, o Governo sempre esquece aquela região. E o Sudoeste sobrevive graças ao trabalho e à obstinação daqueles que vivem naquela importante região.

Podemos integrar o Sudoeste ao Paraná e ao Brasil, fazendo que aquela região, que é fronteira e que está exatamente na mesorregião da fronteira do Mercosul, possa ter um programa de desenvolvimento que leve em conta exatamente a vocação do povo que lá vive – no extremo oeste, o turismo, e no sudoeste das pequenas propriedades, a produção e a transformação do alimento – e, sobretudo, que signifique o apoio à instalação de pequenas empresas, para que seja possível o enfrentamento do desemprego, que é a grande preocupação daquela região.

O Sudoeste se desenvolve com universidades que se instalam. A educação avança ali e queremos que, paralelamente ao avanço da educação, os trabalhadores sejam treinados e especializados em uma profissão. Para isso, precisamos de recursos, de investimentos. E por meio do programa criado por esse projeto de lei que ora analisamos, tenho certeza de que o Sudoeste do Paraná poderá ser beneficiado, oferecendo, assim, um desenvolvimento mais harmônico para todos os que lá vivem.

Sr. Presidente, encaminhamos favoravelmente ao projeto, pelo mérito contido nele.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao ilustre Senador pelo Amapá, Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse projeto é importante, porque pode significar um sopro na sobrevivência do Mercosul, que agoniza na mesma intensidade em que falece a economia da Argentina. Por se tratar de um programa de extrema importância para o Brasil e pelo fato de o Mercosul ser um instituto imensamente importante para o País e para a América Latina, é preciso que os países que o integram despendam esforços para o aprimoramento, o fortalecimento e a consolidação desse bloco econômico e das economias dos seus países-membros; e que tenham como finalidade precípua, como objetivo principal, o homem que vive nessas regiões.

A população que se encontra em uma região menos privilegiada e em uma situação econômica menos favorável certamente não usufrui dos benefícios do Mercosul tanto quanto as empresas de grande porte, principalmente os exportadores. Portanto, destaco o caráter eminentemente social desse projeto, sua visão de desenvolvimento e de justiça social para o homem que vive na região.

Esse programa me faz lembrar, Senador Gilberto Mestrinho, o Calha Norte, idealizado ainda pelos militares, fortalecido e consolidado no Governo do ex-Presidente José Sarney e, lamentavelmente, com muitos problemas na administração atual. Não fosse o esforço de servidores públicos tais como o Coronel Avelino, por exemplo, que gerencia o Programa Calha Norte, proporcionando melhoria nas condições de vida da população, das famílias que residem na fronteira, não fosse o esforço supremo de alguns militares que olham para a Amazônia da perspectiva da necessidade de garantir mais segurança à nossa fronteira e de melhorar a qualidade de vida do homem que lá reside, certamente o Calha Norte já não existiria mais na organização estrutural e programática do Governo brasileiro.

Faço votos de que a sorte do Programa Grande Fronteira do Mercosul seja melhor do que a do Calha Norte e que, de fato, a população que ali mora possa receber os benefícios previstos no mesmo.

Quero, por outro lado, mencionar um aspecto importante que nós, do Estado do Amapá, não devemos esquecer: o nosso Estado representa, no nível do rio Oiapoque, a fronteira do Mercosul com a União

Européia. Portanto, o Amapá estabelece geograficamente uma interface entre o Mercosul e a União Européia, considerando-se que a Guiana Francesa é um departamento de ultramar da França. Dessa forma, é importante que o Brasil – e estou estudando esse assunto, inspirado nesse Programa –, quem sabe, possa apresentar algo semelhante, para atender também à população, ao homem que vive nessa fronteira, porque, embora o Brasil seja o principal propulsor do Mercosul, a Região Norte está totalmente excluída dele.

Nós, do Norte, temos de ser comparados aos homens, às famílias que vivem na grande fronteira do Mercosul, aos trabalhadores rurais que são excluídos do Mercosul. Estamos na mesma situação. Nós, do Norte, não usufruímos do Mercosul, pois parece que esse bloco diz respeito apenas aos Estados que fazem fronteira com os países aliados do Brasil no Mercosul, e isso não é verdade, é um grande equívoco. Todos os Estados brasileiros integram o Mercosul.

Quando ingressei no Senado Federal, lutei para que criássemos o Merconorte. Era uma concepção equivocada. O Mercosul, para nós, do Norte, seria não seria Mercosul, seria Merconorte. Na verdade, o que temos que estabelecer são critérios, são padrões, para que também os Estados da Região Norte sejam beneficiados pelo Mercosul. Trata-se de estabelecer o pólo norte do Mercosul, e não o Merconorte, que não caberia, pois ele seria um Nafta. E temos de ser cautelosos com relação ao Nafta, porque o Brasil ingressaria nele em grande desvantagem.

Hoje, o Brasil é, como eu disse, a mola propulsora do Mercosul. Por isso, temos que nos fortalecer e que fortalecer o Mercosul, mas sempre sendo solidários com todos os Estados brasileiros, pois todos têm que receber os benefícios do Mercosul.

Por ser oportuno, Sr. Presidente, embora tenha ultrapassado o meu limite de tempo, peço a clemência de V. Ex^a apenas para registrar que se encontra em Brasília nestes dias uma delegação de autoridades da Guiana Francesa. Essas autoridades estarão, amanhã, reunidas com a Bancada Federal do Amapá e oferecerão um jantar na residência do Embaixador da França, para consolidar, de uma vez por todas, o projeto de construção da ponte sobre o rio Oiapoque. Esse é um projeto importante de integração. Como eu disse, é um projeto de integração do Mercosul com a União Européia, por isso merece ser apoiado pelo Governo brasileiro.

A Bancada do Amapá estará, portanto, presente a essas reuniões, a essas articulações para viabilizar recursos, da maneira mais rápida possível, para con-

solidar esse projeto de integração do Amapá com a Guiana Francesa, do Mercosul com a União Européia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Sebastião Rocha, o Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Sebastião Rocha, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em boa hora, depois de ter sido analisado por várias Comissões na Câmara dos Deputados e também pela Comissão Mista do Mercosul, chega a esta Casa, com o parecer favorável do Senador Gilberto Mestrinho, esse projeto de autoria do Deputado Konder Reis, de Santa Catarina.

O Estado de Santa Catarina, sem dúvida alguma, vive problema similar àquele verificado principalmente na metade sul do Rio Grande do Sul, que pega a fronteira oeste do País e da Campanha.

O objetivo desse Programa da Grande Fronteira do Mercosul, que envolve os Estados de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, é conferir um dinamismo econômico e social a essas regiões profundamente sofridas e empobrecidas por questões culturais e devido à política de segurança nacional nas regiões de fronteira. De certa forma, o desenvolvimento, a instalação de indústrias e uma diversificação maior da economia provocaram um empobrecimento acentuado naquelas regiões. Pesquisas comprovam que, nas últimas décadas, não houve dinamismo.

Foi feito um estudo em relação à metade sul do Rio Grande do Sul, que engloba praticamente 50% do território gaúcho, sendo sua população da ordem de dois milhões de habitantes. São singulares os problemas. Temos buscado diversificar as ações ao dinamizar nossas regiões com programas e projetos voltados para outras atividades econômicas, como a fruticultura e o turismo. Atualmente, na região da Campanha, na região fronteira, estamos estimulando e fortalecendo um programa de capacitação turística.

Há problemas vinculados à irrigação. Ainda existem bacias hidrográficas naquela região causando enchentes. A última enchente deixou 12 mil pessoas desabrigadas, atingiu as plantações de arroz, fumo e soja e destruiu nossas estradas e as ligações de viabilização de transporte, prejudicando nossa economia.

Se realmente houvesse um projeto que analisasse o potencial da região e todas as suas dificuldades, que gerisse a instalação de centros de convivência social e estudasse a questão da expansão da pesquisa científica e tecnológica, além de dar prioridade à proteção do meio ambiente e ao gerenciamento dos recursos hídricos, talvez não estivéssemos mais nos preocupando com os estragos causados pela estiaagem nem com a febre aftosa. Essa doença atingiu o Rio Grande do Sul, no ano passado, proveniente das regiões da Argentina e do Uruguai, e causou sérios prejuízos à nossa economia e à nossa pecuária. Se houvesse programas de defesa sanitária vegetal e animal consistentes para as regiões da nossa fronteira, o problema teria sido evitado.

Sr. Presidente, enfatizo a importância desse Programa Grande Fronteira do Mercosul, que assegura projetos para fixar o homem no campo e, consequentemente, para desestimular o êxodo rural, fortalecendo a agricultura familiar e promovendo ações integradas permanentes entre a União, os Estados e os Municípios, contando com a participação das nossas universidades e utilizando projetos já existentes em vários Municípios, mas que ainda são inconsistentes.

Ressalto a relevância do referido projeto, na expectativa de que ele se transforme em realidade. Sou oriunda de uma das cidades que talvez seja o exemplo mais vivo do que significa integração de fronteira, e realmente não temos tido a oportunidade de desenvolver programas que tirem aquelas comunidades da situação de empobrecimento.

Portanto, cumprimento o Autor e o Relator do projeto, pedindo uma atenção especial do Governo Federal a fim de que, já no Orçamento do próximo ano, haja recursos para a implementação de convênios com os Estados e os Municípios, dando a União o exemplo e a primeira investida no sentido de tornar tudo isso realidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador por Mato Grosso do Sul, Juvêncio Cesar da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto é muito especial, principalmente para essa grande região da fronteira que vai do Rio Grande do Sul até Mato Grosso do Sul, sobretudo porque visa a “promover a fixação do homem no campo e desestimular o êxodo rural, dotando os Municípios em que predomine população composta por pequenos e médios produtores rurais de centros de convivência social”. O que me parece importantíssimo é o objetivo n.º IV do projeto: “estabelecer modelos de desenvolvimento sustentável adequados às características naturais, à vocação econômica e às potencialidades de microrregiões homogêneas na área de abrangência”.

Por que entendemos que esse projeto é importantíssimo para a área? Porque notamos alguns descuidos do próprio Governo Federal no que diz respeito à conquista da fronteira, à conquista do oeste brasileiro, à fixação do homem brasileiro lá na fronteira. Um desses descuidos foi justamente a lei hoje em vigor sobre a ratificação dos títulos de fronteira, ratificação essa que trouxe enormes prejuízos para os produtores daquela área, tanto em Mato Grosso do Sul como no Paraná e no Rio Grande do Sul, enfim, em todos os Estados que compõem essa grande fronteira brasileira.

Não é possível que o proprietário, o homem que conquistou aquela região tenha a obrigação de provar que tem o título. Naturalmente, o Estado pode, sim, indagar sobre a veracidade da sua documentação, da sua legitimidade; mas não poderia, de forma alguma, exigir que todos os proprietários, numa área de 150 quilômetros de fronteira, viessem mostrar, por meio de sua cadeia dominial, que são proprietários legítimos da terra, onde produzem intensamente desde a conquista dessa grande região da fronteira.

Também nos causa preocupação uma ou outra ação do Governo Federal. Dou como exemplo a pretendida implantação ainda em fase de cogitação pelo Ministério do Meio Ambiente, mas já com decreto pronto, minutado, em processo de conversação – da reserva biológica do Nabileque, região com um ciclo de águas muito intenso, no Pantanal de Mato Grosso do Sul; durante seis meses, ocorre a exploração pecuária; nos outros seis meses, as águas praticamente tomam conta da região.

Qual o objetivo da reserva biológica? Criar uma unidade de proteção ambiental integral. O homem terá de ser afastado da fronteira para que ali seja implantada a reserva biológica. Ora, quando se tira o homem da fronteira, contraria-se toda e qualquer teoria de fixação do homem na fronteira para a garantia da

sua soberania. Assim aconteceu com o **uti possidetis**, de Rio Branco para a conquista do Acre.

Como podemos, hoje, retirar o homem da fronteira com a Bolívia ou com o Paraguai para fazer uma reserva biológica? Com essa medida, já que os países vizinhos não têm uma educação ambiental nem uma legislação de proteção condizente com a nossa, haverá uma invasão muito grande para caça, pesca e depredação do meio ambiente.

Este projeto é muito importante, porque vem em consonância com o Projeto Pantanal, que está sendo desenvolvido nos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. É um projeto essencialmente de desenvolvimento com sustentação ambiental, e me satisfaz muito, porque a nossa região Centro-Oeste, principalmente a de Mato Grosso do Sul, assenta-se na agropecuária. Há necessidade da verticalização da nossa economia, por isso temos que sair do cultivo de grãos e da pecuária para as indústrias, para a agroindústria, que é a vocação natural daquela região, que possui uma capacidade de expansão muito grande, trazendo para a economia brasileira uma competitividade da qual realmente estamos precisando.

Ainda lembro mais, Deus colocou em Corumbá manganês e ferro, os minérios mais importantes para a criação de um pólo minero-siderúrgico. Certamente este programa fará com que se desenvolva esse setor importantíssimo para a economia brasileira, propiciando um crescimento ao Centro-Oeste e possibilitando, assim, a criação na fronteira de uma área avançada de proteção à nossa soberania, com desenvolvimento sustentado.

Portanto, Sr. Presidente, Sras e Srs Senadores, este projeto tem uma importância muito grande, porque nos traz uma indicação de como agir na fronteira, principalmente nessa imensa fronteira brasileira, dotada de grande potencialidade agroindustrial e turística. Permitirá, enfim, que o brasileiro encontre, nessa área, uma razão de ser da sua soberania econômica da qual tanto necessitamos.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente, e o meu voto é favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o ilustre Senador por São Paulo, Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs Senadores, em primeiro lugar, desejo agradecer as palavras simpáticas do Senador Artur da Távola com referência ao PFL, demonstrando que a caminhada percorrida durante os sete anos

junto à base do Governo representou uma força inmensurável em benefício das reformas que trouxeram alguma expectativa de estabilidade econômica ao Brasil.

O PFL é favorável ao projeto não apenas porque quem o apresentou é membro do Partido mas pela consolidação séria da fixação do homem na fronteira com países do Mercosul. O Senador Sebastião Rocha, com muita propriedade, lembrou o Projeto Calha Norte, estabelecido ao tempo do Presidente José Sarney, que lutou muito por sua implantação e pela fixação do homem e da economia na fronteira Norte do País. O fato, hoje voltado para a fronteira do Mercosul, representa não um sonho mas a certeza de que a geopolítica econômica da região, com muito mais força que a região Norte, que necessitou de incentivos, lutas, e não conseguiu ainda se fixar em todas as fases do Projeto Calha Norte, obterá sucesso com a implementação do projeto apresentado pelo Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

Portanto, o PFL encaminha favoravelmente.

Durante o discurso do Sr. Romeu Tuma, o Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra o Senador Lúdio Coelho. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs Senadores, coincidentemente, enquanto discutimos um projeto em benefício da faixa de fronteira em nosso País, lemos no jornal **O Globo** notícia de Washington que dá conta de mais um torpedo norte-americano contra os interesses de desenvolvimento do nosso País. Leio a notícia:

O governo americano disse ontem que está preocupado com a crescente insatisfação dos latino-americanos com a democracia e com a possibilidade de grupos terroristas fincarem raízes na área da tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai.

Essa declaração foi feita pelo Secretário de Estado dos Estados Unidos, Colin Powell. É lamentável, Sr. Presidente, mais uma vez, essa irresponsabilidade verborrágica norte-americana a comprometer interesses nacionais. Não é a primeira vez. Aliás, essa manifestação guarda relação estreita com o estilo Bush de governar. Sem dúvida, é uma manifestação extremamente reacionária e preconceituosa.

Algum tempo atrás, o embaixador interino dos Estados Unidos promovia também o terrorismo psicológico e anunciava, irresponsavelmente, a hipótese de se instalarem em Foz do Iguaçu, na tríplice fronteira Brasil – Argentina – Paraguai, terroristas em ameaça aos Estados Unidos.

Na seqüência, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, talvez por descuido, não acredito que tenha sido por má-fé, acabou por avalizar as declarações do embaixador interino dos Estados Unidos. Os prejuízos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são visíveis hoje, especialmente em Foz do Iguaçu, um pólo turístico extraordinário, um cartão postal do nosso País, que abriga uma das maravilhas do mundo, as Cataratas do Iguaçu. Pois bem, estive, no último sábado, em Foz do Iguaçu, e assisti a um cenário de desencanto: cinquenta mil trabalhadores desempregados somente naquela cidade; os hotéis operando com apenas 30% da sua capacidade; e há uma pesquisa recente dando conta de que 25% da população que vive em Foz do Iguaçu, uma cidade maravilhosa, gostariam de mudar-se. Comprometeu, sem dúvida, esse alarmismo falso, esse terrorismo irresponsável, o comércio, ampliou o desemprego, aprofundou os problemas sociais e fez crescer, inclusive, a violência naquela região.

Foi por conta disso que, inteligentemente, moradores de Foz do Iguaçu idealizaram um evento fantástico, um dos espetáculos mais marcantes a que tive oportunidade de assistir, denominado Paz sem Fronteiras, reunindo religiões, raças, populações de 3 países, lideranças políticas num evento com mais de 30 mil pessoas, oferecendo uma lição em favor da paz no planeta.

Não tenho visto, Sr. Presidente, uma reação à altura do Governo brasileiro, porque os prejuízos não são ressarcidos. A irresponsabilidade verborrágica é decorrência desse alarmismo falso, desse terrorismo psicológico. Os prejuízos se avolumam e não há ressarcimento. Constata-se depois que foi irresponsabilidade, que nada era verdadeiro, que a hipótese era falsa, mas ninguém responde pelos prejuízos sofridos pela população que lá vive. E, mais uma vez, o Governo brasileiro não pode se calar diante desse fato. É uma questão para a diplomacia brasileira. Cabe ao Presidente da República deste País responder a esse tipo inconseqüente de ameaça contra países em desenvolvimento.

Sr. Presidente, a discussão deste projeto é importante, não há dúvida. Os argumentos aqui expostos são inteligentes e importantes. Este projeto pode contribuir, sim, para dinamizar economicamente

aquela região da fronteira brasileira, mas se o Governo brasileiro não reagir a essas investidas norte-americanas, bem ao estilo Bush de governar, certamente sofreremos prejuízos ainda maiores.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavacanti) – Com a palavra o Senador Lindberg Cury. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Geraldo Althoff.

O SR. GERALDO ALTHOFF (PLF – SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, estava eu a conversar, ao início da Ordem do Dia, com o nobre Senador Artur da Távola, a quem dizia da honra e da satisfação que tenho, catarinense que sou, de ser conterrâneo do Deputado Federal Antônio Carlos Konder Reis. Assim eu dizia e assim afirmo exatamente pelo que representa para Santa Catarina a figura e o trabalho do Deputado Federal Antônio Carlos Konder Reis, nosso ex-Governador, ex-Senador, por consequência já conhecido desta Casa, um dos relatores da Constituinte de 1988 e que teve a sensibilidade de apresentar este projeto de lei, cuja tramitação foi por ele muito cuidada durante todo o processo de tramitação na Câmara dos Deputados até sua chegada hoje aqui no Senado Federal. Este projeto existe porque a primeira ação que o Deputado Federal Antônio Carlos Konder Reis tomou foi exatamente de inserir a mesorregião do Mercosul no contexto do Plano Plurianual. Isso deu a oportunidade para que a idéia frutificasse e chegássemos à iminência de aprová-lo.

O projeto busca identificar os fatos, os aspectos, as identidades comuns das regiões fronteiriças do Brasil com os países do Mercosul. Falo de identificação cultural, étnica, identificação do tipo de cidade que se cria exatamente junto ao sistema fronteiro brasileiro, mais especificamente na região Sul do País. Por essa razão possui vários aspectos positivos.

Gostaria de fazer uma referência ao que considero mais importante: impedir o êxodo rural; a “litoralização” dos que moram no interior dos Estados envolvidos no processo, logicamente com exceção do Mato Grosso do Sul, que não tem litoral. Dessa maneira, teremos a oportunidade de fazer com que o cidadão inserido no interior do Estado, no interior dessa região, possa realmente lá permanecer com cidadania, com qualidade de vida. Por isto o nosso encaminhamento favorável à votação e aprovação deste projeto: porque ele traz uma séria de benefícios, mas acima de tudo este que acabei de mencionar. Votamos favoravelmente a este projeto também por aquilo que significa para o Estado de Santa Catarina aquele que o produziu, mentalizou, fez crescer e chegar hoje na iminência de sua aprovação pelo Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Não havendo mais oradores para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, também peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Vou reabrir o encaminhamento, embora já o tivesse encerrado em face de V. Ex^a não estar inscrito nem o Senador Ney Suassuna.

Em deferência ao assunto e a V. Ex^a, Senador Jonas Pinheiro, concedo-lhe a palavra.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também estou de acordo com o projeto da lavra do eminente Deputado Antônio Carlos Konder Reis. Entretanto, Sr. Presidente, tenho uma preocupação, o Pantanal Mato-Grossense é indivisível. As águas que nascem no Mato Grosso banham todo o Mato Grosso do Sul, formam o Pantanal, atingem o Estado do Paraná e os países fronteiriços com o Brasil – Bolívia e Paraguai –, e vão até a Bacia do Prata.

O Senador Juvêncio da Fonseca falou a respeito de programas únicos, como o Programa BID-Pantanal, que alcança os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e os que atingem o Pantanal como um todo, que – como disse – não divide esses Estados; pelo contrário, une-os. Mato Grosso também faz divisa com a Bolívia e quase atinge o Paraguai.

Nenhum demérito à proposta do eminente Deputado Antônio Carlos Konder Reis, mas lamento que os Municípios do sul do Mato Grosso, como Poconé, Itiquira, Santo Antônio do Leverger, Barão de Melgaço, que estão na divisa com Mato Grosso do Sul, com Ladário e Corumbá, talvez não estejam dentro desses 450 quilômetros. De qualquer maneira, mesmo que estejam, trata-se de um projeto que promoverá a desigualdade entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em função de o Pantanal fazer a união desses dois Estados. Lamento esse cochilo da nossa Bancada do Estado de Mato Grosso. Louvo o projeto do eminente representante de Santa Catarina, Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

Durante o discurso do Sr. Jonas Pinheiro, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Wilson, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna para encaminhar a votação.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sempre me julguei um Senador bem informado, mas confesso a V. Ex^{as} que, ao chegar ao Ministério, fiquei surpreso com a importância das mesorregiões. Essa é uma nova organização territorial que cria uma solução entre o pequeno Município e o Governo Federal, une os Municípios homogêneos ou os que têm os mesmos problemas e buscam, com essa associação, vencer questões que seriam insolúveis se esses Municípios estivessem isolados. Eram 13 as mesorregiões; criamos mais 5.

Chamo a atenção dos Srs. Senadores para as mesorregiões. Elas não existem apenas nas regiões pobres, nas favelas nacionais – e quando digo favela não me refiro a cidades, e sim a todo o território nacional. Estão no Vale da Ribeira, no Vale do Jequitinhonha, em toda a banda Sul do Rio Grande do Sul, na grande mesorregião do Mercosul. Vale a pena os Srs. Senadores de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, visitar a mesorregião da grande fronteira. Agora há as mesorregiões do Cristalino e da zona da mata, da ilha do Marajó, no Pará, e a mesorregião do Amazonas.

A sociedade se organizou de forma tal que encontrou soluções. Os políticos têm participado, as lideranças comunitárias também. Enfim, é uma nova forma associativa que, com certeza, trará sucesso para o progresso do País.

Alerto os Srs. Senadores de que muitos dos seus Estados possuem mesorregiões, mas pouco tem sido feito a fim de acelerar o desenvolvimento desses Municípios.

Por último, gostaria de dizer ao Presidente que, para a própria mesorregião da Zona da Mata de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, está tramitando um empréstimo de US\$200 milhões que, com certeza, quando vier, solucionará muitos problemas daquela região.

Essas mesorregiões são novos entes federativos que têm um futuro promissor. Por assim acreditar, voto favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Em votação o Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2001.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2001
(Nº 1.477/99, na Casa de origem)

Dispõe sobre o Programa Grande Fronteira do Mercosul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o Programa Grande Fronteira do Mercosul, a ser implementado na área formada pelos Municípios dos Estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, cujas sedes estejam localizadas na faixa de até quatrocentos e cinquenta quilômetros de largura ao longo da fronteira do Brasil com a Argentina, o Paraguai e o Uruguai.

Art. 2º São objetivos do Programa Grande Fronteira do Mercosul:

I – promover a fixação do homem no campo e desestimular o êxodo rural, dotando os municípios em que predomine população composta por pequenos e médios produtores rurais de centros de convivência social;

II – promover o fortalecimento da agricultura familiar pelo estímulo ao cooperativismo e ao associativismo econômico;

III – promover, mediante ações integradas das diferentes esferas de governo, o desenvolvimento econômico e social da área de abrangência, dotando-a das condições indispensáveis a sua inserção no Mercado Comum do Sul e à competição internacional;

IV – estabelecer modelos de desenvolvimento sustentável adequados às características naturais, à vocação econômica e às potencialidades de microrregiões homogêneas na área de abrangência;

V – assegurar a aplicação de forma articulada de recursos públicos e privados em áreas selecionadas para a criação de pólos de desenvolvimento.

Art. 3º Os recursos do Programa Grande Fronteira do Mercosul serão aplicados, prioritariamente, em projetos voltados para:

I – a instalação de centros de convivência social rural;

II – a realização de obras de infra-estrutura nos setores dos transportes e de recursos energéticos;

III – a defesa sanitária vegetal e animal;

IV – a proteção do meio ambiente e o gerenciamento dos recursos hídricos;

V – a criação e a expansão de núcleos de pesquisa científica e tecnológica.

Art. 4º O Programa Grande Fronteira do Mercosul será gerenciado:

I – na esfera federal, pelo ministério responsável pela integração nacional ou aquele designado pelo Presidente da República;

II – no âmbito dos estados e dos municípios, pelo órgão previsto na legislação estadual ou municipal.

Art. 5º O Poder Executivo celebrará convênios com os estados e os municípios da respectiva área de abrangência, para execução do Programa Grande Fronteira do Mercosul.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Item 3:

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 1996** (nº 225/1995, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Tucano FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucano, Estado da Bahia, tendo

Parecer favorável, sob nº 149, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Antônio Carlos Junior, com abstenções dos Senadores Geraldo Cândido e Marina Silva.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Não havendo oradores para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 53, DE 1996

(Nº 225/95, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Tucano FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucano, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 142, de 29 de agosto de 1989, que outorga permissão à Rádio Tucano FM Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade,

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucano, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Tem V. Exª, Senador José Eduardo Dutra, a palavra pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, essa emissora tem algo a ver com o PSDB?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Senador José Eduardo Dutra, V. Exª deve ter lido nos Avulsos que ela não tem nada a ver com o PSDB. Situa-se na Bahia, e parece que este Estado não tem muita simpatia pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – **Item 4:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 408, de 2001** (nº 1.077/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Cooperação e Desenvolvimento – ACOOD a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Massapê, Estado do Ceará, tendo

Parecer favorável, sob nº 50, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Lúcio Alcântara.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto. (Pausa.)

Não havendo oradores para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 408, DE 2001**

(Nº 1.077/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Cooperação e Desenvolvimento – ACOOD a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Massapê, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta,

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 458, de 14 de agosto de 2000, que autoriza a Associação de Cooperação e Desenvolvimento – ACOOD a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Massapê, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – **Item 5:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 415, de 2001** (nº 1.026/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Progresso da Cidadania de São Francisco do Conde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco do Conde, Estado da Bahia, tendo

Parecer favorável, sob nº 91, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Não havendo oradores para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 415, DE 2001**

(Nº 1.026/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Progresso da Cidadania de São Francisco do Conde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco do Conde, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 389, de 31 de julho de 2000, que autoriza a Associação Comunitária para o Progresso da Cidadania de São Francisco do Conde a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodi-

fusão comunitária na cidade de São Francisco do Conde, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Item 6:

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 197, de 2002**, do Senador Carlos Patrocínio, solicitando a retirada, em caráter definitivo, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2001.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Proposta de Emenda à Constituição vai definitivamente ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Volta-se à lista de oradores.

Por permuta com o Senador Mozarildo Cavalcanti, concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há duas semanas o Governo Federal encaminhou projeto de lei ao Congresso Nacional tratando novamente de tema relacionado ao esporte. Dessa vez – felizmente – o Governo deu ouvidos às deliberações contidas no relatório final da Comissão do Senado, que fez uma verdadeira radiografia do futebol brasileiro. O trabalho desenvolvido por essa Comissão, presidida pelo Senador Álvaro Dias e relatada pelo Senador Geraldo Althoff, ganhou reconhecimento em todo o Brasil.

O novo projeto, que vem sendo tratado como a Lei de Responsabilidade do Futebol Brasileiro, chega em boa hora e deve ser acolhido pelo Congresso Nacional. Ao contrário do que pregam alguns “puristas” do esporte, a interferência externa é benéfica na fiscalização das administrações. O futebol brasileiro, incluindo clubes e federações, é patrimônio público e cultural do povo brasileiro e como tal deve ser gerido e fiscalizado.

O projeto acerta neste ponto em que pelo menos três itens são fundamentais: a permissão para que o Ministério Público investigue dirigentes esportivos; a exigência de que clubes publiquem seus balanços e a obrigatoriedade de que esses balanços sejam fiscalizados por auditores independentes.

Na mesma linha, é acertada a proibição de que dirigentes corruptos ou inadimplentes com as presta-

ções de contas se candidatem novamente a qualquer cargo diretivo no futebol.

Além de ser uma das grandes paixões nacionais, o futebol representa uma forte atividade econômica. Em alguns países, os recursos movimentados pelo esporte, notadamente pelo futebol, correspondem a até 4% do PIB. No Brasil, justamente o chamado “país do futebol”, esse número não passa de 1,6%. Sinal de que o campo para avançar é bastante vasto. E para avançar é necessário, obviamente, caminhar para a profissionalização e para a moralização do futebol brasileiro.

Por outro lado, considero polêmica a obrigatoriedade dos clubes transformarem-se em empresas. É certo ser esta uma condição vital para a profissionalização. Mas é certo também que, no Brasil, centenas de pequenos clubes não possuem condições de cumprir esta exigência. É necessário que haja alguma flexibilidade, para que esses pequenos clubes não sejam levados a fechar as suas portas. Isso seria muito ruim para o nosso futebol, já que eles funcionam como verdadeiras usinas de craques.

Defendo uma flexibilização desse capítulo da lei. Um dos caminhos poderia ser o de manter a obrigação apenas para os clubes grandes e médios. Aqueles que disputam competições nacionais e os participantes das primeiras divisões estaduais, por exemplo. Excluiriam-se os pequenos times do interior, que disputam campeonatos estaduais de divisões inferiores.

Seria uma forma de mantê-los vivos, funcionando como escolas de futebol que elas realmente são. Quase todos esses clubes são deficitários. Funcionam movidos pelo idealismo e pelo amor ao futebol de seus integrantes e dirigentes.

É bom frisar que essa flexibilização seria apenas para a obrigatoriedade de se tornarem empresas. Mesmo assim, eles não seriam excluídos da possibilidade de serem investigados pelo Ministério Público. A transparência na administração tem que ser total. A minha preocupação é não acabar com um dos grandes trunfos do futebol brasileiro: a nossa capacidade de gerar craques da bola, artistas do esporte mais apaixonante do Planeta. Craques e artistas que nascem nesses pequenos e pobres clubes de futebol do interior do Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, somado a isso, quero propor à Mesa Diretora do Senado que coloque na pauta a emenda constitucional de nossa autoria que proíbe mais de uma reeleição dos dirigentes esportivos, seja na direção de clubes ou de federações. Aliás, agradeço à Mesa Diretora do Senado que

hoje incluiu, já em primeira discussão e em primeira votação, a nossa emenda que proíbe mais de uma reeleição para os clubes de futebol, para as federações e para a própria CBF.

Essa proibição inibe a perpetuação de verdadeiras dinastias que se montam em clubes e federações, abrindo espaço para que gente nova, sem vícios, assumam os postos de comando no esporte nacional. O Ministro dos Esportes, Caio Carvalho, já demonstrou publicamente apoio a essa iniciativa quando afirmou, corretamente, que “não é bom manter um dirigente por 20 ou 30 anos”. Aliás, não é bom manter um dirigente por mais de dois mandatos consecutivos. Na verdade, a reeleição seguida de dirigentes leva à acomodação e à inépcia. Nada mais acertado do que proibir essa repetição interminável por meio de lei.

Como desportista, sinto-me gratificado ao ver que o esporte começa a ser tratado como um instrumento econômico e social fundamental para o nosso País. O simples fato de o Congresso e o Governo demonstrarem preocupação aponta para a construção de um futuro melhor. Embora passível de ajustes, o projeto é alentador e precisa ser aprovado. É o ponto de partida para transformarmos para melhor o esporte brasileiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apresentei hoje no plenário um requerimento de votos de aplauso ao treinador da Seleção Brasileira de Futebol, Luiz Felipe Scolari e à Comissão Técnica. Scolari anunciou os nomes dos 23 jogadores que defenderão o Brasil na Copa do Mundo do Japão e da Coréia.

Independente das opções individuais de cada um, o treinador demonstrou coerência e firmeza de caráter em sua escolha, elegendo aqueles que ele e a Comissão Técnica entendem como sendo os jogadores mais bem preparados neste momento.

A escolha foi feita com base em critérios técnicos estabelecidos por aqueles que receberam a incumbência de formar e treinar a seleção do Brasil. Scolari não cedeu a nenhum tipo de pressão política, uma delas acenada até pelo Presidente da República e pelo Presidente da CBF, e manteve-se firme em seus princípios, não dando espaço a nenhuma forma de expressão do famigerado “jeitinho brasileiro”, que tinha como finalidade agradar este ou aquele.

O Brasil está precisando – não apenas no esporte – de seriedade, disciplina e firmeza de caráter. Já passa da hora de abandonarmos de uma vez por todas a “Lei de Gérson”, que estabelece que todos devem tirar proveito de tudo. É necessário adotarmos uma nova ordem, em que a ética e a competência valham mais do que o poder do “quem indica”.

Apresento esse requerimento para homenagear uma atitude honesta, que vem corroborar os esforços pela moralização que o Congresso Nacional tem encampado.

Por fim, publicamente manifesto o meu otimismo com o desempenho da seleção do Brasil na Copa do Mundo. É um grupo de excelentes jogadores, pessoas com caráter e personalidade, que tem demonstrado forte espírito de união e que pode levar-nos ao pentacampeonato. Registro os votos de muito sucesso na Copa do Mundo, à Comissão Técnica e aos jogadores. Com fé no Brasil, com a torcida de 170 milhões de brasileiros e com o futebol belo que sempre apresentamos, buscaremos mais essa conquista.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Ouço V. Ex^a com muita honra.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Maguito Vilela, talvez alguns Senadores não considerem o assunto próprio para o Senado, como disse o Senador Roberto Requião em outro dia. Em verdade, o futebol brasileiro constitui a nossa grande paixão e, certamente, a expectativa de ganharmos o pentacampeonato mundial de futebol, significará para a estima do povo brasileiro um fato extraordinariamente importante. Concordo que o técnico da seleção brasileira demonstrou muita personalidade, mas há que se registrar que Romário joga muito bem e marca inúmeros gols. Entretanto, respeitemos a escolha de Luiz Felipe Scolari, almejando que os jogadores da seleção brasileira e seu técnico possibilitem que o Brasil se torne pentacampeão mundial ou que, pelo menos, façam o melhor para honrar o esporte brasileiro. De qualquer forma, também é um desejo de todos nós que o Brasil deixe de ser um dos campeões mundiais da desigualdade socioeconômica. Meus cumprimentos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Esta é exatamente uma luta nossa: transformar o Brasil num país mais justo, humano e solidário. Agradeço a V. Ex^a em virtude da importância do assunto, porque o futebol é um esporte que gera milhares de empregos em nosso Brasil, tem uma influência muito grande na geração de empresas, movimenta uma enorme quantidade de recursos e é o maior veículo de divulgação do nosso País.

Reitero os meus cumprimentos ao treinador, que demonstrou personalidade, caráter e não quis dar “jeitinhos” nem agradar esse clube ou aquele político. Ele pretendeu, realmente, fazer o melhor para o Brasil e para o futebol brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – A Mesa tem a satisfação de comunicar ao Senador Maguito Vilela que a Emenda à Constituição nº 42, de autoria de V. Ex^a, entrará em votação no último dia de discussão, no dia 15 de maio, caso não sejam apresentadas emendas.

Sabendo do interesse de V. Ex^a, a Mesa tem a satisfação de fazer essa comunicação.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço e já registrei que a Mesa colocou-a em primeira discussão e votação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, segundo estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), o desemprego na região metropolitana de São Paulo atingiu em março 19,9% da População Economicamente Ativa (PEA). Isso significa aproximadamente 1.838.000 pessoas desempregadas só naquela região e um crescimento de 4,2% em relação ao resultado de fevereiro de 2002, bem como um aumento de 15% em relação ao mês de março de 2001.

Em apenas um ano mais 277 mil pessoas ficaram desempregadas na Região Metropolitana de São Paulo, o que representa uma verdadeira tragédia econômica, social e política. Nada mais destrutivo, nada mais catastrófico na vida de uma pessoa do que perder a condição de sustentar a si e aos seus familiares.

É impossível mensurar todos os efeitos negativos, pessoais e familiares na vida de quase dois milhões de pessoas que perderam muito da condição de cidadão em decorrência do desemprego.

Certamente, a inflação é um desgraça, porque reduz drasticamente o poder de compra de todos os assalariados; no entanto, o desemprego muito se aproxima de uma sentença de morte, pois reduz a renda a zero, avilta e degrada o ser humano.

Basta olharmos o exemplo dos nossos vizinhos argentinos – a situação triste e humilhante de pessoas idosas, tentando retirar seus recursos que estão aprisionados nos bancos – para termos uma idéia da dificuldade dos desempregados, daqueles que perderam sua fonte de renda ou que não podem ter acesso legítimo a seus recursos financeiros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a grave crise do desemprego, que assola praticamente toda a

América Latina e países em desenvolvimento, gera medo e incerteza em toda a população, principalmente nos jovens, naqueles que ainda não conseguiram o primeiro emprego e que estão tentando ingressar no difícil mercado de trabalho que hoje todos enfrentam.

Os países ricos dispõem de recursos financeiros abundantes e podem oferecê-los para compensar o desemprego de sua população.

Nossa maior preocupação é com os jovens, com aqueles que amanhã estarão à frente das decisões do Brasil e hoje não encontram os meios necessários para sua preparação, para a sua manutenção econômica nem para ganhar a experiência necessária ao desenvolvimento profissional.

Pesquisa realizada pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) demonstra que 42% dos jovens têm medo de ficar sem trabalho ao sair da faculdade: vêem incerteza no futuro e estão preocupados com a carreira, com uma profissão.

Foram ouvidos 500 estudantes entre 16 e 25 anos de idade que procuraram aquela entidade em busca de um estágio profissional.

As chances para os jovens são muito limitadas: os dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram um crescimento muito acentuado do desemprego na faixa dos 18 aos 24 anos, que passou de 9,6% para 14,6%, no período de 1992 a 1999.

Os efeitos da globalização e o baixo índice de crescimento da economia nos últimos anos só agravam o problema: as grandes empresas cada vez mais se automatizam, eliminam postos de trabalho, numa política deliberada de aumento de lucros e redução exagerada de custos, fazendo recair sobre a mão-de-obra grande parte do ônus.

É muito comum, hoje, empresas reduzirem o quadro de pessoal em níveis elevados e obrigarem os demais funcionários (aqueles que ficam na empresa, com medo de perder o emprego) a suportarem a carga de trabalho daqueles que foram despedidos.

Nos bancos, vemos o automatismo destruindo empregos de forma vertiginosa: os tais caixas automáticos não apenas dispensam funcionários mas também obrigam o cliente a realizar tarefas antes realizadas pelos empregados dos bancos. Então, os bancos aumentam seus lucros, dispensam funcionários, e os clientes passam a trabalhar de graça para os banqueiros.

Fala-se muito hoje que o emprego tradicional, aquele que existia no Japão, em que o funcionário ingressava numa empresa por toda a vida, não mais

existe. O máximo que existe é o conceito de empregabilidade: pessoas que possuem os pré-requisitos mínimos necessários para serem admitidas no quadro de pessoal de determinada empresa, como estagiário ou numa função mais estável, porém sempre com o suposto de temporariedade e até mesmo de precariedade.

O desemprego, principalmente entre os jovens, entre aqueles que estão concluindo seus cursos de graduação e cursos profissionais, é um problema que deve ser prioridade para todos nós que temos responsabilidade pública. Não podemos admitir que nossos jovens percam a esperança, que encarem o futuro como uma desgraça. O Brasil é um país de jovens. Apesar de tudo, o Brasil continua a ser o “País do Futuro”.

A imprensa noticia que o Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Cláudio Hummes, apresentou ao Presidente Fernando Henrique Cardoso uma proposta de parceria da Igreja com o Governo Federal para criar um programa de treinamento de desempregados em São Paulo, a fim de que essas pessoas, esses novos irmãos, possam ser treinados, capacitados e reinseridos no mercado de trabalho.

Idéias como essa devem ter nosso apoio, devem ser estimuladas e devem ser adotadas por Estados, Municípios e entidades da sociedade civil, tal como se fez na campanha contra a fome liderada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho.

Nossa juventude merece todo o nosso esforço, para que todos os jovens possam conquistar um primeiro emprego, ter uma vida profissional saudável e produtiva e contribuir para a construção de um Brasil melhor, mais justo, mais humano e mais próspero.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Como próximo orador, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no próximo dia 13 de maio, o Brasil comemora o Dia da Abolição da Escravidão, uma data que merece ser reverenciada por todos os cidadãos que almejam a construção de uma sociedade mais justa, democrática e desprovida de preconceitos. No entanto, a intensa desigualdade racial ainda é um fato no Brasil, associada a formas usualmente sutis de discriminação que impedem o desenvolvimento das potencialidades e o progresso social da população negra.

A economia escravocrata foi um dos mais devastadores sistemas implantados em nosso País, um sistema que foi tão bem analisado pelo sociólogo Florestan Fernandes. Além dos aspectos desumanos da escravidão, que institucionalizou a crueldade, a humilhação e a desonra, esse sistema mercantil sustentou uma economia latifundiária que desprezava a sua mão-de-obra, relegando-a a um plano subalterno, criando assim uma multidão de abandonados, prisioneiros sob todos os aspectos da dignidade humana. Todos eles, fossem lavradores africanos, guerreiros, chefes tribais, religiosos, príncipes de povos, mães, eruditos, eram trazidos feito “peças”, objetos de valor no mercado de mão-de-obra: o “ouro negro”. Quando chegavam ao Brasil, as pessoas eram separadas de suas famílias e enviadas para regiões diferentes, o que em si representava extraordinária violência.

Os escravos africanos eram a base da nossa economia, mas sempre lhes foi negada qualquer participação nos bens ou na riqueza desta Nação. Apesar de tão oprimidos, foram capazes de defender e enraizar a sua cultura, sua arte, sua religião, seus traços e sua cor em nossa sociedade.

Vale lembrar que o Brasil ficou estigmatizado na História por ter sido, em 1888, um dos últimos países do mundo a abolir a escravidão, depois do Haiti (1794), dos Estados Unidos (1865) e de Portugal (1869). No século XX, a escravidão foi abolida na Nigéria (1900); no Irã (1928), na Etiópia (1942), em Catar (1952), na Arábia Saudita (1962), e na Mauritânia (1981). Neste último, muito embora a escravidão tenha sido abolida, no papel, por três vezes, ela ainda é praticada, assim como no Sudão e em Gana, em pleno século XXI.

A nossa herança colonial ainda é um óbice ao pleno desenvolvimento das potencialidades de todos os brasileiros, pois a economia brasileira está fundada em uma relação de conflito entre culturas diversas e até mesmo opostas. Aqui viviam povos que tinham uma concepção de riqueza bem diferente da visão branca cristã ocidental. Os anseios de igualdade e cidadania, é importante registrar, estavam presentes nas sociedades indígenas tradicionais, antes de começarem a fazer parte desta que resultou da vinda de outros povos para o Brasil, nos últimos cinco séculos.

Certa vez, um historiador estrangeiro disse ao grande historiador Caio Prado Júnior que invejava seus colegas brasileiros, pois estes tinham a possibilidade de ver ao vivo cenas autênticas que pertenciam ao passado. A coexistência no Brasil de seu passado com o presente, a fixação das estruturas coloniais, deve-se a pressões internas de grupos dominantes

na economia e na sociedade, a pressões externas exercidas pelos países ricos e industrializados e a questões de mercado internacional.

Um grande propagandista da abolição foi José do Patrocínio, ele mesmo, filho de uma escrava com seu senhor, um padre católico, que nunca o reconheceu. Patrocínio foi um lutador da causa abolicionista. Com ele lutaram homens como o Deputado Joaquim Nabuco, segundo Patrocínio, o “nome mais prestigioso do abolicionismo dentro e fora do país”, ou o extraordinário matemático, astrônomo, botânico, geólogo e poeta negro André Rebouças.

Nabuco, um grande escritor e parlamentar, proferiu um discurso, no século XIX, cujas palavras permanecem vivas e perfeitamente válidas para o Brasil do século XXI, e que se encontra no livro **Minha Formação**:

Essas grandes verdades que tratei de passar para os vossos espíritos, com mesma força e evidência com que elas se impuseram ao meu, hão de ficar profundamente gravadas no patriotismo e na consciência de todos vós. A primeira foi que há brasileiros ainda sem pátria, e que a Nação brasileira, com regime servil, está posta fora da lei, no interior, abaixo da lei, nas cidades(...) A segunda foi que a propriedade não tem só direitos, tem também deveres, e que ela tem faltado a todos os seus deveres, dos quais não chegou ainda a ter sequer consciência. A terceira foi que a solução do problema da miséria nas cidades, da ociosidade e da indiferença no interior, só pode ser produzida por uma lei agrária, que, por meio de imposto territorial ou da desapropriação, faça voltar para o domínio público toda a imensa extensão de terras que o monopólio escravista não cultiva nem deixa cultivar. A quarta foi que nós precisamos de reformas sociais que tenham por centro esse único interesse nacional – o trabalho – : liberdade de trabalho, amor ao trabalho, instrução técnica e cívica do trabalhador, voto do operário, proteção ao trabalho, criação de indústrias etc., e que precisamos desse grupo de reformas sociais de preferência a mudanças e reformas políticas que não afetam o nosso povo, mas tão-somente a oligarquia criada pela escravidão.

A luta dos abolicionistas contra a escravidão foi intensa, mas a reação das forças conservadoras foi

tão violenta, que poucas vezes os abolicionistas acreditavam ver ainda em vida o seu resultado. Quando a campanha abolicionista iniciou-se, em 1879, havia quase dois milhões de escravos no Brasil, e suas crianças, embora libertadas pela Lei do Ventre Livre, viviam de qualquer forma sujeitas ao regime do cativo até a maioridade.

A campanha fundamentava-se em alguns princípios de ação: primeiro, a formação da opinião pública por meio da palavra no Parlamento, na imprensa, nos **meetings**, nos púlpitos das igrejas, nas academias e instituições culturais, nos tribunais; segundo, a ação coercitiva que arrebatava os escravos aos senhores; terceiro, a ação junto aos proprietários para convencê-los a libertar seus escravos; quarto, a ação política dos estadistas, que conseguiam concessões por parte do Governo; e, quinto, a ação junto à dinastia. Nesse sentido, Nabuco foi capaz de um gesto de grande sabedoria política: visitou o Papa, em Roma, e conseguiu que este lhe desse um escrito contra a escravidão, o que deixou os proprietários – católicos em sua maioria – arrefecidos. A própria Princesa Isabel teria sido influenciada pelas palavras do Papa, ao assinar a lei que passou a se chamar “Áurea”.

Esses homens, entre tantos outros, consolidaram em nosso País uma tradição de luta. Entre eles, foi Zumbi quem se tornou o símbolo da libertação dos escravos, por sua liderança junto aos milhares de negros fugidos que se associaram em Palmares. Os quilombos não eram sociedades estáticas – embora muitos fossem bastante enraizados – onde se sucediam gerações e se solidificavam comportamentos sociais e econômicos capazes, como no caso de Palmares, de resistir por quase 100 anos às forças repressivas.

Muitos quilombos tiveram envolvimento com outras lutas sociais. Em Palmares, criaram um Estado Negro dentro de um mundo escravista. Os negros fugidos souberam fazer suas alianças políticas, seus tratados de alforria, souberam infundir respeito e medo. Travaram batalhas abolicionistas e criaram para si próprios uma expectativa fundada no mesmo princípio da utopia, criado por Thomas More, no mesmo sonho de sociedade justa e igualitária.

Nem mesmo a abolição das leis escravistas significou para os negros uma libertação. Lançados num mercado despreparado para receber essa imensa força de trabalho remunerada, passaram a ser ainda mais desassistidos. Até hoje, continuam a ser a grande população que habita as favelas, os vãos de viadutos, as filas por emprego, as portas dos hospitais públicos, os presídios. Sofrem por questões ligadas a um profundo preconceito racial, enfrentadas por um

movimento negro contemporâneo cada vez mais forte e consciente, como, por exemplo, o Movimento Negro Unificado (MNU), que não se restringia ao combate à discriminação racial, mas pregava a luta por uma sociedade mais justa e igualitária, “por uma autêntica democracia racial”.

A data da morte de Zumbi dos Palmares, dia 20 de novembro, foi proclamada o Dia Nacional da Consciência Negra. Criou-se a Frente Negra de Ação Política de Oposição, a União e a Consciência Negra, a União dos Negros pela Igualdade (Unegro), todos por iniciativa dos próprios negros, assim como diversas associações de cunho oficial, como a Coordenadoria Especial do Negro, durante o Governo de Luiza Erundina, na prefeitura paulistana. Como esses, há diversos outros movimentos na luta pela igualdade entre as raças, espalhados por todo o País.

O exame mais recente das desigualdades no Brasil, incluindo seus aspectos raciais, denota com clareza que a sociedade e os governos pouco fizeram, desde a abolição, em 1888, para corrigir os efeitos de mais de três séculos de escravidão.

De acordo com os estudos organizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base nas informações da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística PNAD – IBGE, em 1999, os brasileiros afro-descendentes constituem a maior nação negra do mundo, atrás somente da Nigéria; entre os cerca de 160 milhões de indivíduos que compunham população brasileira, 54% se declaravam brancos; 39,9%, pardos; 5,4%, pretos; 0,46%, amarelos e 0,16%, índios. No entanto, os afro-descendentes – negros e pardos – tinham uma presença proporcionalmente muito maior entre os mais pobres, no Brasil, do que a sua participação na população. Para melhor saber o que seria a indigência e a pobreza, definiu o Ipea que a linha de indigência refere-se aos custos de uma cesta alimentar, regionalmente definida, que atenda às necessidades de consumo calórico mínimo de um indivíduo, enquanto a linha de pobreza inclui, além dos gastos com alimentação, um mínimo de gastos individuais com vestuário, habitação e transportes.

Assim, em 1999, dos 170 milhões de brasileiros, cerca de 34% viviam em famílias com renda inferior à linha de pobreza e 14%, em famílias com renda inferior à linha de indigência, correspondendo, respectivamente, a 53 milhões de pobres e 22 milhões de indigentes. Os negros, incluindo os pretos e os pardos, representavam 45% da população, mas correspondiam a 64% da população pobre e 69% da população indi-

gente. Enquanto os brancos correspondiam a 54% da população total, entre os pobres eles eram 36% e entre os indigentes, 31%. Dos 54 milhões de brasileiros pobres, 19 milhões eram brancos; 30,1 milhões, pardos; 3,6 milhões, pretos; 140 mil, indígenas e 76 mil, amarelos. Entre os 22 milhões de indigentes, havia 6,8 milhões de brancos; 13,6 milhões, pardos; 1,5 milhão, pretos; 56 mil, indígenas e 37 mil, amarelos.

Conforme ressalta Ricardo Henriques, em **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**, “nascer de cor parda ou de cor preta aumenta de forma significativa a probabilidade de um brasileiro ser pobre”.

O racismo explica uma dimensão importante da desigualdade baseada em questões culturais, preconceitos, dificuldade de conviver de forma harmoniosa e não hierarquizada com as pessoas que são diferentes. Nesse sentido, vale registrar o esforço desenvolvido pela atual Secretária de Direitos Humanos e Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro, Wania de Jesus de Sant’Anna, e pelo Professor do Instituto de Economia da UFRJ, Marcelo Paixão, na direção de interpretar os dados estatísticos oficiais para compor o retrato dessas desigualdades.

O Professor Paixão, no estudo **Brasil 2000 – Novos marcos para as relações raciais**, demonstra o alto grau de desigualdade entre negros e brancos no País. O ponto de partida são os Indicadores de Desenvolvimento Humano, que foram desenvolvidos pelo PNUD e classificam os 174 países do mundo dentro de um **ranking**. Essa metodologia utiliza, na construção de indicadores sintéticos, a renda **per capita**, esperança de vida, alfabetização combinada com a taxa de escolaridade. Segundo esse indicador, com dados referentes a 1999, o Brasil ocupa o 74º lugar. Se aplicássemos o mesmo indicador para a população branca, nosso País ocuparia a 49ª posição. Se fosse calculado para os afro-descendentes, o Brasil seria rebaixado para a 108ª posição, um índice abaixo de países africanos como a Argélia e muito inferior a Trinidad e Tobago. Comparado à África do Sul, o Brasil estaria sete pontos abaixo desse país recém-saído do **apartheid**.

Segundo dados apresentados por Wania Sant’Anna, no seminário, em Salvador, em 2000, com o tema “Racismo, Xenofobia e Intolerância”, com base nos dados do PNUD, os afro-descendentes possuem uma expectativa de vida seis anos inferior à expectativa da população branca.

Essas diferenças são resultado de condições e padrões de vida significativamente distintos para os dois grupos, o que envolve perfil de mortalidade infan-

til, fertilidade, nupcialidade, acesso a serviços e infra-estrutura essenciais à qualidade de vida.

As condições dos domicílios chefiados por brancos e afro-descendentes também fornecem informações importantes sobre o porquê de a população afro-descendente ter uma expectativa de vida menor do que a da população branca.

No campo educacional, o grau de desigualdade entre afro-descendentes é tal que, no ano de 1997, os índices educacionais referentes aos brancos eram pouco inferiores aos do Chile e os dos afro-descendentes ficavam próximos aos da Suazilândia.

Os brancos têm um rendimento médio familiar bem maior que o dobro do rendimento dos afro-descendentes.

Tudo isso, Sr. Presidente, faz com que a sociedade brasileira ainda não consiga conviver de forma harmoniosa e não hierárquica entre pessoas de sexo e raças diferentes.

Solicito, Sr. Presidente, que seja considerada a íntegra de meu pronunciamento, pois coloco muitos dados nele.

Quando dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, em 20 de novembro de 1995, o Deputado Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, leu, da tribuna do Congresso Nacional, a lista dos projetos e ações governamentais que o Movimento Negro Organizado considerava importantes para assegurar sua cidadania, reduzindo a desigualdade, sobretudo com a regulamentação das terras dos quilombos, entregando-se um certificado de propriedade às comunidades negras remanescentes; a indenização aos remanescentes da raça negra pelos mais de 300 anos de escravidão; uma nova política de emprego com redução da taxa de juros e da jornada de trabalho de 44 para 40 horas; a elevação significativa do salário mínimo; a preservação da estabilidade e dos direitos previdenciários; as verdadeiras reformas tributária, fiscal, urbana e agrária; a criação, com urgência, do Programa Nacional de Renda Mínima; a erradicação do analfabetismo em um programa plurirracial de educação, em que se incluía contar a verdadeira história dos índios e dos negros desde o ensino fundamental até o superior; a implantação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, incluindo a instrução do planejamento familiar de maneira não-coercitiva; a reserva de 20% das vagas das universidades públicas para os povos historicamente oprimidos, os negros e indígenas; e melhor definição dos crimes resultantes de preconceito de raça ou cor.

O Sr. Geraldo Cândido(Bloco/PT – RJ) – Senador Eduardo Suplicy, peço um aparte a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUP LICY(Bloco/PT – SP) – Ouço V. Ex^a, Senador Geraldo Cândido, com muita honra.

O Sr. Geraldo Cândido(Bloco/PT – RJ) – Senador Eduardo Suplicy, quero saudar V. Ex^a pelo tema que traz a esta Casa, na tarde de hoje, e dizer a V. Ex^a que, pelo desenvolvimento do seu discurso, fica claro que neste País nunca houve uma verdadeira libertação dos escravos. Costumo dizer que a Lei Áurea é uma farsa, porque a forma como o Estado brasileiro abandonou os ex-escravos foi uma covardia, uma falta de respeito ao ser humano, porque eles foram entregues à própria sorte, pois não tinham qualificação profissional, escolaridade, patrimônio ou moradia, porque habitavam as senzalas até então. Assim, essas pessoas, esses miseráveis, esses milhões de ex-escravos ficaram jogados à própria sorte. Esses ex-escravos foram, neste País, os primeiros sem-terra, sem-teto, sem-emprego, sem-assistência médica, sem nada, absolutamente. Na verdade, houve uma troca. O Estado brasileiro entendeu, naquele momento, que era muito mais vantajosa a imigração de italianos, portugueses, espanhóis, alemães que viam para cá qualificados, com profissões definidas, com uma certa escolaridade, e lhes cedeu a terra e facilidades para que eles pudessem trabalhar e desenvolver outras atividades, enquanto a grande população negra ficou abandonada. Os negros foram os primeiros marginalizados deste País. As favelas do Brasil inteiro, os mocambos do Recife, os morros do Rio de Janeiro foram ocupados pelos negros, em condições subumanas e totalmente desassistidos e desamparados. Quero parabenizar V. Ex^a e dizer que, do meu ponto de vista, a forma como agiu o Estado brasileiro foi uma farsa. Aliás, até hoje há essa farsa quando se diz que o Brasil é uma democracia racial. Este País nunca teve democracia racial. Na História do Brasil, a única sociedade por nós conhecida como democracia racial foi a República dos Palmares. Ali conviviam negros, brancos, índios, europeus, todos irmanados em uma mesma condição de vida. Tanto a cultura como a convivência e a forma de vida constituíam uma democracia racial. O resto é conversa fiada e não tem nada a ver com a libertação dos escravos e a democracia. Mas, enfim, estamos lutando para que, no futuro, consigamos democratizar este País para que haja, realmente, uma igualdade social, uma democracia em que todos nós, independentemente da cor da pele e da condição social, possamos viver ir-

manados. Essa é a nossa luta. Parabenizo-o pelo seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado. Incorporo as palavras de V. Ex^a, Senador Geraldo Cândido, que conhece tão bem a história do povo negro no Brasil, fazendo parte da comunidade negra do Brasil. V. Ex^a tem muito honrado e dignificado o povo do Estado do Rio de Janeiro, sucedendo a Senadora Benedita da Silva, que honra o PT, o Estado do Rio de Janeiro e a Nação por ser a primeira governadora mulher negra à frente de um Governo de Estado. Espero que, a partir das eleições do dia 6 de outubro próximo, possa o Brasil estar mais próximo do sonho de estarmos, todos nós, brancos, negros, amarelos, vermelhos, sentando à mesa para conversar e construir um país onde a igualdade seja, efetivamente, uma realidade em termos de direitos, de oportunidades e de possibilidades de todos que habitam esta Nação.

Espero, inclusive, possa o Lula, uma vez eleito Presidente, dar um passo muito importante para a libertação dos povos negros e indígenas.

Muito obrigado.

SEGUE CONCLUSÃO DO PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR EDUARDO SUPLYCY:

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Segundo dados apresentados pela Secretaria Wania Sant'Anna, no seminário, em Salvador, em 2000, organizado pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI do Ministério das Relações Exteriores, "Racismo, Xenofobia e Intolerância", com base nos dados do PNUD, os afro-descendentes possuem uma expectativa de vida de 6 anos inferior à expectativa da população branca; 2.) os homens afro-descendentes têm a mais baixa expectativa de vida entre os brasileiros, 62 anos; 3.) as mulheres afro-descendentes tem expectativa de vida 8 meses abaixo da média nacional que é de 66,8 anos; 4.) os homens brancos têm expectativa de vida de 69 anos, 1 ano a mais sobre a expectativa de vida da população afro-descendentes no seu conjunto; 5.) e, as mulheres brancas com expectativa de vida de 71 anos, estão acima de todos os grupos e média nacional de 70 anos. Nessa velocidade, segundo o Prof. Paixão, essa desigualdade entre brancos e negros vai ser dissolvida em 160 anos para ser superada.

Essas diferenças são resultados das condições e padrões de vida significativamente distintos para os dois grupos, o que envolve o perfil de mortalidade in-

fantil, fertilidade, nupcialidade, acesso a serviços e infra-estrutura essenciais à qualidade de vida.

Os dados da PNAD, de 1996, informam que a taxa de mortalidade infantil das crianças afro-descendentes era de 62,3 por mil. No caso das crianças das crianças brancas essa taxa era 37,3 por mil. No que diz respeito à taxa de mortalidade infantil das crianças menores de cinco anos, as diferenças são ainda mais expressivas. No caso das crianças afro-descendentes essa taxa é de 76,1 por mil enquanto para as crianças brancas essa taxa é de 45,7 por mil.

As condições dos domicílios, chefiados por brancos e afro-descendentes também fornecem informações importantes sobre o porquê a população afro-descendente tem uma expectativa de vida menor do que a população branca. Segundo, os dados da Pesquisa sobre o Padrão de Vida – PPV, do IBGE, (1996-1997), 32% dos domicílios com chefes afro-descendentes foram classificadas como inadequadas, enquanto os inadequados dos chefes brancos são apenas 12%. Nos domicílios adequados, esta proporção para a chefia branca é de 54% enquanto apenas 26% para os negros. O acesso aos serviços de água tratada e esgotamento sanitário também revelam diferenças significativas: 35,3% dos domicílios chefiados por afro-descendentes não possuem água tratada, contra 19% dos domicílios chefiados por brancos. Quanto ao esgotamento sanitário, 50,3% dos domicílios chefiados por afro-descendentes não dispõem deste serviço, contra 26,4% dos domicílios chefiados por brancos.

No campo educacional, o grau de desigualdade entre afro-descendentes e brancos é tal que no ano de 1997, os índices educacionais referentes aos brancos eram um pouco inferiores aos do Chile e os do afro-descendentes ficavam próximos aos da Swazilândia. No ranking do IDH, em 1997, os negros ocupavam o 105º posto enquanto os brancos situavam-se em 46º lugar. Em 1999, 91,7% dos brancos com mais de 15 anos eram alfabetizados, enquanto, entre os negros, essa taxa era de 80,2%. Em 1997, a taxa era de 78% entre os negros e 91% entre os brancos. No que diz respeito às taxas de escolarização, segundo a PNAD 97, essas são ainda mais expressivas: 6,2 anos de estudo para a população branca e 4,2 anos de estudo para a população afro-descendente.

Por sua vez, os brancos têm um rendimento médio familiar de 3,12 salários mínimos, valor que é mais do que o dobro dos afro-descendentes, que tem de sobreviver com 1,32 salários mínimos de rendimento médio familiar.

O Brasil ainda hoje a sociedade brasileira ainda não consegue conviver de forma harmoniosa e não hierárquica entre pessoas de sexo e raça diferentes. As mulheres negras convivem com a combinação de duas discriminações: a racial e a gênero. Pois a diferença entre o salário médio de um homem branco e uma mulher negra chega a 295%. Segundo as estatísticas oficiais, 79,4 % da população ocupada que realiza trabalhos manuais são mulheres negras. Destas, 51% estão no emprego doméstico, 28,4% são lavadeiras, passadeiras, cozinheiras e serventes. Por sua vez, as mulheres negras representam apenas 2,2% dos empregos de secretária e recepcionista. Quando observamos a o impacto da deterioração das relações de trabalho no emprego feminino, registramos que 49% das mulheres negras e 46,9% das pardas têm carteira assinada, enquanto este índice chega a 60,6% entre as mulheres negras.

O rendimento nacional entre negros e brancos em salários registram com uma transparência meridiana as duas discriminações: a racial e a de gênero, o homem branco tem um rendimento de 6,3 salários mínimos; a mulher branca, 3,6 salários mínimos; o homem negro; 2,9 salários e a mulher negra apenas 1,7 salários mínimos.

Por fim, as mulheres negras têm 25% menos chance de chegar aos 75 anos do que as mulheres brancas.

Quando da lembrança dos 300 anos da morte de Zumbi de Palmares, em 20 de novembro de 1995, o deputado Paulo Paim (PT-RS) leu da tribuna do Congresso Nacional a lista dos projetos de lei e ações governamentais que o Movimento Negro Organizado considera importantes para assegurar a cidadania dos negros e reduzir a desigualdade racial no Brasil, com a regulamentação das terras dos quilombos, entregando-se um certificado de propriedade às comunidades negras remanescentes; a indenização aos remanescentes da raça negra, pelos mais de 300 anos de escravidão; uma nova política de emprego, com redução da taxa de juros e da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais; a elevação significativa do salário mínimo; a preservação da estabilidade e dos direitos previdenciários; as verdadeiras reformas tributária, fiscal, urbana e agrária; a criação, com urgência, do Programa Nacional de Renda Mínima; a erradicação do analfabetismo; um programa plurirracial de educação, em que se inclua contar a verdadeira história dos índios e dos negros desde o ensino fundamental até o superior; a implantação do Programa de Assistência Integral da Saúde da Mulher, incluindo a instrução do planejamento familiar de

maneira não-coercitiva; a reserva de 20% das vagas das universidades públicas para os povos historicamente oprimidos, os negros e indígenas, e melhor definição dos crimes resultantes de preconceito de raça ou cor.

A classificação das condições de moradia elabora indicadores de habitação segundo a qualidade da construção, disponibilidade de infra-estrutura de serviços e a densidade de ocupação do imóvel.

Domicílios adequados são aqueles com: piso (madeira aparelhada, carpete, cerâmica, lajota, ardósia ou cimento); parede (alvenaria e madeira aparelhada); teto (telha, laje de concreto, madeira aparelhada e zinco); esgoto/instalação sanitária (rede geral ou fossa séptica/banheiro de uso exclusivo dos moradores do domicílio); água (abastecimento por rede geral); lixo (coletado); energia (rede geral); densidade (critério que exclui banheiro e cozinha do cômputo dos cômodos dos cômodos habitáveis e admite moradores por cômodo habitável).

Domicílios inadequados são aqueles com: piso (madeira aproveitada, terra e outros); parede (tijolo sem revestimento, taipa não revestida, madeira aproveitada e outros); teto (madeira aproveitada e outros); esgoto/instalação sanitária (outros tipos de esgotamento, banheiro de uso comum para mais de um domicílio); água (poço dentro ou fora da propriedade, bica pública, carro pipa e outros); lixo (queimado ou enterrado, jogado em terreno baldio, rio e outros); energia (gerador, lâmpião, vela); densidade (três ou mais moradores por cômodo habitável).

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Carlos Wilson, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antero Paes de Barros, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao nobre Senador Moreira Mendes, pela Liderança do PFL, por vinte minutos, para comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea b, do Regimento Interno.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna nesta tarde para novamente falar do gasoduto Urucu-Porto Velho, de extrema relevância para o desenvolvimento dos Estados de Rondônia e do Acre, que, porém, não tem tido por parte do Governo do Amazonas a mesma consideração.

Refiro-me, com todo o respeito que me infunde o ilustre Governador do Estado, ao projeto de lei que o

Governador daquele Estado, por meio da Mensagem nº 07, de 2002, encaminhou à Presidência da Assembléia Legislativa, na qual recebeu o nº 91, de 2002.

Dentre os vários artigos, vou citar dois:

Art. 1º São potencialmente danosas para a qualidade de vida e para o meio ambiente no Estado do Amazonas as atividades de transporte por meio de conduto instalado na Floresta Tropical Úmida, sobre ou sob o solo, sobre ou sob as águas, e ainda em áreas de conservação e preservação ambiental permanentes de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem e de outros hidrocarbonetos produzidos ou extraídos no território estadual.

Art. 2º Dependem de expressa autorização do instituto de proteção ambiental do Amazonas – o IPAAM – as atividades de que trata o art. 1º da lei, segundo o projeto técnico e consultivo aprovado no referido organismo, observados os seguintes requisitos e condições:

(...)”

E ali seguem cerca de onze condições.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é mais uma tentativa por parte do Governo do Amazonas de procurar a todo custo impedir a construção deste importante gasoduto, que liga a Bacia de Urucu a Porto Velho.

Quero, mais uma vez, lembrar por que este gasoduto é importante. Primeiro, lembro que a Bacia de Urucu é uma grande produtora de petróleo e de gás natural. Ela produz petróleo suficiente para abastecer toda a Amazônia – petróleo esse que é refinado na refinaria Reman, em Manaus – e gás natural suficiente para abastecer de energia toda a Amazônia durante quase cem anos.

Entretanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta riqueza nacional, porque é nacional e não apenas da população que vive no Estado do Amazonas, como o define a Constituição Federal: “A riqueza do subsolo pertence à nação brasileira e não ao Estado que a detém.” Por isso, ele já recebe o **royalties**, por tê-la em seu território. Hoje, esta riqueza está sendo perdida ou não usada, porque parte deste gás é queimado e a maioria dele é reinjetado nos postos a um custo altíssimo.

Segundo informações que me foram dadas pela Petrobras, gasta-se cerca de R\$2 milhões por mês

apenas para reinjetar esse gás nos poços da Bacia de Urucu.

Percebendo a fragilidade da Amazônia na questão da energia, o Governo Federal fez inserir no seu Plano Plurianual a construção de uma grande termoeleétrica em Porto Velho da ordem de 403 Mw. Nas suas primeiras etapas, ela queimará óleo diesel, para, em seguida, na sua última etapa, converter todo o processo para o uso do gás natural. Esse gás é produzido na Bacia de Urucu e, hoje, é jogado fora ou reinjetado nos poços.

É uma obra estratégica por parte do Governo Federal, com altíssimos investimentos não apenas por meio da iniciativa privada em Porto Velho, com a construção dessa termoeleétrica a que me referi, mas, sobretudo e principalmente, com investimentos do Governo Federal, por meio da Eletronorte, para a construção da linha de transmissão de 230 mil Volts. Essa linha ligará Porto Velho a Rio Branco, no Acre, e Porto Velho a Guarajá-Mirim, na fronteira com a Bolívia. Numa outra etapa, ela ligará Ji-Paraná, em Porto Velho, ao Mato Grosso. Dali, interligará Rondônia ao sistema nacional de energia. É, portanto, de fundamental importância que esse gás chegue, em tempo adequado, a Porto Velho, para que ele possa alimentar essa usina.

Lamentavelmente, é mais uma atitude tomada pelo Governo do Estado do Amazonas, no sentido de impedir a construção do gasoduto. São 512 km de duto, que liga a Bacia de Urucu, exatamente em cima da usina em Porto Velho. Pretende-se vender a idéia de que esse gás deva ser transportado pela via fluvial, através de barcas, numa experiência inédita no País, porque não se tem tecnologia conhecida para o transporte de gás natural em barcas. Seria necessário cerca de 120 barcas, umas ligadas às outras, durante todos os dias do ano, transportando o gás de Urucu. Essas barcas deveriam descer o Rio Purus até atingir o Rio Amazonas e daí até a desembocadura do Rio Madeira; depois, teriam que subir todo o Rio Madeira, numa extensão de quase dois mil quilômetros, para chegar a Porto Velho, para se descomprimir esse gás e usá-lo.

Essa idéia de transportar o gás pela via de barcas é uma idéia absurda. Percebemos, claramente, que há outros interesses, que não o do transporte do gás, por trás disso tudo.

Agora, vem o Governo do Estado do Amazonas – faço questão de registrar esse fato hoje no plenário do Senado – propor esse projeto de lei absolutamente inconstitucional sob todos os aspectos, até porque é atribuição da União, e não dos Estados, legislar so-

bre esse assunto. Chega-se ao absurdo de ditar regras sobre o que deve ou não fazer a Agência Nacional do Petróleo, o que deve ou não fazer a Agência Nacional de Águas, mas com um único objetivo, o de inviabilizar a construção do gasoduto, que é o que estou denunciando neste momento, Sr. Presidente.

Apelo ao Governador amazonense que, com bom senso, entenda que essa riqueza não é apenas da população do Amazonas, mas dos brasileiros e com eles deve ser repartida.

Da forma como está redigido esse esdrúxulo projeto – perdoe-me o Sr. Governador e seus assessores –, não se pode transportar o gás por via alguma: nem pela água, nem pelo solo e nem pelo subsolo. É uma verdadeira loucura não se permitir a construção do gasoduto. Tal medida prejudicará o projeto que está sendo implantado pelo Governo Federal em Rondônia, do qual esse Estado não abre mão.

Imaginemos, Sr. Presidente, a hipótese de o Governador de Rondônia apresentar projeto de lei à Assembleia Legislativa do Estado proibindo o transporte da soja produzida no Mato Grosso, Estado de V. Ex^a, Senador Antero Paes, de forma que não possa seguir pelos rios de Rondônia até Itaquatiara no Amazonas – como se isso pudesse, de alguma forma, prejudicar nosso meio ambiente. Temos o direito de fazê-lo. Estou incentivando nossos Deputados estaduais a apresentar projeto dessa natureza, visando impedir o transporte de qualquer produto nacional, quer de Rondônia ou de outros Estados, para o Amazonas.

Faço esse veemente protesto em nome do povo de Rondônia, que absolutamente não pode concordar com atitude como essa, tomada pelo Governo do Estado do Amazonas. Também apelo ao ilustre Governador do Amazonas, para que se sensibilize. Se S. Ex^a tiver alguma divergência com a Petrobras ou com quem quer que seja, é fundamental que se sente à mesa para negociar. S. Ex^a não pode, absolutamente, impedir o desenvolvimento nem de Rondônia nem do Acre, que serão os Estados imediatamente beneficiados pelo importante gasoduto Urucu–Porto Velho.

Era o que tinha a registrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Concedo a palavra à nobre Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, quero registrar um evento que, sem dúvida, mostrou ainda mais o trabalho do Rio Grande do Sul no setor do turismo: o II Salão Gaúcho do Turismo, realizado em Porto Alegre, no período de 24 a 28 de abril.

Atualmente, o turismo é primordial na geração de empregos e na dinamização do Brasil, principalmente por tentar sanar as questões econômicas e sociais. O Estado do Rio Grande do Sul, na sua diversificação regional e na qualidade de seu povo, tem valorizado essa área.

Sem dúvida, o II Salão Gaúcho do Turismo foi altamente exitoso, bastante concorrido. Em 2001, época da realização do primeiro evento, houve 3 mil expositores; 25 mil pessoas visitaram a exposição, que certamente é vitrine para os produtos das 9 zonas turísticas do Estado. Em 2002, testemunhamos a qualidade e o êxito daquela promoção, que contou com 45 mil visitantes e 5 mil participantes.

Os objetivos do Salão Gaúcho do Turismo são: promover o desenvolvimento socioeconômico, valorizar a cultura, as tradições, a diversidade étnica e o patrimônio natural do Rio Grande do Sul; comercializar os produtos gaúchos, mostrando ao mundo especialmente ao Brasil, ao Mercosul e até mesmo a países da Europa as potencialidades e os produtos existentes em nosso Estado.

Esse acontecimento, indubitavelmente, vem despertando uma consciência turística na comunidade gaúcha e consolidando-se como atividade alternativa ao desemprego.

O ex-Secretário de Turismo do Rio Grande, nosso companheiro e amigo Milton Zuanazzi, esteve à frente daquela Pasta nestes últimos três anos e tomou iniciativas pioneiras e dinâmicas como essa. Afirmou o Sr. Milton que o Salão Gaúcho do Turismo “é inédito no Brasil, ainda mais com essa magnitude e esse profissionalismo como é tratado”. Diz ainda o ex-Secretário: “Abrimos o ‘bolicho’ do turismo gaúcho nas duas edições do Salão. É uma grande mostra, uma apresentação conjunta e imensa do Rio Grande do Sul, com partes temáticas”. Quando Milton Zuanazzi diz “bolicho”, utiliza uma palavra muito gaúcha e mostra exatamente o espírito do evento: estamos vendendo o produto do turismo não apenas no Rio Grande, para conscientização de nossa gente, mas também em outros Estados.

O Salão Gaúcho do Turismo é promovido pelo Governo do Estado, pela Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer – e o Secretário, João Carlos Vasconcellos, também conseguiu incorporar o dinamismo e os pontos positivos do evento, com o patrocínio da Embratur. Além disso, envolve 15 universidades e 4 faculdades do Rio Grande do Sul na área de Turismo. Alguns alunos colheram cinco pesquisas de opinião dos expositores, participantes dos debates e pai-

néis temáticos e dos visitantes, para traçar o perfil das demandas e problemas do setor.

Além das mostras, no Salão Gaúcho do Turismo houve debates, encontros, rodadas de negócios, palestras, painéis temáticos e apresentações culturais, tais como: Encontro Estadual de Prefeitos e Órgãos Oficiais do Turismo – que reuniu 312 participantes (autoridades municipais, estaduais e nacionais), para discutir temas pertinentes ao desenvolvimento da atividade turística no Estado; Rodada de Negócios promovida pela Secretaria de Turismo e pelo Sebrae-RS, resultou na expectativa de movimentação em torno de R\$2,5 milhões, no prazo de um ano, para as 120 agências de viagens receptivas que participaram do evento. Foram agendados 1.440 contatos dessas agências com empresas interessadas em trabalhar com a divulgação dos roteiros e produtos turísticos do Rio Grande do Sul. A maioria das inscritas 90% são microempresas do interior do Rio Grande do Sul, sendo 11% de outros Estados, 15% de Porto Alegre e 4% internacionais, principalmente da Argentina e Bolívia.

A realização desse evento teve como resultado o incentivo ao turismo interno, como se pode comprovar diante dos seguintes pontos: a Setur-RS, o Sebrae-RS e a Câmara de Turismo do Rio Grande do Sul assinaram convênios de cooperação com o objetivo de realizar ações operacionais e financeiras para o desenvolvimento de programas, projetos e atividades turísticas; para este ano, estão previstos vários Salões Regionais de Turismo, oferecendo alternativas de incremento de novos produtos voltados ao turismo interno, promovendo a integração regional, qualificando os produtos turísticos gaúchos e aumentando ofertas de roteiro.

Sr. Presidente, registro também as ações do Governo de Estado na área de turismo. O Governo assumiu o desafio de promover ampla democratização do debate de ações turísticas nas 22 regiões, para integrar ações municipais e estaduais e desenvolver novos produtos. Nesse contexto, foram criados 22 Fóruns Regionais de Desenvolvimento do Turismo. Assim, hoje o turismo não é decidido em gabinete no Rio Grande do Sul, mas é participativo, democrático. As entidades, os órgãos não-governamentais, os Municípios participam da discussão, e os resultados obtidos são muito viáveis, palpáveis e concretos, como relataremos a seguir.

O número de novas rotas turísticas do Estado, que antes eram duas, passou para 27. Em 1999, havia 32 propriedades que desenvolviam o turismo rural; hoje, são 322 propriedades. O Banrisul abriu linhas de crédito específicas para financiar atividades

turísticas no Estado. Além disso, há uma grande preocupação com o aspecto social. Devido ao estímulo à participação dos pequenos empresários, especialmente com a abertura de linhas de crédito, o turismo é sustentáculo de várias propriedades. Em 1999, só havia 7 ou 8 agências que faziam receptivo no Rio Grande do Sul, a maioria em Porto Alegre. Hoje, são 52 agências treinadas pela Secretaria de Turismo e pelo Sebrae, em todas as regiões do Estado. Isso dá a dimensão do dinamismo que estamos vivendo nesse setor.

Por outro lado, preocupamo-nos com o controle de qualidade, efetivado pelo Programa de Controle da Qualidade do Produto Turístico. Graças ao trabalho realizado por esse programa, a Embratur reconheceu o Estado, em abril de 2001, como campeão de qualidade na área de fiscalização do produto turístico. A Setur recebeu a menção devido a três projetos executados: Unidade Móvel de Fiscalização do Produto Turístico, Jornadas Técnicas de Sensibilização do Consumidor e Treinamento de Agências Receptivas para a Comercialização de Produtos Turísticos.

Sr. Presidente, outro ponto que também foi administrado pelo nosso Governo, junto com os Governos de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, foi a questão do Prodetur-Sul, projeto que julgamos importantíssimo. Estamos buscando recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, recursos para investimentos em infra-estrutura, construção de estradas, aeroportos, saneamento básico e recuperação do patrimônio histórico, além de treinamento de mão-de-obra. O pedido, já aprovado, foi feito à Comissão de Financiamento Externo, órgão do Ministério do Planejamento e Gestão, e em junho do ano passado houve a aceitação do Banco do Brasil como mutuário. Estamos trabalhando pela agilização e o retorno dos recursos.

Sr. Presidente, temos a certeza de que o Estado do Rio Grande do Sul, nos últimos três anos, por meio de ações de turismo, esporte e lazer, tem se concentrado basicamente em consolidar produtos turísticos, dar-lhes qualidade permanente e focalizar mercados. Isso vem ocorrendo em todos os produtos turísticos do Estado. A Serra atualmente não é apenas a região das hortênsias. Estende-se cada vez mais para a região da uva e do vinho, o que qualifica, sem dúvida, os projetos turísticos.

Há também novos produtos turísticos. É o caso das Missões. Normalmente, as pessoas passavam um dia ou dois apenas conhecendo as cidades e fazendo passeios nas regiões de São Miguel das Missões e Santo Ângelo. Hoje, estamos ampliando, inclu-

sive percorrendo os caminhos místicos das Missões, com roteiros englobando novas comunidades como São Nicolau. Também na região do Pampa está sendo desenvolvido um trabalho a fim de consolidar, no decorrer deste ano e dos próximos, um produto chamado "Fazendas do Pampa Gaúcho".

Na região sul, outros produtos também estão sendo operados, como os que envolvem o turismo ecológico, contemplativo e o náutico, entre outros.

A região dos vales vem trabalhando com o turismo rural e o turismo de pedras preciosas, também muito interessante por conter riquezas inexploradas.

Outra perspectiva é a do turismo de pesca esportiva no Estado, setor que já promove eventos importantes, consolidando uma tendência, principalmente na bacia do rio Uruguai, nos grandes lagos e lagoas do Estado.

Na região central, um projeto de turismo da paleontologia aproveita o potencial construído pela natureza há milhões de anos.

O turismo religioso também se apresenta como uma grande possibilidade.

Enfim, há todo um espírito no Estado do Rio Grande do Sul, um processo de formatação, consolidação e qualificação dos produtos e serviços disponíveis. Essa tem sido a estratégia turística adotada no Estado, baseada no trabalho coletivo, regionalizado, participativo, motivado pela formatação de roteiros integrados.

A Secretaria de Turismo, que possuía, às vezes, uma política equivocada, busca terminar com o isolamento que privilegiava somente alguns municípios. Promover a integração das comunidades gaúchas tem sido fundamental para que o Rio Grande do Sul ingresse de forma moderna nos novos tempos que se aproximam para o turismo.

Esse era o registro que gostaríamos de fazer, Sr. Presidente, solidarizando-nos e cumprimentando os participantes, os organizadores e a Secretaria do Turismo do Estado do Rio Grande do Sul pelo êxito que foi o II Salão Gaúcho do Turismo, que se afirma no contexto dos eventos de maior projeção e de resultados altamente positivos no nosso Estado do Rio Grande do Sul.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Emília Fernandes, o Sr. Antero Paes de Barros, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Moreira Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Concedo a palavra ao Senador Mauro Miranda, próximo orador inscrito, pelo tempo restante da sessão.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs Senadores, foi uma grande honra para mim, na condição de Presidente da Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano do Senado Federal, abrir na manhã de hoje um ciclo de debates sobre a questão da moradia e desenvolvimento urbano no País, para descobrir alternativas capazes de responder a essa grande demanda nessa área tão importante para a vida dos brasileiros.

Todos sabemos que, nos regimes democráticos, as prioridades nacionais são definidas no ano eleitoral. Então, nada melhor para esse debate do que chamar os pré-candidatos à Presidência da República para uma conversa franca, na qual exponham seus pontos de vista sobre esse tema importante, tendo em vista principalmente a nova realidade da emenda constitucional que conseguimos aprovar aqui no Senado Federal e também do Estatuto da Cidade, uma lei originária desta Casa que ficou 11 anos na Câmara dos Deputados e à qual foram incorporadas sugestões de 16 projetos diferentes de Deputados.

Desse modo, foi com grande satisfação que recebemos hoje a figura do pré-candidato à Presidência da República pelo PSB, Anthony Garotinho, ex-Governador do Rio de Janeiro, homem de larga experiência em administração, Prefeito por duas vezes de Campos, Secretário de Agricultura do seu Estado. Estavam presentes também o engenheiro Wilson Lang, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Confea, e dos Creas do País; a Sr^a Grazia de Grazia, coordenadora do Fórum Nacional de Reforma Urbana, líder nesse processo de estudo da qualidade de vida no meio urbano.

Esteve também conosco Acelino Popó, bi-campeão mundial de boxe, para essa primeira etapa da discussão. Muitas pessoas perguntaram-me do porquê da presença de Acelino Popó na discussão de um tema tão específico como a moradia e o desenvolvimento urbano. Li duas entrevistas de Acelino Popó, na revista **Veja** e na revista **Época**, em que ele ressaltava a importância da primeira casa. E hoje, deu o seu testemunho na nossa Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano sobre a dificuldade, sendo campeão mundial de boxe, de voltar para casa e dormir no chão de uma residência que não era sua. Ansioso por ter um imóvel, antes mesmo da vitória final, ela o compra para sentir-se digno de dormir pelo menos em uma casa adequada.

São testemunhos de pessoas como ele, simples e humildes, que marcaram as audiências de hoje, que nos trouxeram esse grande debate.

Duas informações serviram de base para a nossa discussão. A primeira delas é que 81% da população brasileira hoje, Sr. Presidente, Sras e Srs Senadores, vive nas cidades; a segunda é que precisamente 47% dos quase 170 milhões de brasileiros moram em 49 cidades do País. Dessa forma, podemos perceber o caos em que se encontra o nosso meio urbano.

Nesse conjunto, temos um déficit de 6,6 milhões de famílias que não têm onde morar. Multiplicando-se esse valor por 4 pessoas por casa, vemos que em torno de 26 milhões de brasileiros não têm casa para morar.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Mauro Miranda, conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Ouço o aparte de V. Ex^a com todo o prazer, Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Mauro Miranda, aproveito este momento para cumprimentá-lo pelo ocorrido nessa audiência pública. V. Ex^a preside a Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano e tem implantado idéias, propostas e preocupações nesta Casa em relação àqueles que não têm teto. Hoje foi um grande dia, um grande momento para chamar a atenção do Brasil, das autoridades, dos pretendentes à Presidência da República. Essa audiência, de um certo modo, mexeu com o Brasil, razão por que desejo cumprimentar V. Ex^a. Nunca esqueço de que, quando Governador de meu Estado, criamos o **slogan** “Toda Criança na Escola”. Pretendíamos que nenhuma criança em idade escolar ficasse fora da sala de aula, fora da escola. Não sei se isso foi debatido hoje, pois não consegui acompanhar tudo, mas que tal, Senador Mauro Miranda, criar-se um **slogan** para todo o País, apontando o nosso grave problema de moradia, “Nenhuma Família Sem Teto”, semelhante ao que fiz “Toda Criança na Escola”, quando Governador do meu Estado. “Nenhuma família sem teto”. Nenhuma família poderia ficar sem moradia, sem uma casa para criar seus filhos; algo nesse sentido. V. Ex^a acaba de declinar que temos um número enorme de brasileiros sem moradia. Que tal assumirmos um compromisso nessa linha? Não sei dimensionar em quanto tempo poderíamos concretizar tal meta. Será que nossos presidencialistas não poderiam adotá-la como um propósito? Há atualmente um **slogan** muito forte em alguns Estados: “Toda Criança na Escola”. Poderia haver um propósito firme no sentido de que toda família possuísse uma moradia. É

digno, faz parte da cidadania. Não é verdade? É algo que mexe com todos. Não quero mais tomar o tempo de V. Ex^a. Finalizo dizendo que a descentralização das ações no Brasil é fundamental. Quero cumprimentá-lo pela iniciativa, Senador Mauro Miranda, pelo esforço que V. Ex^a dedica ao assunto para resguardar os mais desamparados, os excluídos, aqueles que não têm um teto, um regaço, um lar. Essa é a preocupação de todos. Muito obrigado.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Senador Casildo Maldaner, agradeço o aparte. V. Ex^a tem sido o grande Senador de Santa Catarina, sempre preocupado com o social, com a Casa. Na votação da Emenda Constitucional da Moradia, V. Ex^a deu seu testemunho direto a favor da emenda e depois, do Estatuto da Cidade. V. Ex^a demonstra grande sensibilidade e, no meu ponto de vista, hoje, a mais importante das qualidades de um político é ter sensibilidade por quem mais precisa, e V. Ex^a tem, dentro do seu coração, um querer bem pelos mais humildes, pelos mais pobres, pelos que mais precisam.

Dessa forma, Senador, acolho também a sua sugestão, mas não creio que possamos concluir, em apenas um período de governo, a meta de eliminar o déficit habitacional no Brasil ou ter um programa capaz de responder às necessidades nessa área. Mas estamos tentando pelo menos definir uma política habitacional no País e o órgão encarregado por essa política.

O pré-candidato à Presidência da República manifestou-se favorável à criação de ministério em que seria discutida a política urbana no seu todo, em que estariam todas as inteligências voltadas para o meio urbano; propôs também que se criasse quase que uma unidade de pensamento de estímulo a uma convergência de forças nos Municípios, nos Estados e no Governo Federal para conseguirmos vencer, num prazo estabelecido, esse déficit habitacional no País.

V. Ex^a disse muito bem da importância do lar para o cidadão que, depois de um dia de trabalho, tem o direito de voltar para a sua casa, encontrar sua esposa, conviver com seus filhos. Percebemos que ocorre o contrário: quando a família não tem casa, os filhos estão dispersos, não existe um fator de agregação o que pode levar a outros caminhos como violência, falta de saúde e educação.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, nos encontros que tiveram início hoje, esperamos recolher propostas de todos os pré-candidatos à Presidência da República. No próximo dia 21, também estará discutindo o mesmo tema o ex-governador do Ceará e pré-candidato à Presidência da República pelo PPS, o Sr. Ciro Gomes. Esperamos que ele também venha

a contribuir com sua proposta para resolver o gravíssimo problema da moradia no Brasil, assim como o fez Anthony Garotinho.

Como disse, o ano eleitoral é fundamental para definir as metas e estabelecer os compromissos com a sociedade brasileira. Nesse sentido, acolhemos todos os pré-candidatos na Comissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano, que presido, para essa ampla discussão, com conhecimento de toda a sociedade brasileira. Também espero que todos que nos ouvirem tragam sugestões e idéias para essa discussão que começamos hoje – com o pé direito, graças a Deus – que é de vital importância para todos nós: o direito à moradia. Seis milhões e seiscentas mil famílias não têm onde morar. Esse é o desafio desta Casa para com o povo humilde do Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Com a palavra o Senador Geraldo Cândido, por cinco minutos, que é o tempo que resta da sessão. Peço a compreensão do ilustre Senador para esse fato.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Tentarei ser rápido; senão pedirei que meu discurso seja considerado lido.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, neste final de sessão abordarei uma questão bastante problemática do Rio de Janeiro, meu Estado. O País sofreu no ano passado uma crise energética, pela qual a Nação brasileira pagou caro. Recentemente, um projeto foi aprovado no Congresso para aumentar a tarifa de energia e criar um fundo que chamamos de o Proer da energia. O Governo brasileiro, tentando se precaver para que não voltem a ocorrer outras crises energéticas, está com um projeto de construir várias usinas hidrelétricas e termelétricas no Brasil.

O Estado do Rio de Janeiro tem um alto potencial para construir usinas termelétricas a gás, por exemplo, porque são menos poluentes e não agredem o meio ambiente como as usinas hidrelétricas, que, além de afetarem os rios, como consequência da obra, as barragens sempre atingem, dependendo do local, milhares de famílias que são obrigadas a se deslocar do seu local de origem para outros lugares, e nem sempre são atendidas as necessidades das populações atingidas pela construção da barragem.

O Movimento dos Atingidos por Barragens, o MAB, tem lutado contra esse tipo de obras sobretudo pela forma como as pessoas têm sido marginalizadas em função da produção de energia hidroelétrica.

A crise energética ainda está presente em nossa memória. Venho aqui para denunciar mais um con-

tra-senso do Governo Federal. A falta de planejamento na área energética salta aos olhos, até mesmo quando se tentam construir novas barragens para a produção de energia elétrica.

Mas o que fica evidente nos processos de construção é a desconsideração das populações atingidas por barragens. Calcula-se que mais de um milhão de pessoas tenham sido desalojadas por barragens nos últimos 30 anos. Em sua maioria agricultores que tiveram suas terras inundadas sem que uma alternativa econômica efetiva fosse criada. Esses trabalhadores foram para a periferia dos centros regionais, aumentando o número de sem-terras e desempregados.

Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica, encontram-se em construção no Brasil hoje 19 barragens, e mais 39 estão em fase de outorga. Até 2015, 494 barragens estão sendo planejadas, e calcula-se que um milhão de pessoas sejam desalojadas.

Sr. Presidente, diversos movimentos têm se oposto aos projetos de novas barragens. Não que o Brasil não precise de novas fontes de energia, mas o governo precisa urgentemente dar ouvidos aos argumentos desses movimentos sociais.

O Movimento Internacional Contra Barragens, a Coalizão Rios Vivos e principalmente o Movimento dos Atingidos por Barragens, todos têm muito a contribuir para o debate e aprimoramento do modelo energético nacional.

E digo isso ressaltando que é principalmente no que diz respeito aos elevados custos sociais da construção de barragens que os movimentos sociais podem contribuir com novos conceitos capazes de fazer justiça aos desalojados, quando as barragens realmente se fizerem necessárias.

Atualmente, o processo decisório sobre a implantação de uma barragem é pouco democrático. As populações atingidas ficam sabendo que serão retiradas de suas casas depois que as decisões já foram tomadas. Em geral, ignoram-se impactos sobre a herança cultural das populações locais e seu direito ao uso tradicional dos recursos naturais.

No mundo todo, o consenso sobre a instalação de novas barragens é de que as populações afetadas devam ser consultadas. Uma das recomendações da Comissão Mundial de Barragens, da qual participam inclusive o Banco Mundial e a Eletrobrás, é o referendo popular como condição para a construção de barragens de qualquer natureza. Uma Instituição tão conservadora quanto o Banco Mundial toma hoje posições mais avançadas que o Governo Brasileiro.

Se a construção for realmente do interesse público e atender aos critérios técnicos e sociais mínimos, as populações e movimentos sociais têm de ser ouvidos para criticar os projetos e propor saídas alternativas, sempre que elas existirem.

Pois bem, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, dentre as novas usinas hidrelétricas que estão em estudo, uma se localizará em meu Estado, Rio de Janeiro. A Barragem de Itaocara deve atingir oito municípios na divisa entre o norte Fluminense e Minas Gerais.

A polêmica usina de Itaocara poderá gerar 195 megawatts de energia e será construída na fronteira com o Município vizinho de Aperibé, também no Rio de Janeiro. As obras, que deverão começar no final de 2002, estão previstas para terminar em 36 meses, com previsão de investimento da Light da ordem de R\$288 milhões.

Uma área de 7.641 hectares será inundada, incluindo três distritos rurais, desalojando cerca de 2.200 pessoas. Contra o projeto pesam as acusações de que alternativas energéticas não foram consideradas, e de que os impactos ambientais e sociais não foram devidamente estudados.

Do ponto de vista das alternativas, destaca-se a melhor utilização do potencial energético já existente. A ANEEL e demais órgãos fiscalizadores devem projetar que forma de recursos para novas usinas podem ser convertidos em investimento para reformulação de empreendimentos antigos, sanando erros técnicos de planejamento e falta de melhorias ao longo do tempo.

Outra medida que pode sanar deficiências energéticas, principalmente em áreas onde já existe a geração de energia, é a conservação de eletricidade durante a transmissão. Calcula-se que existe uma perda de 35 a 40% na transmissão de energia, o que acontece devido ao sucateamento do sistema. Ou seja, os recursos que seriam investidos em novas barragens podem ser conduzidos para essas medidas.

Sr. Presidente, vou encerrar em função do tempo. Agradeço a V. Ex^a pela oportunidade.

Encaminho à Mesa o meu pronunciamento e solicito seja transcrito, na íntegra, nos Anais do Senado Federal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE CONCLUSÃO DO DISCURSO DO SR. SENADOR GERALDO CÂNDIDO.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mas, como sabem os Senhores Senadores, as barragens fazem parte de um processo faraônico de construção de

obras, lavagem de dinheiro, corrupção e favorecimento de empresas nacionais e internacionais. É difícil propor alternativas quando o que está em jogo são interesses econômicos, e não sociais, mas esse é o nosso papel como parlamentares.

Pior que desconsiderar essas alternativas e não ouvir as populações locais, foi o agente da construção tentar mascarar o Relatório de Impacto Ambiental para apressar a aprovação do projeto.

O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro realizou uma análise crítica do Relatório de Impacto Ambiental, e constatou enormes discrepâncias, irregularidades e a clara intenção de esconder fatos da população.

Foram utilizados dados demográficos defasados sobre as populações dos oito municípios afetados pela barragem, o que mostra a imprecisão dos cálculos já de início.

O relatório chega a dizer que a usina terá um baixo custo de implantação, desconsiderando medidas socioculturais que possam reparar o deslocamento da população desalojada.

Num determinado momento, o relatório chega a dizer que o impacto ambiental será baixo, uma vez que a área se encontra em estado de degradação do ponto de vista ambiental. É preciso ressaltar, Senhores Senadores, que estas áreas realmente não apresentam mais grandes áreas de matas e campos nativos, mas somente estão neste estado porque são áreas agricultáveis, e que estão em plena produção.

E os problemas não param por aí. Não houve estudos sobre espécies animais e vegetais que só existem naquele trecho do rio Paraíba do Sul, nem sobre o impacto da futura barragem como vetor para doenças como a esquistossomose e a malária.

Por fim, há o sério risco de diminuição na oferta de água, porque o represamento para movimentar as turbinas da usina pode reduzir ainda mais o volume de água no rio Paraíba do Sul em sua foz, em São João da Barra. O rio já teve seu nível reduzido em 45% devido à barragem de Santa Cecília.

Por isso devemos exigir um estudo claro das alternativas de energia para a região. A realização dos estudos aprofundados dos impactos ambientais, sociais, de saúde e infra-estrutura. Além das medidas sociais, culturais e econômicas cabíveis para minimizar o impacto do deslocamento sobre as populações desalojadas.

Do ponto de vista das alternativas viáveis, devo destacar o imenso potencial termelétrico a gás de baixo impacto ambiental do Rio de Janeiro. Em outras

áreas do País, o gás natural tem de ser importado, principalmente da Bolívia, mas a Bacia de Campos produz um excedente de gás que poderia ser revertido em produção de energia.

Do ponto de vista social, não há dúvidas de que a termelétrica seria superior, uma vez que não há desalojados. E se tecnologias de ponta forem utilizadas no processo de conversão de energia, o impacto ambiental de uma usina desse porte seria menor que o da hidrelétrica de Itaipu. Mas esta alternativa não foi sequer considerada.

O projeto encontra-se agora no Ibama, último órgão que deve ser ouvido antes da implementação das obras. É preciso que acompanhem o processo, tendo em vista as críticas feitas ao processo.

Era o que tinha a dizer.

Sala das sessões, 25 de abril de 2002. – Senador **Geraldo Cândido**.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – V. Ex^a será atendido, nos termos do Regimento.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, tendo em vista o êxito e o que realmente significa a Festa Nacional do Milho, na cidade de Patos de Minas, no Estado de Minas Gerais, entendo ser importante que se registre e se agradeça a visita que nos fazem ao plenário as rainhas daquela bela festa que interfere em toda a economia e em todo o dinamismo daquele Estado e região.

Aos organizadores e autoridades municipais damos as boas-vindas e agradecemos, porque sabemos, realmente, que esse tipo de evento está diretamente ligado ao desenvolvimento econômico e social da região.

É o cumprimento que fazemos pela presença das rainhas e dos organizadores que, tenho certeza, trazem o convite para que todas as Sr^{as} e Srs. Senadores também participem da bela Festa Nacional do Milho, no Estado de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Romero Jucá, Carlos Wilson, Carlos Bezerra e Ademir Andrade enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o **Jornal Protetores da Vida**, publicado pela Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, enfatiza, em sua edição especial alusiva ao programa “2002 em paz com a natureza”, a importância de se convocar todos os setores da sociedade para a permanente e mais intensiva tarefa de proteger os nossos inestimáveis recursos naturais.

Nesse rumo, definiu-se a tarefa de conscientização de todos como indispensável para se obter o desenvolvimento social, sem menosprezar as iniciativas de combate à degradação ambiental.

Se possuímos a maior biodiversidade de todo o mundo, cumpre-nos resguardá-la para todas as atuais e vindouras gerações, a fim de que todos usufruam da prodigalidade da natureza.

A prática conservacionista desse inavaliável patrimônio, se depende de ações do Governo, exige também a participação de cada indivíduo, a fim de que seja construído, implantado e usufruído um modelo que, sem ser excluyente de desenvolvimento, mas com suas condenáveis pressões sobre os recursos ambientais, responda às exigências da sociedade e estabeleça a sua relação harmônica com o meio ambiente.

A esse propósito, sabe-se que a atividade econômica ambientalmente sustentável propiciou a criação de cerca de 14 milhões de empregos em todo o mundo.

Ao lado disso, o desenvolvimento de fontes renováveis de energia promove, a cada dia, novas oportunidades de geração de ocupações, como as dos setores de reciclagem e de nova manufatura.

Cita-se, como exemplo, a área de energia eólica, que está gerando empregos rapidamente, compreendendo as funções de meteorologistas eólicos, engenheiros estruturais, metalúrgicos e mecânicos, além de operadores de computador.

Portanto, afirmam os especialistas que “os empregos estarão mais ameaçados onde padrões ambientais são baixos e onde falta agilidade para inovações em prol de tecnologias mais limpas”.

Registra-se, a respeito, que, em 1999, existiam cerca de 80 mil empregos no setor, em todo o mundo, com atividade de fabricação e instalação de turbinas eólicas, número que apresentou crescimento de 100% nos últimos dois anos.

Ademais, a energia eólica deve representar 10% de toda a geração de eletricidade e emprego

para algo em torno de um milhão e setecentas mil pessoas, até 2020.

Some-se a isso o fato de a área mundial de reciclagem processar mais de 600 milhões de toneladas de materiais anualmente, ocupando mais de 1 milhão e 500 mil pessoas e faturando 160 bilhões de dólares.

Nos Estados Unidos, a área de refabricação proporciona faturamento de 53 bilhões de dólares e cerca de 480 mil empregos diretos, duas vezes mais do que o número de ocupações na indústria de aço do país.

Também, o investimento em energia renovável e a sua utilização mais intensiva, assim como o uso de materiais que resultem em produtos de mais longa duração e que sejam reparáveis, podem gerar mais vagas ocupacionais do que a persistência em investir nas indústrias extrativas e de combustíveis fósseis.

Ainda que se reduzam empregos no setor extrativista e na indústria manufatureira, à conta de os produtos que não se desgastam rapidamente exigirem poucos reparos, poder-se-á contar com o equilíbrio das vagas, mediante o aumento da demanda de mão-de-obra nas áreas de recuperação, reciclagem e aperfeiçoamento de produtos.

Isso não invalida a necessidade de se reconhecer que os trabalhadores, sobretudo os das áreas de mineração, extração de madeira, combustíveis fósseis e indústrias de chaminé, alcançados pela perda da atividade em consequência das políticas ambientais, devem merecer ajuda financeira e outros benefícios que contribuam para o exercício de nova profissão.

Nesse contexto, defende com propriedade o **Jornal Protetores da Vida** que a questão ambiental há de ser vista associada às demais políticas sociais e econômicas, uma vez que o progresso almejado deve resultar de ações públicas que atendam aos requisitos de bem-estar da maioria, no campo social e no econômico, sem que os métodos utilizados provoquem danos sem reparo ao patrimônio ambiental.

Por isso mesmo, o Ministério do Meio Ambiente ampliou as áreas preservadas e investiu decisivamente na formação de educadores ambientais, objetivando consolidar uma nova consciência ambiental.

Além de ampliar a área preservada, evitaram-se alterações do novo Código Florestal, porquanto reduziriam o patrimônio natural e prejudicariam a biodiversidade abrigada nas matas do País.

A magna tarefa de preservação contínua do meio ambiente compreende esforços tendentes a minorar a erosão as terras; consolidar as dunas; implantar faixas de proteção ao longo das rodovias e ferrovi-

as; auxiliar a defesa do território nacional, quando requerido pelas autoridades militares; proteger os sítios de notável beleza ou de valor histórico ou científico; cuidar dos exemplares da fauna e da flora, quando ameaçados de extinção; manter o ambiente necessário à vida dos povos indígenas; e garantir condições de bem-estar público.

Em resumo de nossa exposição, o **Jornal Protetores da Vida**, o **Projeto de Educação Ambiental Protetores da Vida** e o **Movimento de Proteção à Vida** prestam inestimável contribuição para o êxito cada vez mais célere e pleno das meritórias campanhas de preservação do meio ambiente.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. CARLOS WILSON (PTB – PE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, cumpre-me o dever de reverenciar aqui desta tribuna uma das mais importantes cidades do meu Estado, a cidade de Salgueiro.

Pólo do sertão central, cidade mais importante do entroncamento dos diversos sertões nordestinos, a cidade completa 138 anos de emancipação política.

Talvez poucos saibam, mas a cidade aflorou a partir do milagre do desaparecimento de um menino, Raimundo de Sá, que, encantado com a riqueza da natureza, acabou se afastando tanto da fazenda que perdeu seu caminho de volta. Seus pais fizeram uma promessa para Santo Antônio e, três dias depois, encontraram o menino placidamente sentado sob um salgueiro.

A promessa consistia em construir uma capela para Santo Antônio. E, no seu entorno, prosperou a cidade com o nome de Salgueiro.

Quero aqui me solidarizar com a prefeita Cleuza Pereira, companheira de todas as horas. Mulher valerosa e valente, líder de mais de 60 mil munícipes. Cleuza é uma daquelas mulheres que se alimenta de um sonho. O mesmo sonho que eu também persigo: o de ver o sertão irrigado, sem fome, sem êxodo, com a lavoura verde e florida.

Salgueiro é uma cidade emblemática. Representa por si uma realidade que atinge não só o sertão de Pernambuco, mas também todos os Estados do Nordeste.

Em um passado não tão remoto, revelava a riqueza do algodão e de uma indústria de curtume poderosa. De tal sorte que os trilhos da Rede Ferroviária Federal chegaram da distante Recife por 518 quilômetros para escoar a sua produção.

Hoje a indústria de curtume fechou ou mudou-se. O algodão é apenas uma lembrança, e a estrada de

ferro, depois de privatizada, foi abandonada. Esse é um dos mistérios que não consigo entender: por que uma empresa se interessa por comprar da União uma estrada de ferro e, ato contínuo, a desativa?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o sertão está esquecido e abandonado pelo governo. Mas, enquanto existir uma Cleuza, existirá esperança. E nós estaremos com ela, na luta incansável por um sertão feliz e produtivo.

Parabéns Salgueiro!

Parabéns Cleuza!

Estaremos sempre com vocês.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entre as raízes do atraso e do subdesenvolvimento, merece destaque a incapacidade de as nações aproveitarem as oportunidades que lhes são oferecidas, quer pela Natureza, quer por vicissitudes da História. Nesses casos, o passado de colônia de exploração e a cicatriz da escravidão, por exemplo, apesar de todas as suas conhecidas seqüelas, deixam de servir como justificativa para a pobreza, passando a ser, tão-somente, desculpas esfarrapadas de um povo e de uma elite incompetentes.

Por infelicidade, esse parece ser, com excessiva frequência, o caso deste nosso Brasil. Tomaremos aqui uma amostra bem clara de como, às vezes, somos capazes de malbaratar até mesmo nossos maiores acertos: essa amostra que lhes desejo trazer à lembrança, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o caso do álcool combustível.

A situação relativamente confortável que vivemos hoje, no que diz respeito ao fornecimento de combustíveis – com a Petrobrás extraíndo do solo pátrio mais de 85% das nossas necessidades de óleo cru –, talvez nos tenha feito esquecer de como eram as coisas nos anos setenta, quando aconteceram as duas crises de fornecimento do produto, em consequência de embargos dos países árabes, então vozes dominantes na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em represália ao apoio ocidental a Israel.

A grande elevação dos preços internacionais desse insumo energético essencial, de cuja importação o Brasil dependia quase inteiramente, comprometeram irreversivelmente as contas nacionais e enterraram de vez aquela miragem de progresso a que se chamou “milagre brasileiro”. Meio no desespero e meio às pressas, o Governo brasileiro encontrou a saída para essa limitação energética: o combustível verde.

Apesar de algum atabalhoamento em sua implantação, o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) teve sucesso inegável. Até hoje, passado quase um quarto de século, nossos automóveis movidos a gasolina são abastecidos, na verdade, por uma mistura que contém 24% de álcool etílico anidro. Poucos brasileiros fazem idéia das vantagens que isso representa em termos de redução de dispêndios em nossa balança comercial e – não menos importante – também sobre a redução das emissões de gases causadores do efeito estufa.

É inegável, porém, que erramos gravemente quando deixamos que ocorresse, em 1988, o grande desabastecimento de álcool que levou ao descrédito irreversível o “carro a álcool”. A imprevidência do Governo e a excessiva ganância dos usineiros praticamente “mataram” a receptividade do mercado nacional aos veículos abastecidos com o combustível verde. Um dado é bem ilustrativo: no auge do entusiasmo com o álcool carburante, dos veículos que saíam das linhas de montagem da Ford do Brasil, mais de 95% eram movidos a álcool; hoje em dia devem ser, no máximo, uns 5%.

Algumas verdades, no entanto, não mudaram. Continuamos a depender, ainda que muito menos, da importação dos combustíveis fósseis. Seus principais fornecedores continuam a ser os mesmos: aqueles países situados em uma região particularmente conflituosa do globo. Conflitos, aliás, que se agravaram nos últimos meses, fato que já vem se refletindo no aumento dos preços internacionais do petróleo. Para o Brasil, portanto, continua a ser estrategicamente valiosa a disponibilidade de uma alternativa inteiramente nacional.

Outra verdade que não mudou, Sr^{as} e Srs. Senadores, refere-se à necessidade de redução da poluição atmosférica. Realmente, esse problema se agravou a partir do momento em que os Estados Unidos se recusaram a assinar o Protocolo de Kyoto. Nossa parte nesse esforço internacional pode ser cumprida com alguma facilidade se soubermos aproveitar a tecnologia e a infra-estrutura de que dispomos para a utilização, em larga escala, do álcool como substituto dos poluentes combustíveis fósseis.

Há, por fim, uma outra verdade que, infelizmente, não tem mudado: o País precisa fazer crescer sua economia, para acabar com a pobreza e com a miséria. Muitos brasileiros estão sem emprego e sem perspectivas – na verdade, um número demasiadamente grande, insuportavelmente grande de compatriotas nossos. Criar postos de trabalho tem de ser prioridade de qualquer partido ou coalizão que venha a assu-

mir a Presidência da República a partir do próximo ano.

E existe, Sr. Presidente, um caminho que possibilita o tratamento simultâneo de todas essas questões aqui levantadas: instabilidade internacional do fornecimento de produtos petrolíferos, poluição atmosférica, subdesenvolvimento, desemprego e pobreza no Brasil. Um caminho que nos foi custoso abrir, é verdade, mas já está aberto e é burrice não aproveitar, porque é daquele tipo de oportunidades que mencionei no início deste pronunciamento, uma escolha radical entre o progresso e o atraso.

Esse caminho, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o da retomada do investimento no álcool carburante.

Algumas sugestões da Comissão de Cana-de-Açúcar da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CAN) poderiam ser implementadas em prazo muito curto. Por exemplo, os órgãos de governo, nos níveis federal, estadual e municipal, poderiam simplesmente cumprir a lei da frota verde, adquirindo sempre veículos movidos a álcool. Também se poderia pensar em reduzir as alíquotas do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para os automóveis movidos a etanol. Do mesmo modo, poderia se considerar uma redução das alíquotas dos impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) e sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Sei que falar em reduzir impostos escandaliza os atuais gestores da economia nacional, mas os ganhos arrecadatários que advirão do aumento da atividade econômica haverão de compensar com sobras quaisquer perdas iniciais.

Sr^{as} e Srs. Senadores, creio haver exposto e demonstrado, neste pronunciamento, que nosso País está diante de um daqueles momentos decisivos, e não apenas porque estamos em um ano eleitoral. Nosso pioneirismo no emprego generalizado de combustível verde não pode ser desprezado. Além das vantagens intrínsecas já expostas, esse pioneirismo nos trouxe a vantagem tecnológica, que nos possibilitará também exportar nossas soluções para outros países. Exportação de conhecimento, um dos artigos de mais alto valor agregado.

Não podemos deixar morrer essa conquista. O álcool carburante deve ser revalorizado, e seu uso, estimulado. Caso contrário, será mais uma oportunidade de ouro desperdiçada e mais uma comprovação de incompetência de nossa parte.

Muito obrigado.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nestes tempos em

que falamos tanto do avanço nas comunicações promovido pela Internet, alguns entusiastas se esquecem de que essa revolução não chegará tão cedo a boa parte da população. E não chegará por uma razão muito simples: os custos com equipamentos e serviços são proibitivos para a maior parte da população brasileira, preocupada com o pão nosso de cada dia e que não pode ainda dar-se ao luxo de ter um computador e de pagar pelos impulsos telefônicos da rede mundial de computadores.

Entretanto, a democratização das comunicações continua sendo uma demanda. E quando digo democratização não me refiro apenas ao direito de uma família dispor de um aparelho receptor (rádio ou televisão) para ouvir e ver o que os meios de comunicação de massa lhes querem impingir. Falo da democratização do direito de voz e de imagem, ou seja, do direito que as comunidades locais (as associações de bairro, os clubes de mães, os movimentos sociais urbanos) têm de se expressar diretamente.

E, por enquanto, as rádios comunitárias se oferecem como o veículo mais adequado para se conceder essa “cidadania de voz” às comunidades de municípios afastados, mas também as das periferias das grandes cidades.

A propósito do movimento das rádios comunitárias, ocorreu, na segunda semana de abril, no V Encontro de Rádios Comunitárias do Sul e Sudeste do Pará. Centenas de participantes (representantes de entidades de classe, diretores de rádios) deliberaram, entre outras coisas, por vir a Brasília em caravana para protestar contra as restrições ainda existentes e que impedem a ampliação desse tipo de serviço comunitário.

Os participantes do encontro registraram que, apesar das garantias constitucionais, persistem as perseguições, a apreensão de equipamentos e a criminalização de agentes populares de comunicação. Todas essas restrições permanecem em contradição, repetimos, com o direito à liberdade de expressão assegurado pela Constituição; contrariam, também, o Pacto de San José da Costa Rica (1969), do qual o Brasil é signatário. Segundo esse pacto, celebrado por ocasião da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o exercício de liberdade de pensamento e expressão é livre de censura prévia, mesmo que passível de responsabilização posterior. Ou seja, não se pode, por exigências descabidas, tolher a liberdade de expressão das comunidades locais, de seus artistas, de seus líderes espirituais, de suas lideranças comunitárias.

No Pará, persistem ações de repressão ao livre exercício radiofônico. Por determinação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), recentemente, a Polícia Federal lacrou os equipamentos da rádio Alternativa FM, de Marabá. Várias outras situações como estas já ocorreram em meu Estado.

Para protestar contra esse tipo de repressão, os movimentos de rádios comunitárias pretendem vir a Brasília exigir agilidade no processo de legalização das emissoras; além disso, exigem que sejam diferenciadas as emissoras que têm caráter realmente comunitário daquelas que funcionam como mero canal de promoção pessoal. Por todo o Pará, existem iniciativas de rádios comunitárias em quase todos os 143 municípios; mas funcionam rádios comunitárias em número bem menor de cidades, tendo em vista as dificuldades de colocá-las em operação. Nos últimos anos, várias das emissoras locais tiveram seus equipamentos lacrados, por não conseguirem preencher os requisitos legais. Se fosse apenas cumprir requisitos legais, não haveria problema. A questão principal reside no excesso de exigências e no emperramento dos trâmites de autorização.

Quero lembrar, Senhoras e Senhores, que estou aqui defendendo a rádio comunitária que se coloca, de fato, a serviço da comunidade a que pertence. Isso exclui as rádios de baixa potência de interesse meramente comercial; exclui, também, as que se colocam a serviço de mera promoção pessoal, como já disse. Essa rádio comunitária que defendo funciona com dirigentes eleitos pela própria comunidade; sobrevive de patrocínio cultural, ou seja, não vende espaço publicitário; sua programação é ampla e aberta aos diversos segmentos; nessa rádio comunitária, os artistas locais têm oportunidade de divulgar seus trabalhos; e assim por diante.

Vez por outra criticamos aqui a “massificação”, a “pasteurização” das programações dos veículos de comunicação. As rádios FM, por exemplo, tendem a se organizar em redes nacionais, difundindo músicas cuja escolha se pauta pelo *merchandising* (o popular “jabaculê”) das grandes gravadoras. E mesmo as locais, a par de estarem a serviço de grupos poderosos, acabam entrando na “onda” das grandes rádios e reproduzindo uma programação empobrecedora.

A lei que o Congresso aprovou (Lei 9.612, de 1998) e o decreto (Decreto 2.615, de 1998), mesmo que tenham representado algum avanço em relação à situação anterior, estabelecem limitações muito drásticas ao funcionamento das rádios comunitárias,

o que torna sua instalação praticamente impossível. Não obstante, desde a década de 80, proliferam as “rádios livres” em todo o Brasil. Elas seriam 5.000 ou 7.000 rádios; seu alcance é sempre local (um bairro); seus interesses são os mais diversos (assuntos comunitários, divulgação de músicas, pregações religiosas); sua potência não passa de 25 watts (contra o alcance de cem mil watts de uma emissora convencional).

Por tais características, Senhoras e Senhores, ao contrário do que afirmam os “poderosos da mídia”, as emissoras comunitárias não trazem prejuízos às grandes rádios; mas, em contrapartida, o ganho de cidadania (defesa de direitos, discussão de temas comuns, difusão da arte local) seria imenso.

Finalizo, Sr. Presidente, dizendo que: em plena era da Internet, existe uma revolução ainda a ser feita, pelas ondas do rádio. Esta sim, acessível à maioria da população, principalmente a população “sem direito a voz” nos meios de comunicação. Por isso, devemos encarar o tema “rádio comunitária” como da maior importância para a democratização da informação e da expressão.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 151, DE 2002

(Em regime de urgência – art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 227, de 2002)

Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 2002 (nº 1.334/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto de Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia, sobre a Isenção de Vistos, celebrado em Seul, em 18 de janeiro de 2001.

(Dependendo de parecer da Comissão de Relações Exteriores, Relator: Senador Geraldo Melo).

– 2 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2002

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do
Requerimento nº 178, de 2002 – art. 357 do
Regimento Interno)

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2002 (nº 203/95, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 222 da Constituição Federal, suprimindo-se o parágrafo 2º do referido artigo, que trata da propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, tendo

Parecer sob nº 242, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta, com voto contrário do Senador Roberto Requião e abstenções dos Senadores Osmar Dias e Jefferson Péres.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 30 de abril passado, quando teve sua votação transferida para hoje.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 4, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Bernardo Cabral, que dá nova redação ao parágrafo 1º do art. 17 da Constituição Federal (dispõe sobre a organização e funcionamento dos partidos políticos), tendo

Parecer sob nº 244, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 30 de abril passado, quando teve sua discussão encerrada e a votação transferida para hoje.

– 4 –

MENSAGEM Nº 75, DE 2002
(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)
(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional,

Relator: Senador Tião Viana, sobre a Mensagem nº 75, de 2002 (nº 87/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República Eslovaca.

– 5 –

MENSAGEM Nº 76, DE 2002
(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)
(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Tião Viana, sobre a Mensagem nº 76, de 2002 (nº 88/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia.

– 6 –

MENSAGEM Nº 87, DE 2002
(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)
(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Lúdio Coelho, sobre a Mensagem nº 87, de 2002 (nº 125/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Marco Antônio Diniz Brandão, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Camboja.

– 7 –

MENSAGEM Nº 88, DE 2002
(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)
(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Lúdio Coelho, sobre a Mensagem

nº 88, de 2002 (nº 126/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Marco Antônio Diniz Brandão, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à União Mianmar.

– 8 –

PARECER Nº 302, DE 2002
(Escolha de autoridade)
(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 302, de 2002, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relatora: Senadora Marluce Pinto, sobre a Mensagem nº 125, de 2002 (nº 279/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Luiz Francisco Silva Marcos, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, em substituição a Francisco de Paula Magalhães Gomes.

– 9 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2000

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que dá nova redação ao art. 217 da Constituição Federal, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo, tendo

Parecer sob nº 1.178, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, e votos contrários dos Senadores José Eduardo Dutra, Leomar Quintanilha e Bello Parga.

– 10 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 1, DE 2001

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Saturnino, que determina a fixação de limites

para gastos com a publicidade de obras governamentais, tendo

Parecer sob nº 1.362, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Agripino Maia, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 11 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2001 (nº 3.049/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre a concessão do benefício do Seguro-Desemprego a pescadores artesanais durante os períodos de defeso, tendo

Parecer sob nº 260, de 2002, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Lúcio Alcântara, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

– 12 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 129, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2001 (nº 3.717/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a denominação da ponte sobre o km 316,5 da BR-158/RS, tendo

Parecer favorável, sob nº 261, de 2002, da Comissão de Educação, Relatora *ad hoc*: Senadora Emília Fernandes.

– 13 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2001 (nº 3.614/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre a responsabilidade civil das empresas locadoras de veículos em acidentes de trânsito e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, sob nº 249, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Francelino Pereira, com voto contrário do Senador Fernando Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 38 minutos.*)

(OS. 14402/02)

**AGENDA CUMPRIDA PELO
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
SENADOR RAMEZ TEBET**

7-5-2002

terça-feira

9h30 – Senhor Brian Dyson, Vice-Presidente
Mundial da Coca-Cola

10h30 – Doutor Francisco Antônio de Oliveira,
Presidente do Tribunal Regional do
Trabalho da 2ª Região

14h40 – Excelentíssimo Senhor Robert Kocharian,
Presidente da República da Armênia

15h30 – Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
Federal

17h – Cerimônia de outorga da Ordem do Mérito
das Comunicações

Salão Nobre do Palácio do Planalto

**Ata da 51ª Sessão Deliberativa Ordinária,
Realizada em 29 de abril de 2002**

(Publicada no **Diário do Senado Federal** de 30
de abril de 2002)

RETIFICAÇÃO

Na Página nº 6610, 2ª coluna, imediatamente
após o despacho do Projeto de Decreto Legislativo nº
**152, de 2002, inclua-se por omissão o seguinte ca-
beçalho:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 2002**

(Nº 407/2001, na Câmara dos Deputados)
De iniciativa da Presidência da República

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO,
CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 22, DE
2001-SF “DESTINADA A APURAR, NO PRAZO DE
180 (CENTO E OITENTA) DIAS, AS DENÚNCIAS
VEICULADAS A RESPEITO DA ATUAÇÃO
IRREGULAR DE ORGANIZAÇÕES NÃO
GOVERNAMENTAIS – ONGs.”.

Ata da 13ª Reunião realizada em 11-12-2001

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de
dois mil e um, às vinte horas e dez minutos, na sala
15 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidên-
cia do Senador Mozarildo Cavalcanti, reúnem-se os
Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Marluce
Pinto, Nabor Júnior, Moreira Mendes, Bernardo Ca-
bral, Leomar Quintanilha e Tião Viana, membros da
Comissão Parlamentar de Inquérito “*destinada a
apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as de-
núncias veiculadas a respeito da atuação irregular de
organizações não governamentais - ONGs*”. Havendo
número regimental, o Senhor Presidente, Senador
Mozarildo Cavalcanti, declara aberto os trabalhos,
dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que
é dada como lida e aprovada. A Presidência informa
que a presente reunião Administrativa, em caráter re-
servado, destina-se a discussão e votação de Reque-
rimentos. Dentre os diversos assuntos tratados, a Se-
nhora Relatora realizou com a anuência dos mem-
bros presentes um balanço geral relativo aos casos
investigados pela Comissão Parlamentar de Inquéri-
to. Foram aprovados, por unanimidade da Comissão,
oito Requerimentos a seguir relacionados: Reque-
rimento nº 23/2001, de autoria da Senadora Marina
Silva, que requer sejam convidados os Ministro José
Sarney Filho, do Meio Ambiente e José Serra, da Sa-
úde, bem como o Presidente da ABONG, Sérgio Had-
dad, e a estudiosa, Leilah Landin, autora do livro, “As
ONG no Brasil”; Requerimento nº 24/2001, de autoria
da Senadora Marina Silva, que requer sejam convida-
dos o Coordenador do mesmo Conselho, Dr. Augusto
de Franco e a estudiosa Maria Tereza Sadek, autora
de diversos livros sobre o Terceiro Setor; Reque-
rimento nº 25/2001, de autoria do Senador Leomar Qu-
intanilha, que requer solicitar ao Ministério do Me-
io-Ambiente, informações sobre a existência de Con-
vênios de quaisquer natureza, realizados com organi-
zações não-governamentais a aquela pasta. Caso

positivo, informar também seus valores, objetivos e prestações de conta, remetendo-nos cópias dos documentos; Requerimento nº 26/2001, de autoria do Senador Moreira Mendes, que requer a requisição ao Ministério do Meio-Ambiente e IBAMA, cópia de todos os Convênios firmados com entidades não-governamentais, valores conveniados, valores liberados e cópia das respectivas prestações de contas, nos últimos 5 (cinco) anos; Requerimento nº 27/2001, de autoria do Senador Tião Viana, que requer sejam convocados o Procurador Regional da República, no Estado do Paraná, Dr. Mário José Gisi e o representante do Ministério Público do Estado do Paraná, Promotor de Justiça, Dr. Edson Luiz Peters, para prestarem informações de interesse da CPI; Requerimento nº 28/2001, de autoria do Senador Moreira Mendes, que requer sejam requisitados à Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, as seguintes informações a) A FUNASA tem firmado Convênios com entidades não-governamentais para implementação de ações de Saúde Pública na Amazônia?, b) Caso positivo, informar com que entidades firmou Convênio, qual o seu valor, qual o seu objetivo e se houve prestações de contas, nos últimos 5 (cinco) anos, e c) No caso positivo, enviar cópia dos convênios e das respectivas prestações de contas; Requerimento nº 29/2001, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que requer seja convocada a Sra. Graça Marques – Presidente do Grupo de Apoio ao Paciente de Câncer – NAPACAN, para prestar depoimento a esta CPI, em data a ser agendada; Requerimento nº 30/2001, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que requer seja convocado o Sr. Andréas Strakos – Presidente do Laboratório Novartis do Brasil, para prestar depoimento a esta CPI, em data a ser agendada, e Requerimento nº 31/2001, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que requer a convocação dos Senhores Hector Garibotti e Luiz Antônio Nascimento de Souza, ex-Presidentes da Organização não-governamental – Associação Amazônia, para prestar depoimento a esta CPI, em data a ser agendada posteriormente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião, e, para constar, eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 22, DE 2001-SF “DESTINADA A APURAR, NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, AS DENÚNCIAS VEICULADAS A RESPEITO DA ATUAÇÃO IRREGULAR DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs.”.

Ata da 16ª Reunião realizada em 16-4-2002

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e dois, às nove horas e trinta minutos, na sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti, reúnem-se os Senhores Senadores Moreira Mendes e Tião Viana, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito “*destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais - ONGs*”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião destina-se a oitiva dos Srs. Hector Garibotti e Luiz Antonio Nascimento de Souza, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Associação Amazônia. A Presidência passa a leitura de dois Fax remetidos a esta CPI, justificando a ausência dos mesmos, após, o Presidente passa a leitura do Requerimento de autoria do Senador Tião Viana, que requer seja convocado a prestar esclarecimentos a esta CPI, o Sr. Alexandre Paes de Souza, sobre denúncias de irregularidades nas compras de medicamentos por parte do Ministério da Saúde, Requerimento este que o Senador Moreira Mendes solicita ao Senador Mozarildo Cavalcanti para subscrevê-lo. O Senhor Presidente informa que não quorum qualificado para votação de Requerimentos ficando portanto para a próxima oportunidade, como também, informa que esta Comissão deverá realizar uma diligência a cidade de Manaus/AM, com o objetivo de tomar o depoimento do Sr. Hector Garibotti e do Sr. Luiz Antônio Nascimento de Souza, bem como, do proprietário do Cartório onde se efetivou a escritura de terras na Amazonia, em nome da Associação Amazônia. O Senhor Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, passa a leitura de um breve resumo a respeito do andamento dos trabalhos da CPI, no decorrer do ano de 2001 até a presente data. A Presidência

concede a palavra ao Senador Moreira Mendes pela ordem, que inicialmente requer uma reunião de caráter administrativa para apresentação e votação de requerimentos, uma vez que sua Excelência que está elaborando Requerimentos de sua autoria, a serem apresentados oportunamente. O Senador Moreira Mendes, solicita ao Senhor Presidente, que esta Comissão reitere o Ofício nº 214/2001, datado de 23.08.2001, ao Banco Central do Brasil, referente ao Requerimento nº 01/01, de sua autoria, aprovado por unanimidade, em reunião realizada em 21.08.2001, que requer seja requisitado ao Banco Central as seguintes informações: a) montante de moeda estrangeira internada no País a crédito de ONG's, constituídos e em funcionamento no Território Nacional; b) entidades beneficiadas e a soma destinada a cada uma delas, com respectivos endereços, se possível, e c) os pedidos acima referem-se ao período dos últimos 5 (cinco) anos. O Senador Moreira Mendes solicita ao Sr. Presidente que a Secretaria xerocope o quadro Demonstrativo dos Convênios firmados desde 1998 com Organizações Não-Governamentais, anexo ao Ofício GP/Nº 76/02-I, datado de 15.04.2002, do IBAMA, em resposta ao Requerimento nº 26/2001, também de sua autoria, aprovado em reunião realizada em 11.12.2001, no sentido de se enviar cópias aos gabinetes dos membros da CPI para conhecimento. O Senhor Presidente acata as solicitações do Senador Moreira Mendes, agradecendo aos presentes nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião, e, para constar, eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação juntamente com as Notas Taquigráficas que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Declaro aberta a 16ª reunião da CPI das ONGs, criada pelo Requerimento nº 22, de 2001, do Senado Federal.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da ata da reunião anterior, realizada no dia 3 de abril do corrente ano e se podemos considerá-la aprovada. (Pausa.)

Aprovada a ata, portanto, comunico que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição do Sr. Hector Gariboti e do Sr. Luiz Antônio Nascimento de Souza, presidente e vice-presidente, respectivamente,

te, da Organização Não Governamental Associação Amazônia.

Há expediente a ser lido:

Requerimento

Requeiro, nos termos do inciso V do §2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei 1.579, de 18 de março de 1952, seja chamado a depor no plenário desta Comissão o Sr. Alexandre Paz dos Santos, a fim de prestar esclarecimentos sobre denúncia de irregularidade nas compras de medicamentos por parte do Ministério da Saúde.

Assinado pelo Senador Tião Viana.

Como não há número para deliberar, esse requerimento, ficará...

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de subscrever também esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Então, além de ser subscrito pelo Senador Tião Viana será subscrito pelo Senador Moreira Mendes. Portanto, como anunciei, esse requerimento ficará dependendo de deliberação de uma reunião administrativa que iremos convocar oportunamente.

Para a reunião de hoje, esta CPI convocou o Sr. Hector Gariboti e o Sr. Luiz Antônio Nascimento de Souza, presidente e vice-presidente, respectivamente, da ONG Associação Amazônia, uma instituição que está sendo investigada por esta CPI e já foi investigada pela CPI da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima por ter adquirido irregularmente, no sul do Estado de Roraima, 174 mil hectares de terras e as ter registrado em cartório do Amazonas, com o objetivo claro de não tornar muito lícitas as suas atuações. Ao final dessa investigação na CPI da Assembléia Legislativa de Roraima, houve a conclusão de que ela efetivamente havia cometido as irregularidades. Daí por que a investigação estar sendo feita por esta CPI do Senado. Já tivemos a oportunidade de ouvir dois representantes dessa instituição e convocamos justamente o Sr. Hector Gariboti e o Sr. Luiz Antônio Nascimento de Souza, o primeiro por ter sido um dos fundadores e o mais envolvido nessa aquisição das terras.

Recebemos da Associação Amazônia um expediente, datado de 10 de abril do corrente ano, lavrado nos seguintes termos.

“Sr. Presidente, em resposta ao Ofício nº41/02 da CPI das ONGs, datado de 03 de abril de 2002, in-

formamos que o Sr. Hector Daniel Gariboti não reside mais no Brasil e, conseqüentemente, seria necessário contatá-lo na Espanha, onde reside atualmente, de forma a viabilizar o seu depoimento que, a nosso ver, seria importante, esclarecedor, capaz de dirimir eventuais dúvidas e questionamentos referentes à atuação da Associação Amazônia em nossa região. Os dados de contato referentes ao Senhor Gariboti são: endereço residencial – Calle Urrillos nº7, terceiro andar, nº28.013, deve ser o CEP, Madri, Espanha. Os dados profissionais são: Avatar Producciones, telefone 34653906076.

O Sr. Gariboti nos informou ainda que planeja viajar ao Brasil, mais especificamente a Manaus, na primeira quinzena de maio deste ano, sendo que, se esta Comissão decidir remarcar a data de sua convocação para esse período, o mesmo se dispõe a estar presente.

Ao dispor para maiores esclarecimentos, o Sr. Christoffer Julian Clark, presidente, que inclusive já foi ouvido por esta CPI.

Então, vou determinar à secretaria que façamos a convocação do Sr. Gariboti para a primeira quinzena de maio, de forma a ensejar que ele possa comparecer a esta Comissão e prestar os esclarecimentos necessários.

Outro expediente, datado de 15 de abril de 2002, está vazado nos seguintes termos:

Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente, eu, Luís Antônio Nascimento de Sousa, sociólogo, servidor público federal, professor junto à Universidade do Amazonas, portador do RG nº 16609367, SSP-SP, membro da Comissão Amazônia, entidade que vem sendo objeto de investigação dessa CPI, venho, por meio desta, informar que não poderei estar presente como depoente a essa CPI na manhã do dia 16 de abril de 2002.

Essa ausência se justifica na medida em que minha esposa, Kátia Cristina Finaz, foi submetida a uma cirurgia no dia 12 de abril, conforme atestado médico que segue em anexo.

Na oportunidade, quero renovar a minha disposição de comparecer perante essa Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de prestar informações e responder toda e qualquer indagação advinda dos membros dessa Comissão.

Nesse sentido, ficarei no aguardo da manifestação de V. Ex^a, a fim de que um nova data seja agendada para o meu comparecimento.

Por último, informo, abaixo, o meu endereço residencial, a fim de contribuir para uma comunicação mais ágil.

E, em anexo, de fato, há um atestado médico, em que se comprova a cirurgia de sua esposa, realizada no dia 12 do corrente.

Então, igualmente, vamos reconvocá-lo ou, quem sabe, vamos deliberar, depois, com os membros da Comissão, no sentido de irmos a Manaus, já que aproveitaríamos para ouvir os dois representantes da Comissão e também teríamos a oportunidade de ouvir o dono do cartório onde foram feitos os registros das terras adquiridas por esta Comissão. Penso que seria até mais prático a Comissão se deslocar até Manaus e ter a oportunidade de não só ouvir esses dois envolvidos, dirigentes da ONG Associação Amazônia, como também de checar essas informações junto ao cartório onde foi feito o registro das terras, adquiridas de maneira aparentemente regular.

Portanto, como o objetivo desta reunião não pôde ser atendido, uma vez que os convocados não puderam comparecer, pergunto se o Senador Moreira Mendes deseja fazer alguma observação.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sr. Presidente, quero fazer apenas uma ligeira observação, até para que haja uma reflexão para encontros e reuniões futuras da nossa Comissão.

Quando se discute essa questão de organizações não-governamentais na Amazônia que, de uma forma ou de outra, estão envolvidas nessa questão, sempre encontramos na ponta da linha um estrangeiro. Isso é algo muito estranho.

Recentemente, houve a realização de audiências públicas no Estado do Amazonas e no Estado de Rondônia, promovidas pelo Ibama, com o objetivo de se discutir o Relatório de Impacto ambiental, oferecido pela Gaspetro, para a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho, e lá estavam eles. As duas principais figuras que discutiam o relatório eram exatamente um americano e um alemão. Não me lembro exatamente do nome desse alemão; parece-me que é Dietrick Gavora. Estou buscando dados sobre a vida dele, para trazer informações a esta Comissão, para que possamos adotar os devidos procedimentos. Era exatamente esse alemão que manipulava todas as informações e que formulava perguntas a cada uma daquelas outras pequenas ONGs: uma representando o índio; outra, o ribeirinho; outra, a comunidade tradicional. Ele formulava as perguntas para quem estava lá fazendo as expli-

cações, o que é absolutamente estranho. E agora vejo que, nessas duas justificativas, está a figura de um espanhol que reside, como não poderia ser diferente, na Espanha. O que essas pessoas têm a ver com a nossa Amazônia, com o Brasil? Quais são verdadeiramente seus interesses? É algo muito estranho e que fica aqui como reflexão para quando essas pessoas estiverem conosco, sendo ouvidas aqui nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Inclusive temos que aduzir que quem assina o documento como Presidente da Associação Amazônia, e inclusive depôs aqui nesta CPI, é outro estrangeiro. É um escocês que vive na Itália - passa seis meses na Itália e seis meses aqui no Brasil.

Ficamos sem a oportunidade de ouvir os dois convocados, mas gostaria, até para prestar um esclarecimento público do que temos feito até aqui, de fazer um resumo do trabalho desta CPI. A Comissão já se reuniu por 16 vezes, ouviu treze depoimentos e aprovou 31 requerimentos. Um total de 293 expedientes oficiais foram expedidos no decorrer do ano de 2001, e 46 no decorrer deste ano. Até a presente data, esta Comissão recebeu, catalogou, autuou e analisou uma média de 180 documentos. No ano de 2001, a CPI recebeu 855 expedientes oficiais, tanto em resposta aos remetidos por esta Comissão como àqueles remetidos por outros motivos. Dentre os depoimentos ouvidos por esta Comissão, foram prestados esclarecimentos a respeito dos seguintes casos investigados:

– Uma ONG, localizada no Estado da Amazônia, chamada Coperíndio, cujo vice-presidente foi preso pela Polícia Federal transportando uma tonelada da pedra semipreciosa ametista, e 300 kg de um outro mineral nobre chamado tantalita;

– A Associação Amazônia, que ainda estamos investigando e que atua no Estado de Roraima;

– A Fundação Boticário e a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem, a SPVS, que atuam no Paraná e foram denunciadas por Deputados daquele Estado;

– A ONG Napacan, que é o Núcleo de Apoio às Pacientes com Câncer, cuja Presidente já tivemos oportunidade de ouvir, e também o laboratório Novartis, com o qual essa ONG tem ligações, inclusive sendo patrocinada por essa instituição.

Portanto, a Comissão tem trabalhado, apesar das dificuldades normais, e esperamos chegar ao fi-

nal com um diagnóstico, um raio X das atividades dessas ONGs. Como disse o Senador Moreira Mendes, surpreendentemente, quase sempre há um estrangeiro envolvido, principalmente no que tange à questão da Amazônia e do meio ambiente, inclusive e especialmente na faixa de fronteira, embora também atuem em todo o Brasil, como é o caso da Fundação Boticário, da SPVS e da Napacan.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Pois não.

O SR. MOREIRA MENDES – Fiz vários requerimentos a esta Comissão, um deles solicitando, se não me engano, que o Banco Central informasse a entrada de recursos estrangeiros em nome de ONGs, organizações não-governamentais. Parece-me que veio uma resposta dizendo que seria preciso mais detalhes, como número de CGC ou coisa parecida. Isso é um absurdo! Compete ao Banco Central pesquisar essa questão. Se é dinheiro estrangeiro, o Banco Central tem que ter essa informação, sobretudo quando ele é destinado a organizações não-governamentais. Insisto nesse requerimento. Que o Banco Central providencie e diligencie no sentido de localizar as referidas ONGs. Segundo o requerimento, solicito o montante, em moeda estrangeira, internado no País a crédito de ONGs em funcionamento no território nacional. Não deve existir uma quantidade tão grande de organizações que recebam dinheiro estrangeiro, a ponto de o Banco Central informar que não pode porque não tem outras informações. Insisto no pedido e lembro ao Banco Central que isso aqui é uma CPI e que cabe a ele informar corretamente o que lhe é solicitado.

2) Quais as entidades beneficiadas e a soma destinada a cada uma delas, com os respectivos endereços.

Os pedidos acima referem-se aos últimos cinco anos.

Por que estou pedindo isso aqui? Porque aí vamos comprovar qual é o dinheiro que é internado no Brasil, porque em seguida já vou dizer qual vai ser o meu requerimento, é o de quebrar o sigilo bancário dessas ONGs para ver a destinação desse dinheiro. Se ele está sendo destinado verdadeiramen-

te, como se propõe a organização, ou se ele está sendo desviado com outros objetivos.

Da mesma forma, com relação àquela ONG do Paraná, é preciso levantar a situação. E se não tem um requerimento feito, faço o requerimento, no sentido também que sejam, por meio do sigilo bancário quebrado, levantados os depósitos efetuados na conta daquela organização, para saber de quem vem e para quem estão sendo destinados.

E, ainda, Sr. Presidente, penso que isso poderia ser uma rotina dentro da comissão, todas aquelas que estão sob investigação, a forma de, claramente, chegarmos exatamente fiscalizando ou levantando a situação financeira de cada uma delas. Já saberemos exatamente de quem vem o recurso e para onde eles são destinados.

Mas lembro-me que fiz, ainda, um outro requerimento; se não o fiz, vou fazê-lo agora. Um ofício ao Ministério do Meio Ambiente para que informe detalhadamente quais os convênios que foram feitos nos últimos três anos com entidades não-governamentais; os seus respectivos valores; cópias dos respectivos convênios; prestação de contas para saber onde esse dinheiro foi aplicado. E até para que se faça uma comparação, quanto o Poder Público, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama, investiu em organizações não-governamentais e quanto investiu nas prefeituras, tão sofridas prefeituras de todo o Brasil, e em projetos do próprio ministério, destinados a essa questão do meio ambiente.

Então, quero reiterar esses expedientes, já anteriormente feitos. As respostas eventualmente obtidas, como essa do Banco Central, dizer que reitero o requerimento, porque é uma resposta muito simplista dizer: Não temos o número do CGC, não podemos fornecer informação. O Banco Central que providencie, que vá atrás da informação e que responda aqui à CPI como tem que ser respondido.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Moreira Mendes, com relação à solicitação feita ao Ministério do Meio Ambiente, por coincidência, recebemos um expediente datado do dia 15, ontem, em que ele informa o seguinte:

Ao cumprimentá-lo, referimo-me ao Ofício nº 003/02, da CPI das ONGs, por meio do qual V. Ex^a solicita cópia de todos os convênios firmados com entidades não-governamentais, valores liberados e

cópia da respectiva prestação de contas nos últimos cinco anos.

Em função do volume do material, tomo a liberdade de encaminhar preliminarmente um quadro demonstrativo de convênios firmados desde 1998, para que, a critério dessa comissão, sejam enviadas cópias específicas de todos os documentos.

Não obstante, coloco o IBAMA ao inteiro dispor para subsidiar essa comissão no desenvolvimento dos trabalhos.

E aqui segue um quadro em que existe toda a relação das instituições que têm convênio, com o quadro do valor, a movimentação financeira, nos últimos cinco anos, desde 1988, portanto.

Então, já inclusive despachei hoje para que seja enviada uma cópia a V. Ex^a, assim como à Sr^a Relatora, e, a critério de V. Ex^a, poderemos então exigir que ele remeta todos os convênios, o que aliás foi requerido.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sr. Presidente, na verdade o requerimento tem o objetivo de a gente esclarecer. Quero dizer que certamente, dentre as ONGs, as organizações que estão aí beneficiadas, muitas delas prestam relevantes serviços ao País, e já reconhecemos isso aqui várias vezes. O documento poderia ser distribuído a todos os eminentes Senadores que compõem esta Comissão, para que cada um deles pudesse opinar a respeito dessa informação, desse informativo prestado pelo Ministério. Com isso, cada um poderia propor o requerimento que julgasse necessário. Da minha parte, vou analisar o documento com critério.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Perfeito.

Além de enviar cópia a V. Ex^a e à Relatora, solicito que seja encaminhado também a todos os membros da Comissão para que tomem conhecimento.

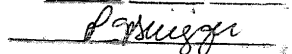
Quanto ao outro requerimento de V. Ex^a, peço à Assessoria Jurídica que o analise para que, se conveniente, reiteremos o pedido para que o Banco Central encaminhe a esta Comissão o que foi solicitado por V. Ex^a.

Nada mais havendo a tratar e agradecendo a presença dos Srs. Senadores, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h33min.)

ATO DO PRESIDENTE**N.º 034, DE 2002****PUBLIQUE-SE**

Em 07, 05, 2002



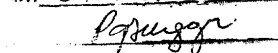
O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003008/02-9,

RESOLVE designar o servidor WELLINGTON PEREIRA DE OLIVEIRA, matrícula 4688, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador José Jorge, com efeitos financeiros a partir 15 de março de 2002.

Senado Federal, - 7 de maio de 2002.

**Senador RAMEZ TEBET****Presidente****PORTARIA N.º 1, DE 2002****PUBLIQUE-SE**

Em 07, 05, 2002



O Reitor da Universidade do Legislativo Brasileiro, no uso da competência que lhe confere o art. 12 do Estatuto, resolve:

Art. 1º Designar ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA, Consultor Legislativo, matrícula 4827, para exercer as funções de Vice-Reitor Acadêmico da Universidade do Legislativo Brasileiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Reitor, 8 de maio de 2002

**Senador RAMEZ TEBET****Reitor**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(51ª LEGISLATURA)

BAHIA		RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	- Antonio Carlos Júnior	BLOCO	- Geraldo Melo (PSDB)
PFL	- Waldeck Ornelas	PFL	- José Agripino
PFL	- Paulo Souto	PTB	- Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		SANTA CATARINA	
BLOCO	- Artur da Távola (PSDB)	PMDB	- Casildo Maldaner
BLOCO	- Geraldo Cândido (PT)	PFL	- Geraldo Althoff
	- Roberto Saturnino	BLOCO	- Ari Stadler (PPB)
MARANHÃO		ALAGOAS	
PMDB	- Francisco Escórcio	PMDB	- Renan Calheiros
PFL	- Edison Lobão	BLOCO	- Teotônio Vilela Filho(PSDB)
PMDB	- João Alberto Souza	BLOCO	- Heloísa Helena (PT)
PARÁ		SERGIPE	
PSB	- Ademir Andrade	PSB	- Antonio Carlos Valadares
PMDB	- Fernando Ribeiro	BLOCO	- José Eduardo Dutra (PT)
BLOCO	- Luiz Otávio (PPB)	PFL	- Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		AMAZONAS	
PTB	- Carlos Wilson	PFL	- Bernardo Cabral
BLOCO	- Roberto Freire (PPS)	PDT	- Jefferson Péres
PFL	- José Jorge	PMDB	- Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PARANÁ	
BLOCO	- José Serra (PSDB)	PDT	- Osmar Dias
PFL	- Romeu Tuma	PMDB	- Roberto Requião
BLOCO	- Eduardo Suplicy (PT)	PDT	- Álvaro Dias
MINAS GERAIS		ACRE	
PFL	- Francelino Pereira	BLOCO	- Marina Silva (PT)
PTB	- Arlindo Porto	PMDB	- Nabor Júnior
PL	- José Alencar	BLOCO	- Tião Viana (PT)
GOIÁS		MATO GROSSO DO SUL	
PMDB	- Mauro Miranda	BLOCO	- Lúdio Coelho (PSDB)
PMDB	- Iris Rezende	PMDB	- Ramez Tebet
PMDB	- Maguito Vilela	PMDB	- Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		DISTRITO FEDERAL	
PMDB	- Carlos Bezerra	PFL	- Lindberg Cury
PFL	- Jonas Pinheiro	PDT	- Lauro Campos
BLOCO	- Antero Paes de Barros (PSDB)	PMDB	- Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		TOCANTINS	
BLOCO	- Emilia Fernandes (PT)	PTB	- Carlos Patrocínio
BLOCO	- José Fogaça (PPS)	PFL	- Leomar Quintanilha
PMDB	- Pedro Simon	BLOCO	Eduardo Siqueira Campos (PSDB)
CEARÁ		AMAPÁ	
BLOCO	- Lúcio Alcântara (PSDB)	PMDB	- Gilvam Borges
PMDB	- Sérgio Machado	PDT	- Sebastião Rocha
BLOCO	- Luiz Pontes (PSDB)	PMDB	- José Sarney
PARAÍBA		RONDÔNIA	
PTB	- Wellington Roberto	BLOCO	- CHICO SARTORI (PSDB)
BLOCO	- Ronaldo Cunha Lima (PSDB)	PFL	- Moreira Mendes
PMDB	- Ney Suassuna	PMDB	- Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		RORAIMA	
PMDB	- Gerson Camata	PMDB	- Marluce Pinto
BLOCO	- Ricardo Santos(PSDB)	BLOCO	- Romero Jucá (PSDB)
PSB	- Paulo Hartung	PFL	- Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ			
BLOCO	- Freitas Neto (PSDB)		
BLOCO	- Benício Sampaio (PPB)		
PMDB	- Alberto Silva		



CONGRESSO NACIONAL

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA (CCAI)**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO EM ABRIL DE 2002

Presidente: Deputado Aldo Rebelo ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado JUTAHY JÚNIOR (PSDB-BA) Telefones: 318-8221/7167/8224	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOÃO PAULO (PT-SP) Telefones: 318-5170/5172	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EDUARDO SUPLCY (Bloco PT/PPS-SP) Telefones: 311-3191/3192/3873/3861/3862
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado ALDO REBELO (Bloco PSB/PCdoB-SP) Telefones: 318-6992/6997/6996/6984	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496

**SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

¹ Alternância feita na 1ª Reunião de 2002, realizada em 2 de abril, às 15h.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução nº 20, de 17 de março de 1993)

Composição ao início da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca ¹

Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff

PMDB			
Titulares	UF	Suplentes	UF
Juvêncio da Fonseca ²	MS	1. Renan Calheiros	AL
Carlos Bezerra	MT	2. (vago) ³	
Casildo Maldaner	SC	3. Marluce Pinto	RR
João Alberto Souza	MA	4. Gilvam Borges	AP
Nabor Júnior	AC	5. Gerson Camata	ES
PFL			
Geraldo Althoff	SC	1. Carlos Patrocínio (PTB) ⁴	TO
Moreira Mendes	RO	2. (vago) ⁵	
Bello Parga	MA	3. Mozarildo Cavalcanti	RR
Waldeck Ornelas	BA	4. Jonas Pinheiro	MT
Bloco (PSDB/PPB)			
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	1. Freitas Neto (PSDB) ⁶	PI
Ricardo Santos (PSDB)	ES	2. Romero Jucá (PSDB)	RR
Leomar Quintanilha (PFL) ⁷	TO	3. Luiz Pontes (PSDB) ⁸	CE
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PPS) ⁹			
Heloísa Helena (PT)	AL	1. Marina Silva (PT)	AC
Jefferson Péres (PDT)	AM	2. Paulo Hartung (PSB) ¹⁰	ES
PSB			
Roberto Saturnino ¹¹	RJ	1. Ademir Andrade	PA
Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SP) – (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)			

¹ Em 27.6.2001, na 14ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em sua nova composição, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente os Senadores Gilberto Mestrinho e Geraldo Althoff respectivamente (DSF de 29.6.2001). Em 13.8.2001, o Senador Gilberto Mestrinho licenciou-se do mandato, para tratamento de saúde, tendo assumido, interinamente, a Presidência do Conselho o seu Vice-Presidente, Senador Geraldo Althoff. Na Sessão Ordinária de 5.9.2001, o Senador Gilberto Mestrinho comunicou sua renúncia às funções de Presidente e membro do Conselho (DSF de 6.9.2001). Em 13.9.2001, na 18ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, foi eleito Presidente o Senador Juvêncio da Fonseca.

² Eleito membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na Sessão Ordinária de 5.9.2001, em face da renúncia do Senador Gilberto Mestrinho às funções de Presidente e membro do Conselho, anunciada na mesma sessão (DSF de 6.9.2001).

³ Vaga ocupada pelo Senador Ney Suassuna até 14.11.2001, quando comunicou, em Plenário, o seu afastamento do exercício do mandato de Senador, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional (DSF de 15.11.2001).

⁴ Comunicação de filiação ao PTB lida na Sessão do SF de 27.9.2001 (DSF de 28.9.2001).

⁵ Vaga ocupada pelo Senador Freitas Neto até 20.11.2001, quando comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho pelo PFL (DSF de 21.11.2001), tendo em vista sua filiação ao PSDB, anunciada na Sessão do SF de 9.10.2001 (DSF de 10.10.2001). Na mesma Sessão do SF de 20.11.2001, foi eleito membro suplente do Conselho na vaga do PSDB.

⁶ Eleito na Sessão do SF de 20.11.2001 (DSF de 21.11.2001) para a vaga deixada pelo Senador Geraldo Melo, que, em 6.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho (DSF de 7.11.2001).

⁷ Comunicação de filiação ao PFL lida na Sessão do SF de 10.10.2001 (DSF de 11.10.2001).

⁸ Eleito na Sessão do SF de 20.11.2001 (DSF de 21.11.2001) para a vaga deixada pelo Senador Sérgio Machado, que, em 8.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho (DSF de 9.11.2001), tendo em vista sua filiação ao PMDB, anunciada na Sessão do SF de 3.10.2001 (DSF de 4.10.2001).

⁹ Em 17.4.2002, o Partido Democrático Trabalhista – PDT deixou de fazer parte do Bloco Parlamentar de Oposição, conforme comunicação feita através do Ofício nº 27/02-GLPDT, de 15.4.2002 (DSF de 18.4.2002, p. 4919).

¹⁰ Comunicação de filiação ao PSB lida na Sessão do SF de 6.10.2001 (DSF de 9.10.2001).

¹¹ Comunicação de desfiliação do PSB, a partir do dia 27.2.2002, lida na Sessão do SF de 6.3.2002 (DSF de 7.3.2002, p. 1735).

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3488 – 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO

Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY
Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA RAMOS CALHÃO (Ramal 3514)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3504)
RILVANA CRISTINA DE SOUZA MELO (Ramal: 3509)
HERMES PINTO GOMES (Ramal: 3502)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
Ramais: 4638 - 3492 - Fax: 4573

Secretários: CAE - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)
CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ - (Ramal: 4608)
CCJ - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)
CRE - MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: LÚCIO ALCÂNTARA

Vice-Presidente: CARLOS BEZERRA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Carlos Bezerra	MT	2291/2297	2 - Iris Rezende	GO	2032/39
Casildo Maldaner	SC	2141/46	3 - Mauro Miranda	MS	2221/2227
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	4 - Sérgio Machado	CE	2281/2285
João Alberto Souza	MA	4073/4074	5 - Renan Calheiros	AL	5151
Vago			6 - Gerson Camata	ES	3203/3204
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 - Roberto Requião	PR	2401/2407
Ney Suassuna	PB	4345/4346	8 - Vago		
Wellington Roberto (1)	PB	3194/3195	9 - Marluce Pinto	RR	2401/2407

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francolino Pereira	MG	2411/2417	1 - José Jorge	PE	1284/3245
José Agripino	RN	2361/2367	2 - Leomar Quintanilha	TO	2071/2072
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272	3 - Moreira Mendes	RO	2231/2237
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	4 - Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Paulo Souto	BA	3173/3175	5 - Romeu Tuma	SP	2051/57
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	6 - Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Bello Parga (3)	MA	3069/3072	7 - Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 - José Serra	SP	2351/2352
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	2 - Geraldo Melo	RN	2371/2377
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	3 - Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Romero Jucá	RR	2111/2117	4 - Reginaldo Duarte	CE	3242/3249
Ricardo Santos	ES	2022/2024	5 - Ari Stadler	SC	4200/4206

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	3213/3215	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199	2 - Paulo Hartung (cessão)	ES	1031/1231
José Fogaça	RS	1207/1607	3 - Roberto Freire	PE	2161/2164

PDT

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Lauro Campos	DF	2341/2347	1 - Jefferson Péres	AM	2061/2063

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Roberto Saturnino (2)	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Fernando Bezerra	RN	2461/2464	1 - Arlindo Porto	MG	2321/2327

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

(3) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br Atualizada em : 29/04/2002.

**1.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
SUBCOMISSÃO DE TURISMO**

**PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
VICE-PRESIDENTE: WELLINGTON ROBERTO
(05 TITULARES E 05 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/2152	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/3195	2-IRIS REZENDE	GO-2032/2033
TITULARES		SUPLENTEs	
PTB			
MOREIRA MENDES	RO-2231/33	1-PAULO SOUTO	BA- 3173/74
TITULARES		SUPLENTEs	
BLOCO PSDB/PPB			
GERALDO MELO (PSDB) (2)	RN-2371/2372	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO- 4070/71
TITULARES		SUPLENTEs	
BLOCO OPOSIÇÃO / PTB			
PAULO HARTUNG (1)	ES-1031/1129	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/2322

ORIGEM: REQUERIMENTO N º 07 C/AE/2001

REUNIÕES:

SECRETÁRIO:

☎ - SECRETARIA: 311-3516/4605

FAX: 311-4344

SALA N º 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

☎ - SALA DE REUNIÕES: 311-3255

E-MAIL: dirceuv@senado.gov.br

- (1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 08.10.2001, passando a membro suplente da Comissão, por cessão, em 10.10.2001.
(2) Passou a membro suplente na Comissão, em 17.10.2001.

- (3) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

Presidente: ROMEU TUMA

Vice-Presidente: MARINA SILVA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Maguito Vilela	GO	3149/3160	1 – Vago		
Marluce Pinto	RO	1301/4062	2 – Vago		
Mauro Miranda	GO	2091/2097	3 – Vago		
Pedro Simon	RS	3230/3232	4 – Vago		
Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016	5 – Amir Lando	RO	3130/3132
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	6 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
João Alberto Souza	MA	4073/4074	9 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2051/2057	1 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Jonas Pinheiro	MT	2271/2277	2 – Paulo Souto	BA	3173/3175
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – José Agripino	RN	2361/2367
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	4 – Bello Parga (2)	MA	3069/3072
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – Vago		
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	7 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Lindberg Cury	DF	2011/2017	8 – José Jorge	PE	1284/3245

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Artur da Távola	RJ	2431/2432	Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	Luiz Otávio	PA	1027/4393
Reginaldo Duarte	CE	3242/3249	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Chico Sartori	RO	2251/2258	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
Ari Stadler	SC	4200/4206	Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Ricardo Santos	ES	2022/2024	Lúdio Coelho	MS	2381/2387

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Emília Fernandes	RS	2331/2337	1 – Geraldo Cândido	RJ	2171/2177
Marina Silva	AC	2186/2189	2 – Heloísa Helena	AL	3197/99
Tião Viana	AC	3038/3493	3 – Roberto Freire	PE	2161/2164

PDT

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lauro Campos	RS	2331/2337	1 – Jefferson Peres	AM	2061/2067
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	2 – Osmar Dias	PR	2124/2125

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Vago		

(1) Deixou o exercício do mandato, em virtude da reassunção do Titular em 11/03/2002

(2) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002

Reuniões: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: José Roberto A. Cruz Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

Fax: 311-3652 - E-mail: jrsc@senado.gov.br

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: Senadora Marluce Pinto
VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves
RELATORA: Senadora Heloísa Helena

PMDB		
Marluce Pinto	RR – 1301/4062	
Valmir Amaral	DF – 4064/4065	
PFL		
Geraldo Althoff	SC – 2041/2047	
Maria do Carmo Alves	SE – 4055/4057	
BLOCO PSDB/PPB		
VAGO		
BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)		
Heloísa Helena	AL – 3197/3199	
Emília Fernandes	RS – 2331/2337	
PDT		
Sebastião Rocha	AP – 2241/2247	

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (1)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA**

PMDB	
JUVÊNCIO DA FONSECA	MT – 1128/1129
MARLUCE PINTO	RR – 1301/4062
PFL	
MARIA DO CARMO ALVES	SE – 4055/4057
WALDECK ORNELAS	BA – 2211/2217
BLOCO PSDB/PPB	
LEOMAR QUINTANILHA (PFL) (1)	TO – 2071/2072
Vaga cedida ao Bloco PT/PDT/PPS	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PPS)	
HELOÍSA HELENA	AL – 3197/3199
EMILIA FERNANDES	RS – 2331/2337
PDT	
SEBASTIÃO ROCHA	AP – 2241/2247

(1) Desfilou-se do PPB, sendo indicado membro titular da Comissão pelo PFL, em 18/10/2001.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM: 06/10/1999

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

PMDB		
Marluce Pinto		RR – 1301/4062
Gilvam Borges		AP – 2151/2157
João Alberto Souza		MA – 4073/4074
PFL		
Geraldo Althoff		SC – 2041/2047
VAGO		
BLOCO PSDB/PPB		
Benício Sampaio		PI – 3085/3086
Freitas Neto		PI – 2131/2137
BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)		
Tiã Viana		AC – 3038/3493
PDT		
Sebastião Rocha		AP – 2241/2247

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrnc@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 26/04/2000

**2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DE MORADIA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**PRESIDENTE: Senador Mauro Miranda
VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves
RELATOR:**

(7 Titulares e 7 Suplentes)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Mauro Miranda	GO – 2095/97	1. Casildo Maldaner	SC – 2141/47
Juvêncio da Fonseca	MS – 1128/29	2. Vago	
PFL			
Lindberg Cury	DF – 2012/15	1. Paulo Souto	BA – 3173/75
Maria do Carmo Alves	SE – 4055/57	2. Waldeck Ornelas	BA – 2211/17
BLOCO PSDB/PPB			
Vago		1. Vago	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PPS)			
Emília Fernandes	RS – 2331/37		
PDT			
		1. Sebastião Rocha	AP – 2241/47
PSB			
Ademir Andrade	PA – 2101/2109	1. Vago	

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ**Presidente: BERNARDO CABRAL****Vice-Presidente: OSMAR DIAS****(23 titulares e 23 suplentes)****PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gerson Camata	ES	3203/3204	1 – Marluce Pinto	RR	1301/4062
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Casildo Maldaner	SC	2141/2146
Iris Rezende	GO	2032/39	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/95
Sérgio Machado	CE	2281/2285	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Amir Lando	RO	3130/3132	6 – Ney Suassuna	PB	4345/4346
Roberto Requião	PR	2401/2407	7 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	1 – José Jorge	PE	1284/3245
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	2 – Moreira Mondoe	RO	2231/2237
Francelino Pereira	MG	2411/17	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
Bello Parga (2)	MA	3069/3072	4 – José Agripino	RN	2361/2667
Maria do Carmo Alves	SE	4055/57	5 – Lindberg Cury	DF	2011/2017
Romeu Tuma	SP	2051/2057	6 – Leomar Quintanilha	TO	2071/2072

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	José Serra	SP	2351/2352
Luiz Otávio	PA	1027/4393	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Reginaldo Duarte	CE	3242/3249	Benício Sampaio	PI	3085/3086
Freitas Neto	PI	2131/2137	Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117	Ari Stadler	SC	4200/4206

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
José Eduardo Dutra	SE	2391/2397	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Roberto Freire	PE	2161/2164	2 – Marina Silva	AC	2181/2187
			3 – José Fogaça	RS	1207/1607

PDT

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Osmar Dias	PR	2121/2125			

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Paulo Hartung	ES	1031/1231

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas

Secretária: Gildete Leite de Melo

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: gildete@senado.gov.br

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
(7 TITULARES E 7 SUPLENTEs)**

TITULARES

SUPLENTEs

PMDB - 3

PFL - 2

BLOCO PSDB/PPB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS) - 1

**SECRETÁRIA: GILDETE LEITE DE MELO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612**

**SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541
FAX: 311- 4315
E.MAIL- gildete@senado.gov.br**

**Criada Conforme Requerimento nº 12 CCJ, de 1999,
nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.**

- **Retirada as indicações pelas Lideranças**
- **em 6 e 13.9.2000.**

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE
Presidente: RICARDO SANTOS
Vice-Presidente: MOREIRA MENDES
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	2 – Pedro Simon	RS	3230/3232
Gerson Camata	ES	3203/3204	3 – Vago (2)		
Gilvam Borges	AP	2151/2157	4 – Sérgio Machado	CE	2281/2285
Marluce Pinto	RR	1301/4062	5 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Nabor Júnior	AC	1478/4619	6 – Maguito Vilela	GO	3149/50
José Sarney	AP	3429/3430	7 – Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
Ney Suassuna	PB	4345/4346	9 – Vago		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	1 – Lindberg Cury	DF	2011/2017
Moreira Mendes	RO	2231/2237	2 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	4 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
José Jorge	PE	1284/3245	5 – Romeu Tuma	SP	2051/2057
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – Paulo Souto	BA	3173/3175
(Vaga cedida ao PTB)			7 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 – Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Artur da Távola	RJ	2431/2432	2 – Lúdio Coelho	MS	2381/2387
Ricardo Santos	ES	2022/2024	3 – Chico Sartori	RO	2251/2258
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	4 – Romero Jucá	RR	2111/2117
Bonício Sampaio	PI	3085/3086	5 – Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Reginaldo Duarte	CE	3242/3249	6 – Luiz Otávio	PA	1027/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 – Geraldo Cândido	RJ	2117/2177
Emília Fernandes	RS	2331/2337	2 – Tião Viana	AC	3038/3493
Marina Silva	AC	2181/2187			
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Álvaro Dias	PR	3206/3207	1 – Lauro Campos	DF	2341/2347
			2 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
PSB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Paulo Hartung	ES	1031/1129	1 – Roberto Saturnino (1)	RJ	4229/4230
PTB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arlindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

(2) Vaga deixada pelo Sr. Robinson Viana, em virtude da reassunção do titular, Senador Ney Suassuna, em 8.04.2002.

Reuniões: Quintas-feiras às 14:00 horas
 Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares
 Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3276
 FAX: 311-3121

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

PMDB

VAGO

VAGO

VAGO

PFL

VAGO

VAGO

BLOCO PSDB/PPB

VAGO

VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)

VAGO

VAGO

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

4.2) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PRESIDENTE: FREITAS NETO
VICE-PRESIDENTE: SATURNINO BRAGA

COMPOSIÇÃO: 12 TITULARES E 12 SUPLENTEs

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA (2)	RS-1207/1607	1-VALMIR AMARAL	DF-1962
GERSON CAMATA	ES-3203/04	2-NABOR JÚNIOR	AC-1478/4619
PEDRO SIMON	RS-3232	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-3015/16	4-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
PFL			
FREITAS NETO	PI – 2131/37	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-VAGO	
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	3-ROMEU TUMA	SP-2051/57
BLOCO (PSDB/PPB)			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	1-VAGO	
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	2-VAGO (1)	
BLOCO DE OPÇÃO (PT-PPS)			
GERALDO CANDIDO (PT)	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLICY (PT)	SP-3213/15
EMÍLIA FERNANDES (PT)	RS-2331/37	2-MARINA SILVA (PT)	AC-2182/84
PSB			
ROBERTO SATURNINO (3)	RJ-4229/30	VAGO	
PDT			

(1) Em virtude da reassunção do Senador Artur da Távola, em 25/09/2001.

(2) Desfilou-se do PMDB, em 01.10.2001, filiando-se ao PPS, sendo substituído na Comissão pelo Senador Sérgio Machado, em 10/10/2001.

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

REUNIÕES:
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@scnado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

4.3) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(BANCADA DO LIVRO)**

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTES

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-GERSON CAMATA	ES-3203/04
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	2-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
PFL			
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	1-WALDECK ORNÉLAS	BA-2211/17
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
BLOCO (PSDB/PPB)			
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	1-FREITAS NETO	PI-2131/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
EMÍLIA FERNANDES - PT	RS-2331/37	1-ROBERTO SATURNINO	RJ-4229/30
PDT			

REUNIÃO: 2ª FEIRA ÀS HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
FAX: 311-3121/ 1319
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

4.4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

PRESIDENTE: GERALDO ALTHOFF
VICE-PRESIDENTE: LUIZ OTÁVIO

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTEs

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
VALMIR AMARAL	DF-1962	1-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MAGUITO VILELA	GO-1440/1132	2-AMIR LANDO	RO-3130/32
PEL			
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47	1-ROMEU TUMA	SP-2051/57
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2072/73	2-LINDBERG CURY	DF-4070/71
BLOCO (PSDB/PPB)			
BENÍCIO SAMPAIO	PI-3085/87	1- CHICO SARTORI	RO-
LUIZ OTÁVIO (PPB)	PA-3050/4393	2-(VAGO)	
BLOCO DE OPÇÃO (PT-PPS)			
		1-GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
PDT			
ÁLVARO DIAS	PR-4059/60		

REUNIÃO: ª FEIRA ÀS HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
FAX: 311-3121/ 1319
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE					
Presidente: JEFFERSON PÉRES					
Vice-Presidente: VAGO					
(19 titulares e 19 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Iris Rezende	GO	2032/2039	2 – Vago		
João Alberto Souza	MA	4073/4074	3 – Pedro Simon	RS	3230/3232
José Sarney	AP	3429/3430	4 – Roberto Requião	PR	2401/2407
Sérgio Machado	CE	2281/2285	5 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/3195
Valmir Amaral	DF	1964/1965	6 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira			1 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	2 – Bello Parga (3)	MA	3069/3072
Romeu Tuma	SP	2051/2057	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
José Agripino	RN	2361/2367	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Vago			5 – Paulo Souto	BA	3173/3175
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
José Serra	SP	2361/2362	Freitas Neto	PI	2131/2137
Ari Stadler	SC	4200/4206	Luiz Otávio	PA	1027/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Tião Viana	AC	3038/3493	2 – Emília Fernandes	RS	2331/2337
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Álvaro Dias	PR	3206/3207
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (2)	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

(3) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas

Secretário: Maria Lúcia Ferreira de Melo

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI					
Presidente: ALBERTO SILVA					
Vice-Presidente: LÚDIO COELHO					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – VAGO		
Fernando Ribeiro	PA	2441/2447	2 – Iris Rezende	GO	2032/2039
Valmir Amaral	DF	1961/1066	3 – Gerson Camata	ES	3203/3204
Mauro Miranda	GO	2091/2097	4 – Ney Suassuna	PB	4345/4346
Nabor Júnior	AC	1478/4619	5 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Roberto Requião	PR	2401/2407	6 – Wellington Roberto (2)	PB	3139/3141
Marluce Pinto	RR	1101/1201	7 – Maguito Vilela	GO	1132/1332
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2052/2053	1 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
Paulo Souto	BA	3173/3175	2 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	3 – Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
José Jorge	PE	1284/3245	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Arlindo Porto (Cessão ao PTB)	MG	2321/2327	5 – Carlos Patrocínio (Cessão ao PTB)	TO	4058/4068
Lindberg Cury	DF	2011/2017	6 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	1 – Chico Sartori	RO	2251/2258
José Serra	SP	2351/2352	2 – Benício Sampaio	PI	3085/3086
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	3 – Reginaldo Duarte	CE	3242/3249
Luiz Otávio	PA	3050/3093	4 – Ari Stadler	SC	4200/4206
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	5 – Romero Jucá	RR	2111/2119
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido (PT)	RJ	2117/2177	1 – Emília Fernandes (PT)	RS	2331/2337
Heloísa Helena (PT)	AL	3197/1508	2 – Tião Viana (PT)	AC	3038/3493
José Eduardo Dutra (PT)	SE	2391/2397			
Paulo Hartung (PSB) (1)	ES	1129/7020			
PDT					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
			1 – Sebastião Rocha	AP	2242/2243
			2 – Lauro Campos	DF	2341/2347
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Roberto Saturnino (3)	RJ	4229/4230

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001

(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas (Ata publicada no DSF, de 12.09.97, páginas 18655/6)

Reuniões: Terças-feiras às 14:00 horas (Regimento Interno)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607/4354

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

6.1) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES QUE ACARRETEM
DANOS AO MEIO AMBIENTE.**

**PRESIDENTE: Senador Geraldo Cândido
RELATOR: Senador Valmir Amaral**

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
Alberto Silva	PI – 3055/57	1- Iris Rezende	GO – 2032/39
Roberto Requião	PR – 2401/07	2- Valmir Amaral	DF – 1961/66
Gerson Camata	ES – 3203/04	3- Gilberto Mestrinho	AM – 3104/06
PFL			
Paulo Souto	BA – 3173/75	1- Mario do Carmo Alves	SE – 1306/4659
Jonas Pinheiro	MT – 2271/77	2 – VAGO	
BLOCO PSDB/PPB			
Teotonio Vilela Filho	AL – 4093/95	1- Luiz Otávio	PA – 3050/3093
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PPS)			
Geraldo Cândido	RJ – 2171/77	1- Roberto Saturnino	RJ 4229/30
PDT			

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM:

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFC					
Presidente: AMIR LANDO					
Vice-Presidente: JONAS PINHEIRO					
(17 titulares e 9 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Ney Suassuna	PB	4345/4346	2 – Luiz Otávio (Cessão) (1)	PA	1027/4393
Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016	3 – Wellington Roberto (2)	PB	3139/3141
Fernando Ribeiro	PA	1049			
Valmir Amaral	DF	1961/1966			
Amir Lando	RO	3130/3132			
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	1 – Bello Parga (4)	MA	3069/3072
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	2 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Moreira Mendes	RO	2231/2237			
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272			
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	1 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Chico Sartori	RO	2251/2258	2 – Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117			
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199			
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Jefferson Péres	AM	2061/2067			
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (3)	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Filiou-se ao PPB.

(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

(4) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO DESTINADA A ANALISAR O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NO PROCESSO EM QUE FIGURAM COMO PARTES O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB E A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E REFLORESTADORA - S/A - ARISA.

**PRESIDENTE: SENADOR ALBERTO SILVA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
(05 TITULARES E 03 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
ALBERTO SILVA	PI-3055/57	1-WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/95
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393		
PFL			
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	1-FREITAS NETO (1)	PI-2131/37
BLOCO (PSDB/PPB)			
VAGO (4)		1-RICARDO SANTOS	ES-2022/24
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
PDT			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67		

(1) Desfilou-se do PFL, filiando-se ao PSDB, sendo substituído na Comissão pelo Senador Jonas Pinheiro, em 10/10/2001, e designado membro suplente, pelo Bloco PSDB/PPB, em 17/10/2001.

(2) Filiou-se ao PPB.

(3) Substituído na Comissão pelo Senador Amir Lando, em 21/11/2001.

(4) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matusalém, pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO

SALA Nº 06 - telefone: 311-3254

Email: jcarvalho@sgmsleg.senado.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente: Senador Roberto Requião
Vice-Presidente: Deputado Ney Lopes
Secretário-Geral: Deputado Feu Rosa
Secretária-Geral Adjunta: Senadora Emilia Fernandes
(18 Titulares e 18 Suplentes)

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
ROBERTO REQUIAO	PR	***09	311 2401	323 4198	1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	###15	224-5884	323 4063	2. AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223-6191	3. MARLUCE PINTO	RR	**8s	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN (1)	SC	** 04	311 4206	323 5470	1. WALDECK ORNELAS	BA	# 13	311 2211	323-4592
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	2 VAGO (2)				
Bloco (PSDB/PPB)									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	1. LUIZ OTAVIO	PA	###		
LUDIO GOELHO	MS				2. RICARDO SANTOS	ES	*13	311-2022	323 5625
PT/PPS (4)									
EMILIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	1. Jefferson Péres (PDT)	AM	###07	311-2061	323-3189
PTB									
ARLINDO PORTO	MG	*05	311-2324	323-2537	1. VAGO				

(1) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(2) Em virtude do afastamento do Sr. José Coelho, em 11/03/2002, tendo em vista a reassunção do Titular.

(4) O PDT se desliga do Bloco de Oposição, conforme Ofício nº 27/2002, publicado no DSF, de 18/4/2002.

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	@@@ALA SEN. DINARTE MARIZ

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
BLOCO PSDB/PTB									
MARISA SERRANO	MS	237	318-5237	318-2237	1. VICENTE CAROPRESO	SC	662	318-5662	3182662
FEU ROSA	ES	960	318-5960	318-2960	2. YEDA CRUSIUS	RS	956	318-5956	3182956
BLOCO PFL/PST									
NEY LOPES	RN	326	318-5326	318-2326	1. LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318-5541	3182541
PAULO GOUVÊA	SC	755	318-5755	318-2755	2. RONALDO CAIADO	GO	227	318-5227	3182227
PMDR									
CONFÚCIO MOURA	RO	*573	318-5573	318-2573	1. EDINHO BEZ	SC	703	318-5703	3182703
DARCÍSIO PERONDI	RS	518	318-5518	318-2518	2. OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318-5845	3182845
PT									
PAULO DELGADO	MG	*268	318-5268	318-2268	1. Dr. ROSINHA	PR			
PPB									
JARBAS LIMA	RS	621	318-5621	318-2621	1. CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318-5756	3182756
BLOCO PSB/PcdoB									
EZÍDIO PINHEIRO	RS	744	318-5744	318-2744	1. INÁCIO ARRUDA	CE	*582	318-5582	3182582

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
www.camara.gov.br/mercosul
e mail - cpcm@camara.gov.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 29/04/2002



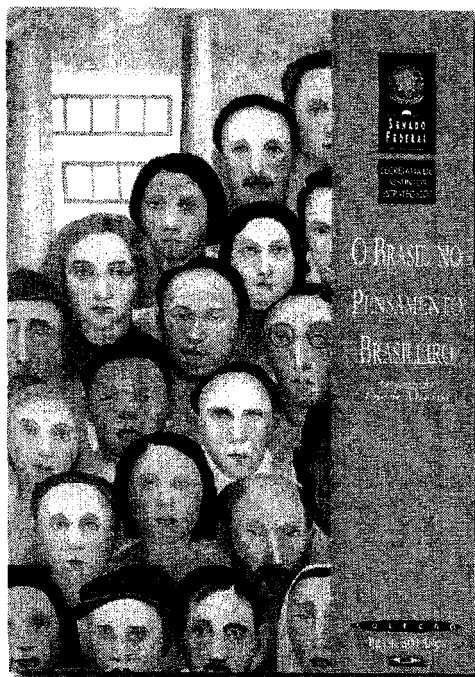
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 98 PÁGINAS